

Irene Rodrigues de Oliveira

Sobressaltos e Heranças do Estado Novo

A missão Cooke e a implantação da CSN (1942/1946)

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Vassouras
2001

Sobressaltos e Heranças do Estado Novo
A missão Cooke e a implantação da CSN (1942/1946)

Orientador: Prof. Doutor Lincoln de Abreu Penna

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História Social do Trabalho da Universidade Severino Sombra, pela mestrande Irene Rodrigues de Oliveira, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre

**Vassouras
2001**

**Universidade Severino Sombra
Coordenadoria Geral de Pós-Graduação
Programa de Mestrado em História**

**Dissertação: Sobressaltos e Heranças do Estado Novo
A Missão Cooke e a implantação da CSN (1942/1946)**

Elaborada por Irene Rodrigues de Oliveira e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo programa de Mestrado em História da USS, como requisito para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA

Banca Examinadora:

Presidente – Prof. Dr. Lincoln de Abreu Penna (orientador)

1º Examinador - Prof. Dr^a Maria Yedda Leite Linhares

2º Examinador - Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva

Vassouras
2001

O48s

OLIVEIRA, Irene Rodrigues de, 1955-
Sobressaltos e Heranças do Estado Novo: A missão Cooke e a implantação da CSN (1942/1946). Vassouras, USS, 2001. 163 p.

Inclui bibliografia e anexos

1-Relações Internacionais Brasil x Estados Unidos
2- Estado Novo -Missão Cooke – Indústria - CSN

I – OLIVEIRA, Irene Rodrigues de.

II – Universidade Severino Sombra – CGPG – PMH

CDD 327.81.073

CDU 327

Dedicatória

Para Nelsina e Vitalino, porque me iniciaram na arte de viver.

Para Luciano, grande companheiro, co-artífice deste trabalho e da vida em comum.

Para Júnior e Léo, grandes extensões de mim e do meu amor. Com eles aprendi que a maternidade torna possível o sonho da eternidade.

À Rilza, irmã querida, por tudo o que partilhamos e pelo que ainda vamos partilhar.

Para Marilu, grande amiga e educadora que, tendo partido prematuramente, continua presente em nossas vidas.

Para Anna e João, porque com eles aprendi a suportar as suspensas que a vida nos reserva...

Agradecimentos

Muitas são as pessoas que estiveram comigo e me ajudaram a levar adiante este trabalho. A essas pessoas o meu carinho especial.

Aos colegas do mestrado (Peralta, Paulo, Miguel, Marise, Daniel, Janaína, Eliara, Marta, Marinho, Edmilson, Marilon), alguns também colegas de trabalho, pela felicidade do convívio, pela amizade e estímulo necessário para prosseguir numa luta tão ingente.

Especialmente, aos amigos Nuely e Sérgio, porque compartilhamos muito carinho, muitas alegrias e muitos risos durante as viagens para Vassouras.

Ao pessoal da Veredas, ressaltando a amizade da Solange, pela atenção e presteza, por me oportunizarem livros e leituras variadas.

À Fernanda, doadora constante de amizade e atenção, porque sempre me empresta o seu ouvido.

À Cris, amiga eterna que se empolgou pela pesquisa e muito me incentivou.

Aos alunos da FERP, porque com eles aprendo sempre.

Ao pessoal da SME, especialmente da Escola Municipal Fernando de Noronha, por entenderem a necessidade de me afastar do trabalho por alguns meses.

À CSN, através de Ângela e Marlene; Ao Itamaraty, através da Lúcia; Ao CPDOC através de Margarete e Bárbara; funcionárias atenciosas que me possibilitaram uma jornada mais leve na procura dos documentos.

Ao João Matos Bispo, pela disponibilidade em me conduzir até o Serviço de Informação do Exército.

Ao Capitão Dilmar, pela disponibilidade em me ajudar na procura de documentos.

Ao Oliver, pesquisador de Latin American History da Harvard University, por me auxiliar na pesquisa sobre Missão Cooke, junto ao Nara.

À Sílvia por me iniciar numa nova língua e por traduzir comigo os documentos pertinentes à pesquisa.

À Marlene Fernandes, querida professora, colega e amiga; sempre disponível para ler meus escritos e discutir comigo.

Aos professores José Augusto, Lincoln, Cristina Martinho, Sonia Mendonça, Maria Yedda e Alúcio, com quem tive a oportunidade de assistir (como ouvinte ou aluna inscrita) a cursos que me permitiram referenciar as primeiras e confusas impressões da pesquisa, fundamentais para o desenvolvimento posterior do trabalho.

Especialmente, ao Professor José Augusto porque com ele aprendi que a amizade, o carinho e a simplicidade, são bens valiosos na vida.

À Professora Filomena pela palavra amiga e sorriso sempre pueril, eterna incentivadora em nossos trabalhos.

Aos professores que aceitaram participar da banca de qualificação – Américo e Maria Yedda – pela leitura atenta e os comentários enriquecedores.

Aos professores Francisco Carlos e Maria Yedda, que aceitaram participar da banca de dissertação, pela disponibilidade, atenção e presteza em me fornecer suas orientações.

Aos funcionários da USS, pelo excelente atendimento que sempre me dispensaram.

Ao professor Lincoln, orientador tão elegante e sereno para administrar os conflitos, eterno incentivador, minha dívida e gratidão eternos.

A todos o meu muito obrigada!

**"(...) deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra, em que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte de sua independência.(...) Não pode haver maior erro do que esperar favores reais de uma nação a outra(...).
George Washington - 1º presidente dos USA (1759-1797)**

"Valeu a pena? tudo vale a pena.
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu."
(Fernando Pessoa)

"Mas as coisas são assim: se uma pessoa cair
numa piscina ou num mar imenso,
não deixa de nadar, de qualquer maneira.
- Isso, por certo! Portanto, também nós temos de
nadar
e de tentar salvar-nos nessa discussão,
ou na esperança de que um golfinho nos leve,
ou de qualquer outra salvação difícil de conseguir!
(Platão)

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo investigar a Missão Cooke, missão norte-americana que chegou ao Brasil durante o Estado Novo, em setembro de 1942. Tendo sido um importante instrumento de viabilização do projeto hegemônico dos USA, tinha como objetivos proclamados, aumentar a produção de artigos essenciais no Brasil, visando economizar as praças de navios, melhorar os meios de transporte e lançar os alicerces para a consolidação do desenvolvimento industrial. No entanto, seus objetivos mais imediatos eram, além de fazer uma radiografia dos problemas brasileiros, acompanhar a implantação da CSN, fazer uma análise da capacidade de mão de obra, da justiça do trabalho, da seguridade social, dos movimentos sociais, dos sindicatos, da alimentação e da educação. Atuando junto à Comissão de Defesa Econômica, construiu um relatório que foi enviado a Roosevelt em dezembro de 1942 e que se manteve confidencial até o ano de 1948, quando chegou às mãos do Centro de estudos dos Problemas Brasileiros.

SÍNTESE:

El presente trabajo tiene como objetivo investigar la Misión Cooke, misión norteamericana que llegó a Brasil durante el Estado Nuevo, en septiembre de 1942. La misma constituyó un importante instrumento de viabilización del proyecto hegemónico de los Estados Unidos.

La Misión Cooke tenía como objetivos proclamados, aumentar la producción de artículos esenciales en Brasil, buscando economizar las plazas de navíos, mejorar los medios de transporte y lanzar las bases para la consolidación del desarrollo industrial; sin embargo, sus objetivos inmediatos eran además de hacer una radiografía de los problemas brasileños, acompañar la implementación de la CSN, hacer un análisis de las capacidades de mano de obra, de la justicia del trabajo, de la seguridad social, de los movimientos sociales, de los sindicatos, de la alimentación y de la educación.

Esta Misión, actuando junto a la Comisión de Defensa Económica, redactó un informe que fue enviado a Roosevelt en diciembre de 1942 y que se mantuvo confidencial hasta el año 1948, cuando llegó a manos del Centro de Estudios de los Problemas Brasileños.

ABSTRACT:

The aim of the present work is investigate the Cooke Mission, a north american mission which arrived in Brazil, in September, 1942, during the "Estado Novo". It was an important USA instrument to make it's hegemonic project. It had proclaimed objectives to increase the production of basic goods in Brazil, to improve the harbours performance, to improve the means of transportation and set the base to industrial development consolidation. But its immediate objectives were besides building brazilian problems x ray follow the implantation of CSN, to make an analysis of the manpower capacity, labor justice, social security, social movements, syndicates, nutrition and education. Working up with the Economic Defence Comission, it was issued a report which was sent to Roosevelt in december, 1942 and it was kept secret until 1948 when it arrived in the hands of Brazilian Problems Studies Center.

Abreviaturas:

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ARE – Aparelho Repressivo de Estado

AIE – Aparelho Ideológico de Estado

BIRD – Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento

CME – Comissão de Mobilização Econômica

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CFCE – Conselho Federal de Comércio Exterior

CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CNS – Comissão Nacional de Siderurgia

CEPS – Comissão Executiva do Plano Siderúrgico

CPDOC – Centro de Pesquisa Documental Contemporânea

DASP – Departamento de Administração e Serviço Público

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FGV – Fundação Getúlio Vargas
FMI – fundo Monetário Internacional
IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho
IPT – Instituto de Pesquisas Técnicas
IRI – Instituto de Relações Exteriores
NARA – National Archives and Records Administration
OCIA – Office of Coordinator of Inter-American Affairs
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
USA – United States of América

Índice

pág

Introdução	13
Capítulo I – O Brasil e a conjuntura internacional- 1930-1945	26
A política exterior americana	27
Estado Novo: a transição de um estado autoritário	31
O recrutamento dos soldados da produção	48
A questão siderúrgica	49
Estado Novo: o começo da crise	56
Capítulo II – Missão Cooke, instrumento de hegemonia norte-americana	63
Abordagem teórica	64
A Missão Cooke	70
Conseqüências da Missão Cooke	90
Capítulo III – Contradições da Missão Cooke	99

Um espaço para reflexão	100
As contradições	116
O Relatório I	119
O Relatório II	130
Considerações Finais	135
Bibliografia	149
Anexos	161

Introdução

O presente trabalho representou um enorme desafio e os desafios, quaisquer que sejam, nascem sempre de perplexidades produtivas.

Tal como Descartes exercitou a dúvida sem a sofrer, julgamos ser necessário, hoje, exercitar a perplexidade sem a sofrer e, se pretendemos ser estudiosos da nossa circunstância, devemos começar pelo contexto sócio-temporal de que emergem nossas perplexidades.

O modelo de desenvolvimento econômico vigente, que preconizou uma forte presença do Estado como agente econômico, estabelecendo restrições à participação do capital estrangeiro e às importações, abre-se agora para um grande debate nacional. A abertura da economia, a privatização das empresas estatais (como é o caso da CSN), os limites e os contornos da ação do novo Estado são temas que têm mobilizado diferentes setores interessados na definição de um novo perfil, intentando a construção de um país mais justo e, conseqüentemente, voltado para as questões sociais.

Tal afirmação nos permite situar a presente investigação no campo da História Contemporânea, inclusive porque é feita a partir de perspectivas e interesses que se propõem no presente.

Escreve Goldman:

‘O que procuramos no conhecimento do passado é a mesma coisa que procuramos no conhecimento dos homens contemporâneos.(...) Se o conhecimento da História nos apresenta uma importância prática, é porque nela aprendemos a conhecer os homens que, em condições diferentes e com meios diferentes, no mais das vezes inaplicáveis à nossa época, lutaram por valores e idéias, análogos, idênticos ou opostos aos que possuímos hoje.’¹

Segundo Penna, a contemporaneidade se faz por dois fatos: “(...)o primeiro refere-se a que a História se apóia em documentos e estes fazem parte do presente; o segundo sublinha a vinculação do trabalho do historiador às condições de valorização que, obviamente, defluem do presente. Precisamente este segundo fato impõe o comprometimento inevitável do historiador. Toda história será comprometida, nunca neutra.”²

Segundo Carr:

‘(...) Na verdade os fatos não se assemelham aos peixes expostos na banca do comerciante. Assemelham-se aos peixes que nadam no oceano imenso e muitas vezes inacessíveis; o que o historiador apanhará depende em parte do acaso, mas sobretudo da região, do oceano que tiver escolhido para a sua pesca e da isca que se serve. Estes três fatores são, evidentemente, determinados pelo tipo de peixes que se propõe apanhar. Em geral, o historiador obterá o tipo de fatos que deseja encontrar.’³

¹ Apud Lincoln de Abreu PENNA. **Análise do saber histórico**. p. 19.

² Lincoln de Abreu PENNA. **Análise do saber histórico**. p. 22.

³ Edward Hallett CARR. Apud Adam SCHAFF. **História e verdade**. p. 203.

Sobre a natureza dos fatos históricos, Gaston Bachelard afirma que *“somente uma classe de fatos realmente interessa aos cientistas: tais fatos são os fatos polêmicos, isto é, aqueles que se chocam com qualquer concepção do mundo que se tenha anteriormente com certa ou válida. Fato polêmico, pois, é o fato que não encontra explicação dentro da perspectiva teórica dominante, obrigando a um esforço de reestruturação explicativa.”*⁴

O fato torna-se polêmico na medida em que permite a explicitação das ideologias que o compõem. O nosso objeto de estudo se enquadra, portanto, na categoria de fatos polêmicos.

Para Marx, os homens, ao desenvolverem a sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também com essa realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. *“Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.”*⁵

Segundo Lucien Febvre, *“Para se compreender um personagem histórico ou os mecanismos que engendram um fato histórico, impõe-se que ele seja reconstituído de acordo com os valores de época. (...) a análise do historiador deve ajustar-se à época e ela deve falar por si das dimensões de uma estrutura sem a qual nada pode ser explicado.”*⁶

Associando o seu pensamento ao de Marx, vamos compreender que: *“é a época que faz os homens e não os homens que fazem a época.”*⁷

Segundo Michel de Certeau, *“toda pesquisa histórica inscreve-se em algum lugar na sociedade. Em função desse lugar social e desse meio de elaboração é*

⁴ Apud Lincoln de Abreu PENNA. **Op. cit.** p. 23.

⁵ Karl MARX & Friedrich ENGELS. **A ideologia alemã.** p. 37.

⁶ Apud Lincoln de Abreu PENNA. **Análise do saber histórico.** p. 56.

⁷ Apud Lincoln de Abreu PENNA. **Op. cit.** p. 56.

*que os questionamentos se formulam, se definem, apuram os métodos e esboçam-se riscos e uma trajetória.”*⁸

A primeira perplexidade surgiu então, quando nos deparamos pela primeira vez, com o relatório da Missão Cooke, logo no começo da montagem do projeto de pesquisa, para o Mestrado em História Social do Trabalho, da Universidade Severino Sombra em Vassouras, Rio de Janeiro.

Já o prefácio explicava que o relatório teria sido o resultado dos trabalhos da missão norte-americana, que havia chegado ao Brasil para trabalhar em conjunto com a Comissão de Mobilização Econômica, em setembro de 1942, principalmente porque o Brasil tinha declarado beligerância aos países do Eixo⁹ (22 de agosto de 1942), tornando-se aliado dos Estados Unidos.

O mesmo documento, informava que o relatório foi enviado ao Presidente Roosevelt, em dezembro de 1942, permanecendo confidencial até o ano de 1948.

De imediato, a desconfiança se fez, permitindo-nos questionar:

- Por que a Missão Cooke, sendo uma Missão de tamanha envergadura e tendo mobilizado tantos atores ligados aos diversos segmentos da economia e indústria, do Brasil e dos USA, teria mantido em caráter confidencial o relatório que continha análises e propostas para o Brasil, justamente quando este havia declarado estado de beligerância, tornando-se aliado dos USA¹⁰?
- O que Roosevelt pretendia esconder?
- Quais seriam os verdadeiros propósitos dos USA, ao enviar a Missão Cooke ao Brasil?
- Teria Roosevelt um projeto para o Brasil, implícito na proposta da Missão Cooke?

⁸ Apud François BÉDARIDÁ. In: Jean BOUTIER e Dominique JULIA. **Passados recompostos**. p.146.

⁹ O Brasil declarou beligerância contra a Alemanha e a Itália. Cf. Gerson MOURA. **O Brasil na segunda guerra mundial (1942-1945)**. p. 21.

¹⁰ Deliberadamente, utilizaremos USA para nos referirmos aos Estados Unidos da América.

As relações bilaterais entre Brasil e EUA mantiveram-se assimétricas, durante todo o Estado Novo, oportunizando acordos de cooperação, que aumentassem significativamente a dependência econômica do Brasil.

Segundo Hirst¹¹ e Moura¹², este binômio se constituiu, desde o início, por partes de peso desigual, em função de uma política de prioridades determinada pelos USA.

A Missão Cooke tinha objetivos de investigar a indústria brasileira (leia-se implantação da CSN), principalmente no sentido de ditar normas e regras para esta implantação, dentro dos princípios estabelecidos pelos USA, investigar a capacidade de endividamento do Brasil, fazer um levantamento dos materiais estratégicos necessários para o suprimento da guerra, tirar proveito de novas situações e, principalmente, esconder suas intenções da opinião pública.

A segunda perplexidade surgiu quando nos reportamos a Vargas:

- O que Vargas pretendia com a Missão Cooke?
 - Por que concordou em manter o relatório confidencial?
 - O que continha esse relatório, de tão importante, que não pudesse chegar à opinião pública? Que relação teria essa Missão com a implantação da CSN?
- Numa perspectiva mais ampla, pode-se afirmar que se trata de ingerência externa dos USA nos problemas nacionais, mais especificamente, nos problemas sociais, políticos e econômicos. O imperialismo americano teria consolidado a sua posição enquanto maior credor do Brasil.

Segundo Schoultz, *“a política externa dos USA sempre obedeceu aos interesses do país que vêm em primeiro lugar e que se relacionam invariavelmente com a segurança da nação, com a política interna e com o crescimento econômico. As justificativas para a sua ação, quaisquer que sejam, são apenas a cortina de fumaça que encobre a idéia de que os direitos dos USA são superiores (e este*

¹¹ Monica HIRST. **O processo de alinhamento nas relações Brasil-Estados Unidos: 1942/45**. p. 82.

¹² Gerson MOURA. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. p. 154.

sentimento de superioridade torna mais fácil a tomada de decisão) aos de qualquer outra nação, em particular se esta pertencer à América Latina.”¹³

De certa forma, outras perplexidades foram surgindo, delineando um grande desafio: fazia-se necessário investigar esta Missão.

Decidimos identificar a implantação da CSN dentro do quadro das relações bilaterais entre Brasil x USA como instrumento de um projeto hegemônico norte-americano e ressaltar a Missão Cooke como importante instrumento de viabilização do interesse hegemônico dos USA sobre o Brasil.

Buscando as heranças do passado, entendemos que é bastante discutível o grau de autonomia que um país como o Brasil teve para imprimir os rumos e a direção própria, em relação à tomada de decisões para a política externa com outros países, levando-se em conta o período conturbado que já vinha se desenrolando desde o início da década de 30, principalmente no período enfocado neste trabalho, contexto da 2ª guerra.

Sabendo-se que a presente pesquisa envolve a política externa, a geopolítica, o Estado Nacional, a empresa estratégica desse Estado (CSN), o mundo do trabalho, questões de que a expansão capitalista ainda não conseguiu dar conta, foi necessário fazer um recorte histórico bem delineado, visando a um relativo aprofundamento da questão.

Estamos cientes de que *“todo processo de construção de um objeto de investigação implica em cortes epistemológicos que procuram dar conta do real, privilegiando esta ou aquela dimensão.”¹⁴*

Segundo Penna, *“(...) a delimitação de períodos supõe critérios mais ou menos sofisticados. Na verdade, impõe-se que se estabeleçam limites dentro dos quais se possam sentir a unidade de significado(...). O período é uma realidade*

¹³ Apud Maria Lígia Coelho PRADO. **Pinochet e Noriega: as fronteiras da intervenção estrangeira na América Latina.** p. 3.

¹⁴ Apud Solange Maria PIMENTA. **A estratégia da Gestão: fabricando aço e construindo homens: O caso da companhia siderúrgica nacional.** p.17.

*definida pelo poder de doar sentido de implantar o significado. Contido entre acontecimentos limites que respondem por rupturas, importa que eles sejam identificados.”*¹⁵

O recorte do período compreendido entre 1942 a 1946 pareceu-nos interessante por abranger a chegada da Missão Cooke, o processo de construção da CSN, a permanência do Birô Interamericano e quando o processo de colaboração e barganhas atingiu o seu ápice.

É Hobsbawm quem nos auxilia nesse esforço:

“Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado(...). O passado é portanto, uma dimensão, permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse sentido do passado na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.”¹⁶

Estudar a Missão Cooke e suas conseqüências torna-se relevante porque se trata de um acontecimento histórico relativamente importante; permite um recuo suficiente para evitar a alteração da percepção dos fatos pelas paixões; permite novos olhares e novas análises sobre a documentação existente, lançando-se como contribuição a um campo de estudo ainda rarefeito.

Sua originalidade se evidencia pelo fato de que a historiografia não registra muitos trabalhos específicos sobre a Missão, principalmente relacionando-a com a implantação da CSN, o que o transforma em importante componente investigativo e permite redesenhar um novo olhar histórico sobre este importante fato.

Um levantamento bibliográfico preliminar revelou-nos a importância da referida missão, principalmente para os momentos que se seguiram, no que se refere ao destino do país. O mais completo dossiê sobre as condições econômicas,

¹⁵ Lincoln de Abreu PENNA. **Op. cit.** p. 44 -5.

¹⁶ Eric HOBSBAWN. **Sobre história.** p. 22.

políticas e sociais do Brasil foi entregue ao presidente Roosevelt, pela Missão Cooke, no momento em que se dava a construção da maior siderúrgica da América Latina. Embora tratada como missão econômica, revestia-se de um caráter investigativo inominável, condição que lançaria o Brasil numa situação de extrema vulnerabilidade. Internamente, o Estado Novo apresentava-se com características de uma sociedade regulada, controlada, confinada.

Nesse sentido, recorreremos a Foucault tentando fazer uma análise desse tipo de sociedades que chamamos de *sociedades disciplinares*.¹⁷ Foucault situou *as sociedades disciplinares* nos séculos XVIII e XIX, atingindo o seu apogeu no início do século XX. Elas procedem à organização dos grandes meios de confinamento. Foucault analisou os meios visíveis de confinamento especialmente na fábrica: concentrar, distribuir no espaço, ordenar no tempo, compor no espaço-temporal uma forma produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares. Esta transição de um modelo a outro pode ser facilmente percebida no período em estudo, ressaltando que ao final da segunda guerra, já deixávamos de ser *sociedades disciplinares*, sendo substituídas pelas *sociedades de controle*, mantendo-se com características das duas.

Como esse rito de passagem não se faz de uma só vez, entendemos ser perfeitamente possível entrelaçar as características do Estado Novo com as características *das sociedades disciplinares*. O que pretendemos mostrar é que a chegada da Missão Cooke, entre outras coisas, assumia a postura de protagonistas que deveriam propor as regras e as normas de uma *sociedade disciplinar*.

Tal atitude pode ser vista claramente na construção da CSN, principalmente na questão dos salários: a fábrica era um corpo que levava suas forças internas a um ponto de equilíbrio, o mais alto possível para a produção, o mais baixo possível para os salários. A fábrica constituía os indivíduos em um só corpo (família siderúrgica), para a dupla vantagem de quem vigiava cada elemento na massa.

¹⁷ Apud Gilles DELEUZE. *Conversações*. p. 219-226.

Sem dúvida, a fábrica conheceu o sistema de prêmios e o rádio teve tanto sucesso, porque conheceu a linguagem da fábrica.

A *sociedade disciplinar* tem dois pontos: a *assinatura* que identifica o indivíduo, e o número da *matrícula*, que indica sua posição na massa. O poder é massificante e individuante, constituindo num corpo único aqueles sobre os quais se exerce e molda a individualidade de cada membro do corpo.

Se, até então, as máquinas que operavam eram máquinas simples, alavancas, roldanas, relógios, as máquinas que passariam a operar eram máquinas energéticas, com o perigo passivo da entropia e o perigo ativo da sabotagem; daí a necessidade de formar um novo trabalhador mais disciplinado, mais dócil e melhor preparado, para socorrer os possíveis problemas do corpo e da máquina, sendo o corpo a própria extensão da máquina. Por conseguinte, erige-se uma fábrica como meio de confinamento, sendo o Estado o dono do meio de produção, mas também sendo o proprietário de outros espaços concebidos por analogia (a casa do operário, o mercado onde se compra, a mercadoria que se compra, a escola, os meios de entretenimento).

Se Vargas pretendia instalar a Usina Siderúrgica dentro dos moldes vigentes, era necessário trazer técnicos confiáveis e muito bem preparados para que pudessem ter acesso aos dados do país, suficientes para uma análise que viabilizasse a sua construção, funcionassem como intermediários para as concessões norte-americanas, através de planos de curto e longo prazo para a consecução das diretrizes impostas para essas concessões.

Partindo da premissa de que o historiador, ao pretender transformar documentos em História, deve amparar-se numa fonte idônea e buscar os documentos de confronto para uma conclusão, procuramos utilizar fontes documentais primárias publicadas (relatório I e II da Missão Cooke, ou seja, o relatório que foi traduzido pela FGV em 1948), e não publicadas como: pasta da Missão Cooke, (contendo memorandos, correspondências diversas, notas) arquivos de correspondências e depoimentos gravados (CPDOC, Itamaraty e do IRI) e

secundárias (bibliografias específicas e do período), o que consideramos suficiente para a análise pretendida, mesmo porque não temos a intenção de esgotar o assunto já que o presente trabalho pretende ser somente mais uma contribuição para o assunto.

Através das pesquisas no NARA (National Archives and Records Administration), fomos informados de que a Missão Cooke produziu, ao contrário do que se relata, cinco relatórios: I, II, II-A, II-B e III. Só tivemos acesso aos relatórios I e II, mas através da obra publicada por Mr. Cooke nos USA (Brazil on the march: a study in international cooperation), pudemos conhecer o resumo das monografias contidas nos relatórios II-A e II-B). Segundo informou Mr. Raymond Teichman (NARA), o relatório II-A foi publicado em abril de 1943, enquanto o II-B estava em preparação no Brasil. Os relatórios I, II e II-A contêm as primeiras 21 partes. O II-B consiste na parte 22 e o relatório III contém apêndices.

No relatório II-A foram analisadas as condições e oportunidades de trabalho no Brasil. Foram sugeridas medidas de desenvolvimento das indústrias, demonstrando que, através da utilização dos nossos próprios recursos, poderíamos aumentar o poder de compra e, conseqüentemente, melhorar os padrões de vida do nosso povo. Sugere, também, a redução de exportação de produtos crus (naturais) para os USA, com o posterior endividamento para a compra de produtos que retornam manufaturados ou industrializados. O mesmo relatório informa que essa medida reduziria os níveis de emprego nos USA mas, por outro lado, a melhoria dos padrões de vida do nosso povo aumentaria a importação de outros produtos dos USA. Pelo exposto somos capazes de perceber a *bondade* do nosso vizinho, como também reafirmar o nosso pensamento em relação à preocupação com a indústria brasileira.

No relatório II-B, o autor se ocupou de explicar a importância de Volta Redonda para o desenvolvimento do país, exortando a capacidade que Getúlio Vargas demonstrou em atrair a confiança das massas através dos discursos proferidos

nos dias 1º e 7 de maio de 1943. O primeiro reuniu 100.000 assalariados em frente ao Ministério do Trabalho, no Rio de Janeiro e o 2º em Volta Redonda, contando com a presença do Presidente do Paraguai, o General Higinio Morínigo que participou de *jubiloso espetáculo cívico*, principalmente no que se referiu à capacidade dos brasileiros em construir, no Brasil, uma nova mentalidade de *trabalho, patriotismo, sucesso, riqueza e felicidade*.

O volume III (confidencial), foi guardado no arquivo confidencial 6.066 da Secretaria de Segurança de Documentos do Conselho Econômico de Guerra.

Através destes relatórios pudemos depreender que as sugestões feitas deram-se em atendimento às solicitações feitas pelo DASP, visando à preocupação com o treinamento e adequação do trabalhador para levar adiante a construção da CSN, a grande indústria no Brasil.

Com a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, também era necessário construir um novo tipo de trabalhador, treinado, disciplinado, dócil, com nova movimentação de corpo e nova mentalidade.

Sabendo-se que um dos grupos, que desejava urgentemente uma indústria siderúrgica, foi constituído pelos militares superiores, ao se organizar o processo de industrialização e preparar-se para o estado de beligerância, não há dúvida de que o Brasil poderia contar com o saber daqueles, principalmente se ancorado na solidariedade de um país que o considerasse como um aliado muito especial.

De acordo com a sugestão da banca de qualificação, composta pelo Professor Orientador Doutor Lincoln de Abreu Penna, pela Professora Doutora Maria Yedda Leite Linhares e pelo Professor Doutor Américo Oscar Guichard Freire, dividimos a abordagem dos assuntos em três capítulos. Foi sugerido que se fizesse no primeiro capítulo uma abordagem sobre a Natureza do Estado Novo; no segundo capítulo uma abordagem específica sobre a Missão Cooke e no terceiro capítulo, as Conseqüências da Missão Cooke.

No entanto, por entendermos que por trabalhar a natureza do Estado Novo poderíamos cair numa categoria muito genérica, optamos por intitulá-lo *O*

Estado Novo e a conjuntura internacional (1930-1945) já que procuramos enfocar o Estado Novo, considerando o período de transição por que o Brasil passou, intentando transformar-se numa grande potência industrial, bem como a persistente adesão de nossa política exterior a fórmulas e princípios de outros países, num mundo sacudido pelos ventos da mudança social e política, decorrentes da guerra.

Embora tratada de forma resumida, a parte reservada para a *Política externa norte-americana* permite visualizar, sob a ótica norte-americana, os problemas enfrentados por nossos dirigentes nas décadas que se seguiram e que culminaram na década de 40.

Quanto ao Estado Novo, ressaltamos a feição autoritária de que se revestiu, legitimando formas de um Estado Fordista-Keynesiano, desde o recrutamento dos trabalhadores, até a montagem do arcabouço intervencionista, ancorado na propaganda, na censura, na delação e na espionagem. A questão siderúrgica e o recrutamento dos trabalhadores serão pautados de todos esses elementos, numa visão feliz de um Estado forte, protetor e justo. O ano de 1942 torna-se um marco muito interessante na vida do país e, neste contexto, chega a Missão Cooke ao Brasil.

A ficção vai ser desmontada a partir de 1943, quando os ventos internacionais e o destino da guerra apontam para a redemocratização.

Quanto ao 2º capítulo intitulado *Missão Cooke, instrumento de hegemonia norte-americana*, procuramos nos concentrar na Missão Cooke e suas conseqüências. Essa divisão nos permitiu afirmar que tal Missão foi uma das estratégias utilizadas por Roosevelt para conseguir do Brasil tudo o que teria sido negociado com Vargas, e possibilitar o cumprimento de alguns acordos de forma que os USA se mantivessem, permanentemente, informados das condições do Brasil. Sem contar que seria um forte instrumento de espionagem industrial, em período de guerra. Os USA contavam com a posição de destaque que a América Latina ocupava na recuperação norte-americana como fonte de

matérias-primas e como mercado consumidor de manufaturados. A política da boa vizinhança caracterizava-se, agora, numa prevalência de *negociação diplomática e colaboração econômica e militar*.

As conseqüências da Missão Cooke se fizeram sentir mais especificamente na implantação da CSN e, principalmente, no teor dos relatórios II-A e II-B que, apesar de não estarem ainda explorados, deixam claro que os USA teriam conseguido seu intento, de transferência de minérios estratégicos para a guerra, levando-se em conta a construção da bomba nuclear e, principalmente, de transformar o Brasil num mercado promissor para a absorção imediata dos seus produtos.

No 3º capítulo, optamos por trabalhar *As Contradições da Missão Cooke*, devido às inúmeras distorções observadas no decorrer deste estudo. Vamos ressaltar algumas contradições percebidas desde a leitura dos relatórios da Missão até a análise dos documentos encontrados. O relatório demonstra-nos o quanto de simulação existe em todas as monografias apresentadas. O discurso encontrado nesse relatório é sobremaneira diverso, quando captamos uma intenção velada de esconder os verdadeiros objetivos dessa Missão. Todas as monografias se voltam para criar condições ou fornecer subsídios visando ao atendimento do esforço de guerra dos USA e criar condições favoráveis ao funcionamento da CSN. É impressionante observar, também, a disposição dos brasileiros em fornecer informações amplas e irrestritas das condições brasileiras, para os integrantes dessa Missão, levando-nos a suspeitar de uma possível coação.

O que mais nos intriga é o estado de passividade e encantamento dos brasileiros, frente a uma situação de barganhas, inteiramente desigual.

Capítulo I

O Brasil e a conjuntura internacional

1930/1945

“Para que não se possa abusar do poder é preciso que,
pela disposição das coisas,
o poder freie o poder.” Montesquieu.

A política exterior americana

O Brasil, em termos de relações internacionais, estava bem integrado na política americana. Sob esse ângulo, ele se harmonizava ao pensamento das grandes definições da política exterior americana no século XIX, que são bem conhecidas. Como já dizia o Secretário de Estado, Olney, em 1895: “*os USA são praticamente soberanos neste continente e sua ordem é lei para os súditos nas áreas que intervêm.*”¹⁸

Esta frase sintetiza aquilo que o governo americano proclamara em 1823, com a Doutrina Monroe, que vigorou por todo o século XIX e início do século XX.

¹⁸ Apud Mário PEDROSA. *A opção imperialista*. p. 15.

Em seu discurso,¹⁹ o Presidente Monroe fixou duas diretrizes conhecidas como *Doutrina Monroe*. Pronunciada na intenção de recuperar o poder que perdia em suas colônias americanas, a doutrina continha duas afirmações fundamentais: os USA não permitiriam a recolonização da América pelas potências europeias integradas à santa aliança e defenderiam o direito dos povos americanos à autodeterminação nacional.

Nesse momento, a Doutrina Monroe traduzia mais uma invenção do que uma realidade, mas já apontava para um papel internacional que os USA se reservavam.

Em meio à corrida para o oeste, na metade do século XIX, surgiu uma expressão que iria marcar não só a política da expansão como também o clima intelectual em que ela se dava. Tratava-se do *Destino Manifesto*, expressão jornalística que se popularizou rapidamente e que via a expansão territorial americana como um processo ilimitado, no qual a fronteira não era uma linha diante da qual se devia parar, mas uma área que convidava a adentrar. Parecia ser missão dos americanos demonstrar ao mundo que era possível aos homens controlar racionalmente sua vida em comum.

A noção de *civilização*²⁰ foi particularmente importante nessa construção, pois constituía um dever moral da América protestante civilizar os povos atrasados, livrando-os da barbárie católica. Já em 1904, o presidente Theodore Roosevelt já apresentava seu pensamento: “*a incapacidade de certos governos pode requerer a intervenção de uma nação civilizada. Os princípios da Doutrina Monroe podem forçá-los a exercer poderes de polícia internacional em casos claros de incidentes ou incapacidades.*”²¹

¹⁹ Discurso proferido em 02 de dezembro de 1823, também chamada de Doutrina Monroe. Harold C. SYRETT. **Documentos históricos dos Estados Unidos**. p. 141.

²⁰ “Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo”. Norberto ELIAS. **O processo civilizador**. p. 24.

²¹ Corolário Rooseveltiano da Doutrina Monroe, datado de 6 de dezembro de 1904. Harold C. SYRETT. **Op. cit.** p. 252-3.

A célebre frase do presidente Wilson, “*eu me proponho a ensinar as Repúblicas da América do Sul a elegerem homens bons,*”²² não implicava apenas bondade política mas significava a disposição de intervir nos países latino-americanos para assegurar uma identidade política aceitável a seus olhos.

Desde então, os USA intervieram várias vezes, política e militarmente, em países do continente, sempre que se julgaram ameaçados em seus interesses políticos ou econômicos. Este intervencionismo declarado foi chamado de *Big Stick* (porrete grande). Na medida do possível ele se realizava preferencialmente por vias indiretas, com a pressão sendo exercida por meio de empréstimos ou outros recursos econômicos.

A *diplomacia do dollar* era mais sutil e, muitas vezes, até mais segura e eficiente do que a do canhão. Dependia das circunstâncias e da postura do país em relação aos valores de uma sociedade *altamente civilizada, estável e justa*, como diziam que era a norte-americana.

No final da década de 20, os governos latino-americanos, cansados dessa política, começaram a exigir, nas conferências interamericanas, o respeito ao direito de autodeterminação dos povos e ao princípio da não-intervenção.

Em 1933, Roosevelt foi eleito e anunciou uma nova política em relação às nações latino-americanas: a *política da boa vizinhança*.²³ Esta se fundamentava nos seguintes princípios: os USA tinham abandonado sua política de intervenção na América Latina; reconheciam a igualdade jurídica entre todas as nações do continente; aceitavam a necessidade de consultas periódicas para resolver os problemas que surgissem entre as repúblicas; e concordavam em cooperar por todos os meios para o bem-estar dos povos da América.

Implícito na política de boa vizinhança está o conceito de que maus vizinhos devem ser induzidos a mudar suas maneiras.

²² Harold C. SYRETT. **Op. cit.** p. 267-8.

²³ Discurso proferido em 04 de março de 1933, por ocasião de sua posse. Harold C. SYRETT. **Op. cit.** p. 285.

O que se pode depreender é que os métodos mudaram, mas os objetivos continuavam os mesmos: minimizar a influência européia na América Latina, manter a liderança norte-americana e encorajar a estabilidade política no continente.

Nas palavras de Alves, *“a diplomacia do dollar e o Big Stick serão intensamente aplicados no decorrer do século XX sob os mais diversos disfarces e nomes. Chamar-se-ão panamericanismo, política da boa vizinhança, solidariedade interamericana, aliança para o progresso ou ajuda externa.”*²⁴

Segundo Moura, *“a América Latina tinha adquirido uma dupla importância para os USA na conjuntura de 30: a primeira era o fato óbvio de que a recuperação econômica exigiria um ‘mercado externo crescente para sua indústria’, assim como um suprimento crescente de matérias-primas e novas áreas de investimento.(...) A segunda dimensão era a importância política;(...) a América Latina tornou-se a mais viável ‘área de laboratório’ de experimentos políticos capazes de fortalecer a liderança dos USA.”*²⁵

Também a guerra afetara seriamente as exportações de muitos países. As vitórias do Eixo em várias partes do mundo estavam retirando do alcance dos USA muitos materiais estratégicos, que poderiam ser encontrados no sul do continente americano.

Em 1939, a junta de chefes militares norte-americanos aprovou planos de defesa do hemisfério e, já em 1940, dentre outras medidas, previam a ocupação do Nordeste brasileiro. A consequência lógica de tal avaliação seria assegurar a posse da área, pela força, se necessário. Não foi preciso chegar a esse extremo de óbvias desvantagens para os USA e para o Brasil, pois os dois países lançaram-se no caminho da negociação e da cooperação.

²⁴ Júlia Falivene ALVES. **A invasão cultural norte-americana.** p. 38.

²⁵ Gerson MOURA. **Estados Unidos e América Latina.** p.28-9.

Essas circunstâncias exigiram maior coordenação de esforços dos vários departamentos do governo em relação à América Latina. *“Por tudo isso, o governo Roosevelt criou no dia 16 de agosto de 1940, uma agência destinada a coordenar os esforços dos USA no plano das relações econômicas e culturais com a América Latina. Chefiado por Nelson Rockefeller, essa superagência chamou Office of the Coordinator of Inter-American Affairs,”*²⁶(também chamado de Birô Interamericano ou simplesmente Birô) pelo qual ficou conhecido até o final da guerra. Esse Birô encerrou suas atividades em 1946. O primeiro e decisivo passo para transformar o Brasil em colônia cultural dos USA havia sido dado. Alguns de seus projetos subsistiram até 1949 e muitas das suas atividades tornaram-se tarefas da Embaixada Americana.

O Birô não era uma mera extensão de programas de colaboração interamericana; era uma agência coordenadora de esforços, ligada à segurança nacional dos USA e coordenou agências estatais e privadas norte-americanas na compra de excedentes de produção e materiais estratégicos latino-americanos. No Brasil, o Birô era dirigido por Berent Friele e suas atividades tinham todo o apoio da Embaixada Americana no Rio, e o dos empresários. Também em São Paulo, tinha uma agência do Birô, enquanto cidades como Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre contavam com subcomitês de apoio. O Birô aplicou seus programas no Brasil em três grandes áreas: informação,²⁷ saúde e alimentação.

Através de uma grande penetração cultural e da aproximação com o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), em 1942, já estávamos inundados de jornalistas, radialistas, editores, professores, cientistas, escritores, músicos, diplomatas, empresários, técnicos, estudantes, pesquisadores de mercado – o que levou o ministro Osvaldo Aranha a declarar, numa tirada bem-humorada que

²⁶ Gerson MOURA. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. p. 20.

²⁷ Sobre esse assunto consultar Pedrinho A. GUARESHI. **Comunicação & poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina**. p. 23-48.

*“mais uma missão de boa vontade e declaramos guerra aos USA!”*²⁸ A própria Embaixada dos USA preocupava-se com o número de americanos ensinando, indagando, investigando e também gastando de uma maneira pouco comum entre os brasileiros. Apesar disso, o clima estava propício para a chegada de outras missões, como é o caso da Missão Cooke, tratada no 2º e 3º capítulos.

Estado Novo:²⁹ a transição de um estado autoritário

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, foi um marco decisivo no processo de constituição do Estado Brasileiro enquanto Estado Nacional.

Iniciado em 1930, o marco de aceleração desse processo foi a instauração do Estado Novo, em 1937, e, sob a égide de ditadura, tornar-se-iam possíveis novas possibilidades de representação e participação política. As forças que assumiram o poder em 1930 tentaram implementar um projeto de industrialização, com o objetivo de evitar o atraso e impulsionar o país rumo ao progresso.

Até então, os governos que se haviam sucedido no comando do país representavam os interesses do latifúndio exportador. Nunca tinham apoiado a atividade econômica industrial. O incipiente avanço da indústria ocorrera por ação da iniciativa privada e impulsionado pelas circunstâncias favoráveis da conjuntura histórica, sem participação das autoridades governamentais.

Um problema que se apresentava aos novos governantes era o da definição do caminho a seguir para transformar em realidade a idéia de industrialização do país. O mundo estava mergulhado em profunda crise. A grande depressão nos

²⁸ Gerson MOURA. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana.** p. 49.

²⁹ “O termo Estado Novo foi empregado pela primeira vez pelo ditador português Oliveira Salazar ao buscar definir, na década de 30, a ditadura que implantara em seu país. O Estado Novo brasileiro comportaria determinados elementos da doutrina fascista, tais como governo autoritário, desprezo pela democracia de base parlamentar, valorização do Estado em detrimento da sociedade civil, recurso ao terror como forma de assegurar privilégios dos setores dominantes da sociedade, etc. Porém, contrariamente ao fascismo, o regime não recorria à mobilização política das massas, ao menos através do partido único: O Estado Novo simplesmente abolira a atividade partidária, conforme destacou o cientista social Luciano Martins. Não havia sequer um partido do ditador. Nesse sentido, resultava muito mais de uma tradição caudilhesca ainda presente na vida nacional do que uma opção doutrinária consciente.” Ivan Alves FILHO. **Brasil, 500 anos em documentos.** p. 453.

USA provocada pela quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, fazia balançar além das economias européias, a de outros países, principalmente os latino-americanos. A implantação do regime correspondeu aos desejos e interesses dos grupos técnico-militares defensores de um regime forte, capaz de viabilizar a instalação das indústrias de base no país, ligadas à concepção de defesa nacional.

O eixo da economia, que se deslocara parcialmente do setor exportador para o setor industrial,³⁰ prosseguira mais ativamente no processo de “*substituição de importações*,”³¹ realçando o papel desempenhado pelos investimentos estrangeiros e as limitações por eles sofridas durante a ditadura de Vargas.

Eli Diniz em sua análise sobre a trajetória do empresariado nacional em relação à defesa de seus interesses específicos, ao longo de 1930-45, demonstra três frentes de atuação do setor: “*a participação efetiva no aparelho de Estado; na elaboração de um programa industrialista e na construção de um discurso que lhe fosse próprio e auto-identificador.*”³²

³⁰ Rostow distingue no processo de desenvolvimento econômico, seis fases, correspondentes a: 1) sociedade tradicional; 2) reunião de condições preliminares para o impulso inicial; 3) impulso; 4) passagem à maturidade; 5) período do grande consumo de massa; 6) período de busca da qualidade. Por industrialização em sentido estrito entenderemos, portanto, o período correspondente ao terceiro e ao quarto estágio. Norberto BOBBIO et. al. **Dicionário de política** p. 626.

³¹ Maria da Conceição Tavares explica que na industrialização por substituição de importações os preços alteram violentamente em favor da produção industrial interna, tornando excepcional a rentabilidade dos investimentos industriais. A expansão subsequente das atividades internas traz nova pressão sobre a capacidade para importar em baixos níveis, ao crescer a demanda por importações, estimulando outra onda substitutiva. João Manuel Cardoso de MELLO. **O capitalismo tardio**. p. 92-3.

³² Apud Sônia Regina de MENDONÇA. **As bases do desenvolvimento capitalista dependente**. In: Maria Yedda LINHARES (org). **História geral do Brasil**. p. 339.

Havia, no seio do governo, setores que defendiam um desenvolvimento industrial acelerado, contrapondo-se àqueles que defendiam um processo mais moderado, ligados ao velho conservadorismo oligárquico. Foi nessa multiplicidade de conteúdos que perpassou a montagem do novo Estado, opondo ou ligando seus quadros políticos, estabelecendo os próprios limites da nacionalização dos comandos.

Boris Fausto afirma que:

“se o desenvolvimento industrial não foi o objetivo da prática política de Vargas, isso não significa que o Estado tenha adotado uma linha contrária aos interesses da burguesia industrial. Do ponto de vista político, alguns elementos do setor obtiveram postos de comando de importância variável; no plano econômico, as próprias preocupações pelo equilíbrio financeiro e a necessidade de restringir importações conduziram a incentivos em algumas áreas.”³³

A burocracia civil defendia o programa de industrialização por considerar que era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia – um componente importante de segurança nacional; os industriais porque acabariam se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado.

Em 1935, os representantes do governo iniciaram debates a respeito da possibilidade de um inquérito de âmbito nacional sobre as condições e necessidades industriais; em novembro de 1936, Vargas resolveu autorizar o CFCE (Conselho Federal do Comércio Exterior) a realizar “*um exame prático das possibilidades da indústria brasileira para sua maior expansão, tanto no consumo interno quanto na exportação de seus produtos para o exterior.*”³⁴

O CFCE solicitara informações de Associações Comerciais e Industriais em todas as regiões do país e, embora os dados recebidos fossem ainda incompletos,

³³ Boris FAUSTO. *A revolução de 1930*. p. 49.

³⁴ Marize Arcuri MAGALHÃES. *O desenvolvimento econômico na época Vargas, 1930-1939*. p. 25.

confirmaram problemas já detectados pelos círculos governamentais e que o governo vinha procurando superar. Forneceu também novas e valiosas sugestões que facilitariam a elaboração de políticas econômicas futuras, como veremos com a chegada da Missão Cooke.

A transição para o capitalismo produziu uma ruptura no que diz respeito ao avanço da acumulação capitalista no país, tanto no sentido da implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, quanto na redefinição do papel do Estado em matéria econômica, visando tornar o pólo urbano-industrial num eixo dinâmico da economia, marcado pela especificidade de um *capitalismo tardio*.³⁵

Para proceder a análise dessa transição, segundo Albuquerque, “*é necessário considerar alguns elementos historicamente ponderáveis. Em primeiro lugar, a prolongada dominação das relações de produção escravistas cujo declínio e extinção legal foram determinantes da queda do Império.(...)Também é necessário levar em conta a existência (...) de uma burguesia agrária que controlava as rendas de uma produção especializada, ainda que, (...)carente ao nível técnico. Finalmente, há que analisar os efeitos decorrentes da subordinação da economia brasileira aos centros hegemônicos do capitalismo mundial.*”³⁶

Para Vianna, é necessário mencionar também os indicadores de modernização do país no período entre 1930-35: “*(...)A variável urbanização em termos de crescimento das principais capitais brasileiras, com um aumento vigoroso (mais de 50%) nos últimos anos,(...) representando 10% do total de habitantes do*

³⁵ Expressão utilizada por João Manuel Cardoso de Mello, explicando que “*o núcleo do problema da industrialização reside na antinomia entre a plena constituição da Nação e uma certa divisão internacional do trabalho que a havia convertido em Periferia, quer dizer, numa economia que era comandada por decisões tomadas no Centro, porque sua dinâmica estava presa, em última instância, à demanda externa.*” Nesta perspectiva, “*as economias periféricas, enquanto dependentes, são meros prolongamentos do espaço econômico das economias centrais e não poderiam considerar como economias nacionais. Mais ainda, na medida em que continuassem a crescer para fora, as economias latino-americanas continuariam condenadas à miséria, pois qualquer esforço que fizessem para superá-la seria frustrado; dependência e pobreza eram, pois, duas faces de uma mesma moeda.*” João Manuel Cardoso de MELLO. **Op. cit.** p. 10.

³⁶ Manoel Maurício de ALBUQUERQUE. **Pequena história da formação social brasileira** p. 588.

país.”³⁷ O movimento *migratório*, que se dava no sentido rural-rural no século anterior, vai se alterando com afluxos de movimentação interna para as diversas regiões do país. A orientação rural-urbano passa a prevalecer com o surto industrial de 1933-39. Em 1940, 27,4% dos nordestinos acorrem para São Paulo e esta movimentação expressa a profundidade das alterações introduzidas no mundo agrário. A *expansão industrial* especialmente em São Paulo é significativa de 1930 a 1935, pois “o número de fábricas têxteis de 450 eleva-se para 552, o ramo fabril de preparação de materiais, de fabricação de máquinas e de aparelhos, de 852 para 1625 e o total de novas fábricas cresce de 70% em relação a 1930.”³⁸

Sobre o processo de modernização brasileiro, interessa-nos recuperar o conceito de caminho prussiano,³⁹ também expresso na fórmula de *revolução pelo alto* em que as próprias lideranças do processo de modernização preservam suas formas autoritárias de controle social. “A *revolução pelo alto* não se associa à idéia de que tal processo tenha levado a burguesia industrial ao poder político, e sim que os interesses específicos da indústria tenham encontrado apoio e estímulo eficaz na nova configuração estatal.”⁴⁰

Vianna explica que “a ausência de um campesinato dinâmico, resultante da falta de vínculo com a sociedade mercantil, barraria um processo de

³⁷ Luiz Werneck VIANNA. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. p. 130.

³⁸ Luiz Werneck VIANNA. **Op. cit.** p.132.

³⁹ Segundo Barrington Moore existem três vias de passagem do mundo pré-industrial para o mundo industrial moderno: 1) a transição burguesa sob via revolucionária, que consistiram em assaltos político-militares por parte de grupos econômicos independentes, contra obstáculos herdados pelo passado, fundamentalmente agrários. Também chamada de **via americana**, por ter se baseado nos movimentos representados pela Inglaterra com o movimento puritano, pela França de 1789 e pelos USA na Guerra de Secessão. 2) a transição burguesa sob via reacionária, operadas sob modelo transformista, em que as lideranças agrárias tradicionais se apossam do processo de modernização preservando suas formas autoritárias de controle social. Também chamada de *revolução pelo alto* ou **via prussiana**, por ter se baseado nos modelos da Alemanha e Japão. 3) o último tipo, representado pelos casos da União Soviética e da China, em que as grandes burguesias agrárias teriam bloqueado o desenvolvimento dos grupos comerciais e industriais, eliminando a sua possibilidade de exercício no processo de modernização, abrindo-se campo para a intervenção das massas camponesas sob a liderança de um proletariado revolucionário. Barrington MOORE. **Les origines sociales de la dictature et de la démocratie**. p. 10-11.

⁴⁰ Luiz Werneck VIANNA. **Op. cit.** p. 135.

transformações agrárias à americana. (...)A questão se resolveria através da assunção de papéis capitalistas pelo grande proprietário de terras, exportador ou não.(...) [Entretanto], o modelo prussiano de dominação também não se adequaria ao sistema de mando da oligarquia agrário-exportadora, em que pese ter essa fração de classe introduzido as relações capitalistas no campo.”⁴¹

No caso brasileiro, se a *revolução pelo alto* consistiu numa forma de modernização econômica pela intervenção política, embora tenha promovido os rearranjos nos lugares ocupados por diferentes protagonistas, implicou por outro lado uma conservação do sistema.

“Apesar da *ideologia do Estado*’ concorrer para viabilizar o indivíduo e o seu interesse, não resultava de um mero disfarce de ocasião. A feição do Estado fixava uma máscara de ferro na natureza do regime – o interesse individual estaria condenado a se travestir de público, deixando de desfrutar de reconhecimento social enquanto simplesmente privado. A burguesia industrial arcará com esse ônus, por não ter sido capaz de se apropriar diretamente do aparato de Estado e de resolver sua realização como classe sob a liderança política de uma outra que tinha um dos seus pés fincados no passado.”⁴²

Toda *revolução pelo alto* assume a configuração particular de uma *revolução passiva* como Gramsci a descreveu, de uma revolução sem revolução.

Sabendo-se que essas transformações deram-se a partir de um movimento político-militar, sob liderança de base agrária, “*trata-se de saber se o Estado se comportou ou não como um agente ativo do processo de modernização (...) e definir o sentido da ordem corporativa e de sua legislação social: instrumentos de canalização de conflitos das classes dominantes tendo como subproduto o controle das classes subalternas, ou meio consciente de realização do industrialismo, no sentido da leitura gramsciana do fordismo.*”⁴³

⁴¹ Luiz Werneck VIANNA. **Op. cit.** p. 133.

⁴² Luiz Werneck VIANNA. **Op. cit.** p. 135.

⁴³ Luiz Werneck VIANNA. **Op. cit.** p. 132.

Através de uma mudança predominantemente autoritária, o Estado Novo favoreceu a transformação de grande parte da antiga classe proprietária em empresariado mais atuante, ampliando as relações capitalistas no campo. No entanto, nesta recomposição de forças políticas, continuaram as práticas do financiamento e da destruição de estoques de café, procedimento na aparência irracional, mas que garantia o suporte político da burguesia cafeicultora.

Neste sentido, trata-se de saber se o Estado estaria, ou não, utilizando um procedimento similar ao proposto por Keynes para o equilíbrio de mercado e assumindo o New Deal de Roosevelt, através da sua intervenção.

As novas formas de relações sociais próprias da produção capitalista industrial de larga escala têm sua história e seus intérpretes.

Taylor, conhecido como pai da *Administração Científica*, marca uma etapa na história da relação capital versus trabalho.

Segundo Harvey, “*ele soube dar corpo e vida a várias idéias e experiências de submissão dos operários, estabelecendo assim as bases necessárias para ajustar o trabalho ao processo de acumulação do capital.*”⁴⁴

Ford aplica e adapta, de maneira eficiente, seus princípios. Introduz a linha de montagem, o que significa um grande avanço no controle do trabalho. Ao mesmo tempo, preconiza a necessidade de se produzir um novo homem, que responda à nova organização do trabalho. Recorre à persuasão, ao aumentar os salários, o que, sem dúvida, repercute na mudança dos padrões de consumo e apela para que novos capitalistas se tornem atores reais na direção da sociedade. O novo tipo de sociedade poderia ser construído com a aplicação adequada do poder corporativo. O propósito do dia de oito horas e cinco dólares visava obrigar os trabalhadores a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de alta produtividade, dando-lhes renda e tempo suficientes para consumir os bens produzidos em massa.

⁴⁴ David HARVEY. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. p. 122.

O que havia de especial em Ford era a sua visão de que produção de massa significava consumo de massa, novo sistema de reprodução de força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade racionalizada, modernista e populista. Preconizava, também, que era importante enviar um *exército* de assistentes sociais aos lares de seus trabalhadores para ter certeza de que o novo homem tinha probidade moral, vida familiar de capacidade de consumo (prudentes) e racional para corresponder às expectativas da corporação.

A principal atividade de Ford consistiu em racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente, fazendo-o chegar ao trabalhador numa posição fixa, conseguindo com isso, enormes ganhos de produtividade.

Teixeira da Silva observa que *“Keynes também influenciou fortemente a análise da crise do capitalismo no alvorecer dos anos 30. Defendia, como saída, a política de investimentos estatais e estímulos diversos à produção e a criação de empregos, que levaria ao desenvolvimento da política social dos USA e à retomada da prosperidade econômica.”*⁴⁵

Keynes considerava que o alto nível de investimento era uma pré-condição para o desenvolvimento socioeconômico e considerava ser *“melhor uma leve inflação que uma taxa de desemprego elevada.”*⁴⁶

Todavia, se o curso dos investimentos fosse deixado ao discernimento dos empresários individuais, a prosperidade econômica poderia ser comprometida. Por isso, ele recomendou a participação do Estado na esfera econômica, que passava a ter a responsabilidade de alocar recursos a fim de assegurar uma situação próxima ao pleno emprego. *“Foi a junção das formas de organização do trabalho propostas por Ford com as políticas econômicas formuladas por Keynes,* (além da orientação da chamada Doutrina Social da Igreja, expressa especialmente nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno*

⁴⁵ Francisco Carlos Teixeira da SILVA. **Mutações do trabalho**. p. 57-8.

⁴⁶ Francisco Carlos Teixeira da SILVA. **Op. cit.** p. 58.

(1931)), *que deu origem a um sistema econômico e social garantidor da segurança no trabalho e da intervenção do Estado na economia.*”⁴⁷

A essa prática se denominou *regulação*⁴⁸ da economia fordista-keynesiana, também chamada de política de bem-estar social ou *Welfare State*.⁴⁹

Mediante a situação, “*Roosevelt começou a convidar e ouvir líderes sindicais, a legalizar a atividade dos sindicatos e a garantir a plenitude de suas atividades. Sem abandonar o empresariado e seus interesses, o New Deal propunha uma nova parceria com os trabalhadores, gerando um sistema que se baseava no trabalho e no capital, com a mediação do Estado.*”⁵⁰

O problema, tal como pensava Keynes, era chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda a beligerância e todo o nacionalismo estreito que as soluções nacional-socialistas implicavam. Muitos políticos e intelectuais apoiaram o New Deal de Roosevelt porque o viam sob essa ótica. Muitos concordavam que um pouco de autoritarismo e intervencionismo estatais eram necessários.

As mudanças no aparelho do Estado brasileiro tinham, como meta, organizar o sistema produtivo com vistas ao atendimento das necessidades do setor industrial.

Gramsci, em seus Cadernos de Cárcere, percebeu claramente essa implicação: o americanismo e o fordismo equivaliam ao “*maior esforço coletivo realizado até*

⁴⁷ Francisco Carlos Teixeira da SILVA. **Op. cit.** p. 58.

⁴⁸ Regulação é a combinação de mecanismos que ajusta aos princípios coletivos do regime de acumulação os comportamentos contraditórios, conflitantes dos indivíduos. A princípio, essas formas de ajuste são simplesmente os hábitos, a disposição dos empresários e assalariados para se conformarem com tais princípios por reconhecê-los como válidos e lógicos. Agregam-se a eles as regras do mercado, a legislação social, a moeda, os fluxos financeiros. Tais formas institucionalizadas podem ser estatais, privadas ou semi-públicas. Alain LIPIETZ. **Miragens e milagres.** p. 9.

⁴⁹ Segundo Wilensky, o Estado de bem-estar ou Estado Assistencial, pode ser definido, à primeira análise, como Estado que garante ‘*tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todos os cidadãos, não como caridade mas como direito político.*’ Norberto BOBBIO et. al. **Dicionário de política.** p. 416.

⁵⁰ Francisco Carlos Teixeira da SILVA. **Op. cit.** p. 58.

agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência de fim jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem.”⁵¹

Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida. Questões de família, de sexualidade, de formas de coerção moral, de consumismo e de ação do Estado estariam vinculadas, na visão de Gramsci, ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo.

O dirigismo do Estado Novo também favoreceu o controle da classe proprietária sobre a massa camponesa produtora direta. Esse controle tornava-se mais eficiente na medida em que os donos da terra, sob a pressão do Estado, descompromissavam-se das práticas econômicas transacionais pré-capitalistas.

É sintomático que o Estado Novo não tenha estendido ao trabalhador rural a legislação que impôs ao proletariado urbano pois, dessa forma, ele propiciou ao grande proprietário as condições para acumular e transferir capitais de maneira a tornar-se um empresário industrial e financeiro.

Nesta nova conjuntura, a reorganização do aparelho de Estado diminuiu consideravelmente a autonomia daquela antiga burguesia rural. Em compensação, o centralismo das funções do poder, assegurou a ela uma proteção mais eficiente, não apenas contra as crises econômicas, mas, sobretudo, contra qualquer modificação radical nas relações sociais no campo.

Na etapa de transição para o capitalismo, o Estado Novo procurou reproduzir e ampliar a massa proletária urbana, cooptando trabalhadores rurais que emigravam. Esses novos integrantes dos setores industrial e de serviços estavam aptos a assumir, inconscientemente, um compromisso na conservação do trabalhismo oficial. Este último, não só lhes acenava com uma incontestável melhoria nas condições de sobrevivência, como também rompia a solidariedade coletivista rural, impedindo-os de participar dos movimentos de protesto dos camponeses.

⁵¹ Antonio GRAMSCI. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. p. 396.

Esta obra reacionária foi complementada pelo discurso nacionalista, que opunha obstáculos à entrada de trabalhadores estrangeiros qualificados, possivelmente pelas condições eventuais de oferecer resistência à política trabalhista. O próprio Getúlio alertaria a nação:

‘Quero referir-me aos perigos para a nacionalidade, da entrada de estrangeiros que, num mundo onde as questões sociais provocavam uma fermentação explosiva, poderiam desejar transportar para o novo país suas ideologias exóticas inadapáveis ao novo meio sob todos os pontos de vista.’⁵²

Essa preocupação, evidentemente, estava afastada pela proletarização trabalhista de produtores diretos egressos das áreas rurais. O número de desempregados era tão grande quanto o movimento que trazia mais mão-de-obra do campo para a cidade. O programa político do Estado Novo forneceu ao empresariado industrial o protecionismo de que carecia, aliviou-lhe o ônus dos investimentos custosos na indústria e garantiu-lhes a docilidade do operariado, ao assumir o papel de árbitro nos conflitos entre o patronato e produtores diretos industriais. Sendo cooptada pelo Estado, a classe trabalhadora perdeu sua autonomia, resultando numa condição de submissão política.

Não resta dúvida de que todas essas práticas estadonovistas asseguraram o apoio da burguesia industrial como um todo, permanecendo menos expressivos os protestos reduzidos dos defensores de uma *via americana* baseada no fortalecimento da iniciativa privada e no recurso ao capital estrangeiro como diretriz oficial.

Na década de 30, a burguesia industrial ainda não tinha condições de dispensar o protecionismo do Estado, nem mesmo de controlá-lo como setor social hegemônico. Não podia, portanto, imprimir uma diretriz autônoma à política

⁵² Artur NEIVA. Apud Angela de Castro GOMES. **A invenção de trabalhismo**. p. 224.

trabalhista. A importância do privatismo, inclusive como uma arma política contra a ditadura de Vargas, somente cresceu no fim do Estado Novo, passando a representar uma opção de peso crescente, a partir de 1945.

No entanto, a sua importância, como agente social, crescera a partir do desenvolvimento das atividades industriais que se seguiram à Primeira Guerra Mundial. Essa importância era ampliada pela concentração de unidades produtoras industriais na Região Centro-Sul, que também coincidia com o centro dominante das decisões políticas.

O potencial político do proletariado não fora apenas avaliado pelo bloco de classes que passou a controlar o poder a partir do Golpe de 37. Dele cogitavam expressamente os programas do Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, e da Ação Integralista Brasileira.

Esta última, foi organizada em 1932 e teve, a seu favor, vários elementos que lhe permitiram uma atuação do proselitismo político junto ao operariado. Até 1938, a ação dos integralistas contou com a tolerância governamental, não somente como contra-ofensiva ao Partido Comunista, como também para a demolição do arcabouço liberal-burguês que era pretendido pelos construtores do Estado Novo. Além disso, a Ação Integralista, ao solicitar, em sua propaganda, o recurso de valores burgueses, tinha o trânsito facilitado, na medida em que a massa operária se auto-reconhecia nesses mesmos valores.

A legislação trabalhista, a ação repressiva estatal e uma incontestável melhoria nas condições de vida dos trabalhadores urbanos asseguraram o domínio dos interesses representados pelas diretrizes do Estado Novo sobre a massa operária.

A subsequente mobilização da época da guerra também implicou *planejamento em larga escala, bem como a completa racionalização de trabalho.*

Apesar da resistência do trabalhador à produção em linha de montagem e dos temores capitalistas do controle centralizado, era difícil para os capitalistas e trabalhadores recusar racionalizações que melhorassem a eficiência numa época de total esforço de guerra.

Para essa empreitada, quem muito contribuiu foi o DASP,⁵³ que se empenhou no sentido de racionalizar a Administração Pública, orientando o recrutamento e seleção dos trabalhadores, com ênfase no concurso público.

O esquema corporativo se mostra na origem das medidas adotadas após 1930: regulamentação das profissões, leis trabalhistas, legislação sindical. Essas foram as bases do que Wanderley Guilherme dos Santos qualificou como sistema de “*cidadania regulada*,”⁵⁴ que se apóia na atribuição de direitos moldados em função da filiação profissional. Essa cidadania atrela os agentes sociais à órbita do Estado, caso queira obter uma identidade coletiva legal. Ela introduz princípios de diferenciação, em termos de categoria e de local, e submete cada categoria ao controle permanente do Estado.

Em junho de 1934, Vargas já manifestava, em seu discurso, sua preocupação com a disciplina, controle, produtividade, que posteriormente serão observadas, na construção da usina de Volta Redonda:

“Há, no Brasil, três problemas fundamentais, dentro do qual está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar. O homem é produto do seu habitat. Disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social. Drenar os pântanos, canalizar as águas para as zonas áridas, transformando-as em celeiros fecundos, é conquistar a terra. Combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene, é criar um cidadão capaz e consciente.”⁵⁵

⁵³ O DASP foi criado pelo Decreto-Lei nº 579, de 30 de junho de 1938, com as seguintes funções: proceder a seleção de pessoal para execução dos serviços públicos e cuidar do aperfeiçoamento do mesmo; classificar cargos e funções públicas; propor alterações em níveis de remuneração; orientar e fiscalizar a execução da legislação referente a direitos e deveres dos servidores públicos; estudar a organização e funcionamento dos serviços públicos a fim de propor normas de racionalização dos mesmos; estudar a simplificação da variedade de material em uso e estabelecer padrões para sua aquisição e utilização; elaborar a proposta orçamentária federal e fiscalizar a execução do orçamento. BELOCK & ABREU. **Op. cit.** p. 1926-7.

⁵⁴ Wanderley Guilherme dos SANTOS. **Décadas de espanto e uma apologia democrática.** p.103.

⁵⁵ Getúlio VARGAS. **A nova política do Brasil.** p. 245.

Logo em seguida, Vargas explicitava sua intenção em relação à formação de um *novo* trabalhador:

“Educar equivale, também, a uma forma de saneamento. Educar não é, somente, instruir mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento de suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil a seus semelhantes(...). A escola, no Brasil, terá que produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes de seus variados mistéres(sic). Ao lado das universidades de ensino superior, destinadas à formação das élites(sic), faz-se necessário fundar a Universidade do Trabalho. Daí sairá, no futuro, a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas.”⁵⁶

O enquadramento do proletariado urbano pela política estatal cumpriu a tarefa de afastar a possibilidade de uma aliança operário-camponesa e mesmo do proletariado com a burguesia, capaz de ameaçar a grande propriedade e o Estado.

A Constituição de 1937 teve importância fundamental na consolidação da natureza autoritária do Estado Novo. De autoria de Francisco Campos, foi cognominada de *Polaca*, porque seu modelo fora a Carta autoritária imposta à Polônia pelo marechal Josef Pilsudski, e por este documento, o Estado se auto-intitulava bem comum de todos os cidadãos. Embora mencionados no texto constitucional, os organismos legislativos não chegaram a se estruturar nem a serem postos em prática e, desta forma, o Presidente da República atuava através de decretos-leis, reproduzindo um autoritarismo tipicamente ditatorial, que não encontrava apoio legal no texto da Constituição de 1937.

⁵⁶ Getúlio VARGAS. *Op. cit.* p. 246.

No fim da Carta se expunha que esta seria validada por um plebiscito e o mandato do Presidente se estenderia até que o mesmo fosse realizado, o que, de fato, não aconteceu.

Estabelecia-se a censura à imprensa, ao cinema e ao rádio; a pena de morte para os crimes contra o Estado e a proibição de greves e, desde 1936, fora fundado o Tribunal de Segurança Nacional, iniciativa justificada como instrumento necessário para impedir a ação política dos grupos de esquerda. De fato, essa explicação simulava um objetivo mais profundo, que era o de intimidar e cercear os núcleos de resistência.

A grande Organização Burocrática mostrou-se portadora de um poderoso componente do poder: a máquina da propaganda. Após 1937, essa máquina se expande e se aperfeiçoa, cada vez mais direcionada para atuar como máquina de dominação. Ao justificar o golpe como iniciativa que atendia às *legítimas aspirações de todos os brasileiros*, armou-se um quadro de terror e ameaças, através do propalado Plano Cohen.⁵⁷

A introdução de recursos espúrios como recursos de dominação política cingem-se num mesmo plano com a censura, a delação e a tortura e, através dos meios de comunicação, projeta-se para a sociedade uma imagem única de si mesma: a sociedade, antes dividida e conflituosa, agora encontrava o caminho da paz e do equilíbrio; o trabalhador tinha a seu favor um Estado protetor, justo e a nação abria-se, confiante, para o progresso econômico.

Os benefícios sociais foram apresentados à classe trabalhadora no pós-40 como um presente outorgado pelo Estado. A classe trabalhadora, mesmo antes de demandar, foi atendida por uma autoridade benevolente, cuja imagem mais recorrente é a da autoridade paternal. Fundada num ato positivo de moralidade, a

⁵⁷ Refere-se a um documento forjado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, militar integralista, autor do suposto “Plano Comunista”, que consistiria em promover desordens e atentados com vistas à tomada do poder. Lincoln de Abreu PENNA. **República brasileira**. p.186-7.

generosidade assegura todo um fluxo de bens materiais de cima para baixo, produzindo uma obrigação de lealdade na comunidade.

Sobre esse assunto, Penna nos adverte: “*É evidente que toda escolha obedece a circunstâncias, e estas, ao condicionarem aquela, não solucionam os impasses, apenas excluem ou eliminam momentaneamente uma das razões do conflito. Resulta daí que toda opção é precedida pelo dilema, porque é sabido de antemão que o que fizer determina perdas e ganhos para um ou outro jogador. A propósito, Marx sentenciara no 18 Brumário: ‘Bonaparte gostaria de aparecer como benfeitor patriarcal de todas as classes. Mas ele não pode dar a nenhuma sem tirar das outras’.*”⁵⁸

Dentro dessa concepção, o Estado Novo mostrou mais uma vez a sua faceta autoritária com a criação do DIP, em 1939. Era um órgão subordinado diretamente à Presidência da República e tinha, como atribuições, controlar e exercer a propaganda e a censura, e também promover manifestações cívicas e culturais e exposições demonstrativas das atividades do governo. O rádio foi o principal dispositivo utilizado, pelo grau de penetração, pelo clima e teor simbólico que alcançava entre emissores e ouvintes. “*(...) Todos estavam por esse modo capacitados para avaliar os atos do governo em sua prestação de contas diária. Todos se sentiam participando embora em graus diferenciados, da grande empresa de construção do Brasil.*”⁵⁹

A organização repressiva, de âmbito político e mais elaborada, foi colocada sob a direção de Filinto Muller. Este último era notório simpatizante do Fascismo⁶⁰ e

⁵⁸ Apud Lincoln de Abreu PENNA. **O progresso da ordem: o florianismo e a construção da república.** p. 134.

⁵⁹ Apud Alcir LENHARO. **A sacralização da política.** p. 41.

⁶⁰ Derivada da palavra italiana *fascio* (=feixe, união, do latim *fascis*, isto é, feixe, símbolo da autoridade dos magistrados romanos) a palavra “fascismo”, ou a sua derivada fascista, associam-se historicamente ao movimento político fundado oficialmente por Benito Mussolini, em Milão, no dia 23 de março de 1919, cuja expressão concreta era dada então pelos chamados *fasci de combattimento*. Se bem que tenha havido anteriormente uma utilização semelhante, não há dúvidas quanto ao fato de que a partir desses bandos “fascistas” do pós-guerra na Itália, que a palavra fascismo adquiriu direitos de cidadania no vocabulário político-ideológico contemporâneo. Francisco José Calazans FALCON. **Fascismo: autoritarismo e totalitarismo.** In: José Luiz Werneck da SILVA. **O feixe e o prisma: Uma revisão do Estado Novo.** p. 30.

somente foi afastado da chefia da Polícia Política quando o Estado Novo se viu forçado a aderir às forças que combatiam os regimes totalitários de direita, em 1942.

Quanto à ação do trabalhismo oficial, as suas práticas foram reforçadas a partir de 1940, pela imposição de um sindicato único e pela exigência do pagamento de uma contribuição sindical, regulamentada dois anos depois. Todos os partidos foram postos na ilegalidade.

Neste contexto, adquirem profundidade e coerência as palavras de Getúlio Vargas quando afirmava que o crescimento brasileiro representava-se na interiorização, ao argumentar em favor da *Marcha para o Oeste*, calcada na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças e que o sentido da brasilidade está na marcha para o oeste. Enfatiza também a importância do ouro e dos metais ali extraídos, para o progresso industrial.

Sutilmente, a propaganda do regime foi despejando dispositivos de participação militarmente concebidos. A marcha compreendia um movimento unidirecionado, cadenciado e disciplinado. Marchar para o oeste significaria “*a integração de milhares de brasileiros à comunhão nacional (...) paisanos humildes, submissos e bons (...) brasileiros de mentalidade atrasada, penúria física, indigência intelectual e miséria econômica*”⁶¹ marchando com fé, solidariedade, entusiasmo, tenacidade e, acima de tudo, disciplina.

Filinto Müller em seu relatório, afirmava que a *Marcha para o Oeste*, entre outras, tinha a responsabilidade de “*evitar a ameaça de uma excessiva aglomeração de braços nas grandes cidades.*”⁶² Rumando para o interior, sob a assistência e localização do Estado far-se-ia o descongestionamento, nos centros urbanos, da massa de desocupados.

Com a eclosão da guerra na Europa e com as dificuldades impostas à importação de produtos manufaturados, o processo de substituição de importações, no

⁶¹ Alcir LENHARO. **Op. cit.** p.72.

⁶² Otávio Guilherme VELHO. **Capitalismo autoritário e campesinato.** p. 149.

Brasil, se acelerou. Desta forma, no período que abrange os anos de guerra, a quantidade de estabelecimentos industriais ampliou-se em 80%, favorecendo, também, o aumento de 15% de trabalhadores no setor industrial.

Continuava a funcionar o mecanismo de defesa dos preços do café e não se instituíram mudanças no setor agrário que visassem ampliar o mercado interno.

O recrutamento dos *soldados da produção*

No que se refere às mudanças econômicas e políticas introduzidas pelo Estado Novo, deve-se ressaltar a instituição do salário mínimo e a imposição da sindicalização de todos os setores urbanos. O Estado Novo produziu uma legislação abundante. Em 1939 foi regulamentada a Justiça do Trabalho e a partir de 1940, publicaram-se as tabelas de salário mínimo, ampliando-se os Institutos de Aposentadorias e Pensões.

No entanto, a preocupação maior do Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho,⁶³ em seus pronunciamentos, era realizar a mobilização em massa da força de trabalho, entendendo-se que essa mobilização econômica era o fundamento da mobilização militar. O país deveria ser envolvido pela consciência da mobilização para a guerra.

Nessa situação, Vargas se dirigia aos trabalhadores como *soldados da produção*, solicitando a todos o esforço máximo para o desencadeamento da *batalha da produção*, pois o tempo era de muito trabalho e sacrifícios, além de muita disciplina e participação.

Em um cartão postal, no período da guerra, Getúlio incentiva a produção:

⁶³ Alexandre Marcondes Filho assume a pasta do Trabalho (que era também da Indústria e Comércio) em 29 de dezembro de 1941 e a pasta da Justiça em 17 de julho de 1942. Marcondes era um advogado bem sucedido junto ao empresariado de São Paulo. Amigo pessoal do jornalista Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia dos Diários Associados e de Roberto Simonsen, então presidente da FIESP, em sua gestão consagrou-se o entendimento entre a grande, a pequena e média empresas. O período de 1943 a 1945 atesta o excelente relacionamento que se estabeleceu entre o governo e os interesses empresariais do país. Angela de Castro GOMES. *Op. cit.* p. 168-9.

“O que vos peço, e estou certo de que cumprireis, é pouco e é o bastante:

Disciplina para que as tarefas sejam executadas sem perturbação;

Aplicação para que o rendimento do vosso trabalho seja o máximo, sobrando-vos tempo para as obrigações auxiliares da defesa passiva, dos serviços de enfermagem, de cooperação espontânea no cuidado de velhos, crianças, enfermos e feridos;

Discrição com o objetivo de evitar que se conheçam as vossas atividades e o inimigo possa aproveitar-se desse conhecimento, pois para os serviços de informação de guerra, todos os dados podem ser preciosos;

União para reafirmar em todas as circunstâncias a vontade, a decisão de vencer.”⁶⁴

Gomes reitera que “(...) *todo esse esforço da propaganda e de apelo políticos, dirigido especialmente aos trabalhadores, era feito pari passu à decretação de uma série de leis que, respondendo às pressões dos industriais, (...) suspendia a vigência de diversos direitos trabalhistas.*”⁶⁵ Em agosto de 1942, o governo decretou a restauração da jornada de trabalho de 10 horas, sob o argumento de *estado de guerra* e, em outubro, suspendia o direito de férias nas indústrias consideradas essenciais à segurança nacional. Em dezembro, outro decreto impedia a mobilidade do trabalho nas chamadas *indústrias de guerra*, transformando os empregados em *desertores* no caso de falta e desistência do emprego. Através do programa *Falando aos trabalhadores brasileiros* (1942-45), o Ministro alertava os trabalhadores para que ficassem atentos pois muitos seriam os interessados em perturbar a ordem necessária à mobilização econômica.

Vargas conferia ao trabalhador a carta de vigilante da ordem, do ritmo acelerado das atividades e da crescente riqueza do país.

A questão siderúrgica

Com a instalação do Estado Novo, Vargas continuava decidido a levar a cabo o

⁶⁴ Revista ARIGÓ, *o pássaro que vem de longe*. p. 13.

⁶⁵ Angela de Castro GOMES. *Op. cit.* p. 208.

projeto de instalar a grande e moderna usina siderúrgica. Mas, numa situação como a do Brasil, caracterizada pelo baixo desempenho das exportações, pela inexistência de mecanismos eficazes de centralização de capitais, com um mercado financeiro rudimentar, e pela estreiteza dos recursos públicos, não havia outra alternativa para implantar a grande siderurgia a curto prazo senão o recurso ao capital estrangeiro.

O Estado se propôs a construir a Usina Siderúrgica de Volta Redonda (CSN), cuja realização permitiu o lançamento das bases para a produção industrial.

O significado da instalação de Volta Redonda para o Estado Brasileiro era assim definido por Getúlio Vargas:

“O problema básico da nossa economia estará em breve sob novo signo. O país semicolonial, agrário, importador de manufaturas e exportador de matérias-primas, poderá arcar com as responsabilidades de uma vida industrial autônoma, provendo as suas mais urgentes necessidades de defesa e aparelhamento. (...) mesmo os mais empedernidos conservadores agraristas compreendem que não é possível depender da importação de máquinas e ferramentas (...) como a enxada e outros implementos”.⁶⁶

O aço de Volta Redonda tinha, como fim, não apenas preparação bélica, mas a possibilidade de um vasto programa de desenvolvimento, de modo que, ao término da Segunda Guerra Mundial, pudesse empreender a remodelação do parque industrial.

Em 31 de maio de 1939, Vargas escreve em seu diário:

“Pouco antes de recolher-me, recebo um cifrado de nosso embaixador em Washington, informando que o governo americano [estava] pronto a financiar nosso programa siderúrgico. Foi uma notícia feliz, que me encheu de satisfação. É um novo teor de vida para o Brasil: a riqueza e o poder.”⁶⁷

⁶⁶ Apud Manoel M. de ALBUQUERQUE. **Op. cit.** p. 596.

⁶⁷ Getúlio VARGAS. **Diário** p. 316. v. 2.

A citação, sugere a possibilidade de que os USA viessem a financiar a siderurgia. Também mostra a importância que Vargas atribuía a esse projeto como base de desenvolvimento e do poder nacional. Mas, a situação da Europa frente à guerra deteriorou-se rapidamente requerendo, assim, uma maior atenção do governo norte-americano e Vargas percebeu que as suas expectativas iam se desvanecendo. Em 1940, considerando o avanço da Alemanha que dava como certa a sua vitória, Vargas proferiu, a 11 de junho de 1940, o famoso discurso a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, que teve enorme repercussão nos USA. Vargas tinha como objetivo pressionar os USA a tomarem uma decisão definitiva em relação à questão siderúrgica. Ademais, estava bastante impressionado com os acontecimentos na Europa, principalmente com os avanços da Alemanha. Em seu diário refere-se várias vezes a esse fato.⁶⁸

Uma eventual vitória desse país possivelmente garantiria a continuidade da política externa que Vargas vinha tentando implementar, pois sua simpatia para com o Eixo inquietava o governo dos Estados Unidos. Seu discurso não deixava de ser uma porta aberta para a Alemanha.

Segundo Moura⁶⁹ e Bandeira,⁷⁰ Vargas agiu no momento certo, explorando as contradições entre os blocos imperialistas e forçando, dessa maneira, os USA a financiarem a moderna siderurgia no Brasil. Roosevelt compreendia a gravidade da situação e tinha claro que a não satisfação das reivindicações brasileiras poderia significar o afastamento do Brasil da esfera de influência norte-americana e a política de solidariedade continental ficaria sobremaneira enfraquecida. As negociações foram difíceis e o empréstimo a Volta Redonda só foi liberado em troca da contribuição do Brasil para consolidar a proeminência norte-americana sobre a América Latina. Em julho de 1940, o governo norte-

⁶⁸ Getúlio VARGAS. **Diário**. p. 305-29.

⁶⁹ Gerson MOURA. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. p. 152-5.

⁷⁰ Moniz BANDEIRA. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. p. 270-3.

americano estava disposto a negociar a questão da siderurgia e em setembro de 1940, consolidaram-se as negociações. Porém, a concessão do empréstimo não findava a luta, pois demandava conseguir que o governo norte-americano cumprisse a promessa de dar prioridade à fabricação do maquinário para siderúrgica.

Sobre o empréstimo para a CSN, Pedrosa⁷¹ explica que o Governo americano concedia o crédito de 20 milhões de dólares a serem somados à parte do governo brasileiro, de 25 milhões. O Eximbank ficava com a prioridade sobre o haver da empresa e com a faculdade de supervisionar suas operações: a assistência técnica americana deveria ser dada uma vez que todo o equipamento necessário deveria ser adquirido nos USA já que o Conselho Consultivo tinha o projeto do controle de remessas de material e dos créditos em suas mãos.

A esse respeito, Mister Cooke nos diz:

“The Companhia Siderúrgica Nacional was created by special law of the Government of Brazil in 1941 with na authorized capital in milreis (now cruzeiros) of the approximate equivalent of \$25,000,000 in United States currency, divided equally between preferred and common stock. The Brazilian Government subscribed for two-thirds of the common stock, the remainder of that stock and all of te preferred stock being taken by citizens and savings organizations throughout Brazil. The cost of the completed project is estimated at about \$70,000,000. The difference between this figure and the authorized capitalization, namely, \$45,000,000, is to be provided in the form of a loan from the Export-Import Bank of Washington, repayable in semianual installments over the period up to 1945. The loan of the Export-Import Bank is designed to cover the major portion of the dollar cost of materials, equipment, and services supplied from the United States.”⁷²

⁷¹ Mário PEDROSA. **A opção imperialista**. p. 133.

⁷² (A companhia Siderúrgica Nacional foi criada por lei especial do Governo do Brasil em 1941 com um capital autorizado em mil reis (agora cruzeiros) correspondente a uma quantia aproximada de 25.000.000 de dólares em moeda corrente americana, divididas igualmente entre ações preferenciais e comuns. O governo brasileiro subscreveu 2/3 das ações comuns, o restante dessas ações e todas as ações preferenciais foram adquiridas por cidadãos e organizações de poupança por todo o Brasil. O custo do projeto completo é estimado em aproximadamente 70.000.000 de dólares. A diferença entre esta quantia e o capital autorizado, ou seja, 45.000.000 de dólares, deve ser fornecido na forma de empréstimo do Export-Import Bank, para ser pago semestralmente até 1965. O empréstimo do Export-Import Bank está destinado a cobrir a parte principal do custo em dólar de materiais, equipamento e serviços que serão fornecidos pelos Estados Unidos). Morris Llewelyn COOKE. **Brazil on the march - a study in international cooperation**. p. 236-7.

A construção da Usina de Volta Redonda enfrentou inúmeras dificuldades. As remessas de equipamentos, apesar de consideradas prioritárias pelo Departamento de Estado, só começaram efetivamente a acontecer, e mesmo assim de maneira gradual, em 1942, quando o alinhamento do Brasil aos USA estava assegurado. O esforço de guerra restringia a capacidade da economia norte-americana de fornecer os equipamentos para a CSN, mas o problema central não residia na falta de condições da economia norte-americana de satisfazer às necessidades brasileiras de armamentos e bens de capital.

Em 30 de outubro de 1942, o Tenente Coronel Sylvio Raulino de Oliveira escreve ao Embaixador Carlos Martins, demonstrando a sua ansiedade em resolver a questão das prioridades para a CSN, solicitando o apoio deste na condução das negociações com o War Production Board, uma vez que tinham mudado o sistema de prioridades:

“(…) Esse requerimento recebeu, segundo fomos informados, um franco apoio por parte do “War Production Board”, mas encontrou uma resistência muito forte por parte de outros órgãos, especialmente do “Navy Department”, que considera que nenhuma das novas prioridades criadas com AA deve ser concedida a materiais que se destinam à construção de usinas no estrangeiro.

(…) Como Vossa Excelência, por diversas vezes, teve oportunidade de informar-me, é intenção do governo americano, especialmente do State Department, apoiar definitivamente a construção de nossa usina no Brasil. Nenhuma dúvida deve existir sobre o fato de que a entrada do Brasil na guerra veio tomar ainda mais premente a necessidade de uma tal construção e que portanto, agora mais do que nunca devemos almejar que esse apoio do governo americano seja o mais sincero, por isso que útil e justo.”⁷³

Em 09 de fevereiro de 1943, Carlos Martins escreve ao Ministro das Relações Exteriores, comunicando o aumento das prioridades em relação ao projeto da Companhia Siderúrgica Nacional:

⁷³ Emb. de Washington/93/1943/Anexo - [IRI- Núcleo de Documentação Prof. Gerson Moura – out/42 a jan/44].

“(…) Foi concedida a prioridade AA-3 relativamente a todos os materiais e equipamentos, prioridade essa que é a máxima no momento para o programa de expansão da indústria de aço deste país.

No caso de ser necessária prioridade mais alta para itens separados, do mesmo modo que ocorre com o programa de expansão da indústria de aço, a Companhia Siderúrgica Nacional se beneficiará do idêntico tratamento preferencial.”⁷⁴

Entretanto, a colaboração entre o Brasil e os USA nos projetos de defesa do hemisfério desenvolvia-se entre dificuldades e desconfianças. Os USA só entraram em guerra em dezembro de 1941, depois do ataque japonês ao Pearl Harbor, mas sua participação já era considerada inevitável.

Em outubro de 1941,⁷⁵ o Governo norte-americano promoveu outro acordo, nos termos do *Lend and Lease*, para empréstimo e arrendamento do material bélico ao Brasil, prometendo a entrega por volta de setembro de 1942, de material para a Marinha e o Exército, no valor de 16 milhões de dólares e o restante no valor de 84 milhões, posteriormente. Os norte-americanos, no plano militar, pleiteavam o estabelecimento de bases navais e aéreas por todos os países da América Latina, principalmente no Nordeste brasileiro. O Brasil aprovou a construção de oito bases aéreas no nordeste, financiadas pelos USA.

Ao enviar uma Missão Militar Americana para estudar a defesa da costa do Brasil, essa acompanhou a concessão do empréstimo para a construção da Siderúrgica. A entrega de armamentos e dos equipamentos para a siderurgia dependia antes de tudo de considerações de caráter geopolítico.

O chefe da Missão (Tenente-Coronel Lehman W. Miller) pediu permissão para fazer o levantamento aéreo fotogramétrico do Norte e Nordeste.⁷⁶ Além do mais, sugeriu a criação de um serviço secreto, para vigiar as atividades de todos os

⁷⁴ Embaixada de Washington/93/1943/2. [IRI- Núcleo de Documentação Prof. Gerson Moura – out/42 a jan/44].

⁷⁵ Stetson CONN & Byron FAIRCHILD. **A Estrutura de defesa do hemisfério ocidental**. p. 357.

⁷⁶ “Em resposta, o Exército Brasileiro solicitou a entrega de quatro aeroplanos, dizendo que possuía o pessoal e o equipamento necessário à execução da tarefa.” Moniz BANDEIRA. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. p. 279.

estrangeiros e simpatizantes de regime antiamericanos e propôs que o governo mobilizasse a opinião pública dissuadindo qualquer ataque contra o imperialismo norte-americano.

A espionagem nacional e estrangeira estendia suas redes por todo o país e nos círculos ligados à Embaixada norte-americana falava-se com insistência de um Tratado Secreto assinado entre Inglaterra, USA, Argentina e Uruguai para a defesa do Atlântico Sul. O perigo mais iminente, porém, partia dos próprios americanos que ameaçavam invadir o Norte e o Nordeste do país.

Seu plano consistia em obter, do governo Vargas, a disponibilidade de todos os setores vitais⁷⁷ do Estado Brasileiro, para as forças armadas dos USA.

Nesta conjuntura, os segmentos militares, bastante afinados com Vargas, tiveram grande responsabilidade na consecução desse projeto e no alinhamento do Brasil com os USA. O sentido dessa mobilização econômica seria voltada para o apoio da população ao Exército em sua participação na Guerra, caracterizando uma adesão aberta e irrestrita.

A possibilidade de um *política eqüidistante*⁷⁸ do Brasil em relação aos principais países envolvidos na Segunda Guerra veio obrigar o Estado brasileiro a uma redefinição pois, embora Vargas (1940) tivesse expressado a satisfação pelas vitórias fascistas da Europa, tal posicionamento tornou-se insustentável quando os Estados Unidos intervieram abertamente na Guerra em 1941.

As pressões americanas junto ao governo brasileiro haviam aumentado e o processo de barganhas atingia seu ápice. Os USA tinham interesse no Nordeste brasileiro visando à instalação de bases militares estratégicas; por parte do

⁷⁷ “Os setores vitais pretendidos se constituíam em: Portos, enseadas, aeroportos e instalações aeronáuticas do Rio de Janeiro, Salvador, Maceió, Recife, Natal, Fortaleza, São Luís do Maranhão, Belém e Amapá, estradas-de-ferro e de rodagem, principalmente aquelas que servia àquelas regiões, rádio, cabos, telégrafo e telefones, usinas de energia elétrica, alojamentos, hospitais, armazéns (incluindo gás e óleo), frigoríficos e abastecimento local. (Parecer do Chefe da Missão Militar Americana, ao Chefe do Estado-Maior do Exército, General Góis Monteiro - secreto)”. Moniz BANDEIRA. **Op. cit.** p.276.

⁷⁸ Termo utilizado por Gerson MOURA para explicar a posição de neutralidade do Brasil, frente aos diversos centros hegemônicos e na respectiva área de influência. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942.** p. 41.

Brasil, o interesse estava na obtenção de recursos materiais para a instalação do projeto siderúrgico de Volta Redonda e o reequipamento do Exército.

Nesse rescaldo político é que a Missão Cooke (missão técnica norte-americana) chegou ao Brasil em caráter oficial, durante o Governo de Vargas em 1942.

Estado Novo: o começo da crise

Segundo Gomes, *“o ano de 1942 é um marco cronológico para a análise do período do Estado Novo. Este corte obedece a critérios fundamentalmente políticos, já que o período do pós-42 reúne uma série de fatos muito significativos para a reorientação do regime.”*⁷⁹ *“(...)Permanece como um marco sugestivo pela ambigüidade política que passou a dominar o clima do Estado Novo. Esta ambigüidade está sendo entendida aqui como o esforço de abrir mão de um regime autoritário, sem abrir mão das posições de poder exercidas por seus mentores.(...) Neste sentido, tornava-se fundamental a capacidade destas elites de gerar novas idéias sobre sua continuidade política em uma ordem democrática.”*⁸⁰ Sobretudo para conduzir do processo de transição.

O principal objetivo, agora, seria o estreitamento dos laços entre Estado e movimento operário, via representação sindical. De um lado, almejava-se um maior controle do ministério sobre o movimento sindical mas, de outro, necessitava-se de que este movimento fosse significativamente representativo no meio do operariado. Não se buscava apenas o controle, mas a adesão e a mobilização, o que só seria possível através de procedimentos mais participativos e capazes de gerar certa dose de representatividade real.

A conjuntura da guerra havia influído poderosamente para o desgaste da ditadura, principalmente com o lançamento do *Manifesto aos Mineiros* (24 de

⁷⁹ Angela de Castro Gomes. **Op. cit.** p.166.

⁸⁰ Angela de Castro GOMES. **Op. cit.** p. 170.

outubro de 1943) que propunha o restabelecimento das práticas políticas liberais burguesas. Embora os signatários tivessem sofrido represálias, os dirigentes do Estado Novo percebiam que a alta burguesia não mais constituía um apoio indiscutível ao regime.

Segundo Bandecchi “*Com a entrada do Brasil na guerra, em 1942, tornou-se propício o ambiente para a luta pela redemocratização no país, muito embora os elementos do Estado Novo oferecessem resistência ao processo, já agora incontrolável.*”⁸¹ O *Manifesto à nação* (1º de novembro de 1943), deu-se quando os estudantes (SP) proibidos de falar, saíram à rua levando lenços à boca. Hélio Mota, representante dos estudantes fora duramente agredido pela polícia, o que provocou revolta e protesto do povo e dos acadêmicos. O começo desses brutais acontecimentos foi o brado de Hélio Mota: “- *Morra Getúlio! Viva a democracia!*”⁸²

Somando-se aos fatos, a contradição do envio de forças brasileiras para combater os fascistas na Europa acentuavam o contraste entre a estrutura jurídico-política ditatorial brasileira e a aceitação de princípios que ela não respeitava internamente. Apesar da censura, as notícias exteriores indicavam claramente o colapso militar da Alemanha, da Itália, do Japão e de seus respectivos aliados.

A resistência da União Soviética também fora uma surpresa que contribuiu para desgastar a propaganda estadonovista. Os jornais, sob pretexto de noticiar os deslocamentos e vitórias da FEB na Itália, rompiam aos poucos a unidade do apoio forçado ao Estado Novo, difundindo críticas e apoiando a redemocratização. O intervencionismo estatal crescera em importância, na medida em que retirava da burguesia o ônus dos altos investimentos de capital em iniciativas, cujo retorno era muito demorado.

⁸¹ Brasil BANDECCHI. *Manifesto à nação de 1º de novembro de 1943*. p. 2.

⁸² Brasil BANDECCHI. *Op. cit.* p. 2.

O setor privado estava cada vez mais interessado em sacudir a dependência diante da iniciativa oficial, retomando o processo de integração com o capital internacional, que caracterizara o desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil. Se era incontestável a segurança fornecida pelo aparato repressivo do Estado Novo para garantir a continuidade dos interesses privados, a iniciativa estatal assumira o completo domínio na condução da política econômica e financeira.

As forças que contestavam o Governo se propuseram a eliminar, no plano político, o estado de exceção que durara desde 1937.

Segundo Bandeira, “*em novembro de 1944, o jornalista Samuel Wainer chegou aos USA prevendo, para breve, a queda da ditadura de Vargas. E anunciou que Osvaldo Aranha, Cordeiro de Farias, João Alberto, Eduardo Gomes, Carneiro de Mendonça, Alberto Pasqualine e parte do exército participavam da conspiração.*”⁸³

A queda do Estado Novo resultou também, do efeito da convergência de determinantes internos, aos quais se articularam as pressões da conjuntura assinalada pelas conferências de Yalta⁸⁴ e de Postdam⁸⁵ (1945) e pelo início da Guerra Fria, quando ficou estabelecido que os países dominados por Governos fascistas não teriam direito à representação na Organização das Nações Unidas. A interpretação que se conferia a essa exigência, mesmo possuindo aparente unidade, carecia de uma definição mais precisa, na medida em que os parâmetros da democracia burguesa eram divergentes sob a ótica socialista.

⁸³ Moniz BANDEIRA. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. p. 297-8.

⁸⁴ Realizada em fevereiro de 1945, na cidade soviética de Yalta, se refere aos acordos celebrados entre Roosevelt, Churchill e Stalin, sobre a negociação dos domínios destas nações. Convocava-se a Conferência das Nações Unidas para o dia 25 de abril de 1945. Harold C. SYRETT. **Op. cit.** p. 314.

⁸⁵ Realizada em agosto de 1945, no Castelo de Potsdam (Berlim), formularam Declarações expedidas pela Conferência na qual estiveram presentes Harry Truman (Roosevelt falecera em 12/04/1945), Clement Attlee (primeiro-ministro britânico sucessor de Churchill) e Stalin. Discutiram sobre a rendição do Japão e desmilitarização da Alemanha. Harold. C. SYRETT. **Op. cit.** p. 314.

A divergência já começara nas ressalvas apostas pela União Soviética para a aceitação dos compromissos contidos na Carta das Nações Unidas. A partir dessa indefinição, o efeito de diferenças foi esclarecido entre as estruturas capitalistas e aquelas que se integravam no processo de transição socialista, como os da descolonização ou de redemocratização se desenvolveram diferentemente, e a sua aceitação pelas grandes potências mundiais subordinava-se aos interesses destas últimas, durante o enfrentamento da Guerra Fria.

Na América Latina, a política norte-americana conferira um suporte eficiente a governos autoritários de direita, sempre que estes últimos não pretendessem alterar o quadro das relações econômicas e financeiras, prejudicando os interesses empresariais dos USA. Com maior ou menor poder de pressão, as ditaduras assumidas com inovações rejuvenescedoras fascistas foram aceitas e toleradas pelos USA até o final da guerra.

A aproximação norte-americana e soviética cresceu consideravelmente durante a Segunda Guerra Mundial, sem que isso significasse uma aceitação por parte dos USA da estrutura socialista e, principalmente, da sua difusão no mundo capitalista.

Compreendia-se a facilidade com que regimes discricionários, dentro de uma perspectiva liberal-burguesa, puderam se transformar em democracias aceitáveis aos olhos dos USA. No caso específico do Brasil, o poder de resposta nacionalista à hegemonia norte-americana exigia uma definição mais profunda, adequada às diferenças entre a opção capitalista e a socialista.

Segundo Mota, *“o I Congresso Brasileiro de Escritores realizado entre 22 e 26 de janeiro de 1945, em São Paulo, significou um sinal de alerta no processo de redemocratização do Brasil, no fim da Segunda Guerra Mundial. Representou um momento significativo na história da cultura no Brasil, uma vez que*

*propiciou confrontos de posições de diversas vertentes teóricas e das principais regiões do país.”*⁸⁶

Por sua vez, em 28 de fevereiro de 1945, Vargas assinou uma lei, procurando esvaziar politicamente a oposição, tentando se ajustar à nova conjuntura e garantir o continuísmo no exercício do poder. Através desta, acrescentavam-se certos dispositivos à carta Constitucional de 1937, estabelecendo condições para a eleição do Presidente da República a ser realizada dentro de alguns meses. A este procedimento se acrescentaram a abolição da censura, a autorização para que se organizassem partidos políticos e a concessão da anistia, que beneficiava indiferentemente os que haviam participado do levante da Aliança Nacional Libertadora, de 1935 e os integralistas que haviam tentado depor Vargas, em 1938.

Para unificar os diversos suportes políticos que eram fornecidos pelo proletariado urbano, Vargas remanejou as alianças aproximando-se do Partido Comunista. Neste mesmo ano, buscou-se reorganizar os quadros do partido desgastados pela repressão estadonovista adotando uma diretriz diante da eventual redemocratização. Nesta ocasião, Luís Carlos Prestes, embora encarcerado, fora eleito Secretário-Geral do Partido. Em 18 de abril de 1945, Vargas concedeu anistia aos presos políticos.

Desde 24 de janeiro do mesmo ano, Berle fora nomeado embaixador do Brasil, em substituição a Jefferson Caffery, que chefiara a embaixada desde 1937. Em sua posse (31/01/45), o diplomata norte-americano demonstrou vivo interesse pela institucionalização do processo democrático em território brasileiro. Naquele dia escreveu em seu diário que, *“embora fosse uma tarefa difícil, os USA deveriam encorajar uma solução política capaz de atender, o mais breve possível, aos anseios do povo brasileiro.”*⁸⁷

⁸⁶ Carlos Guilherme MOTA. **Ideologia da cultura brasileira**. p. 137

⁸⁷ BELOCK & ABREU. **Op. cit.** p. 364 -5.

No dia 13 de agosto, Berle escreve a Truman para dizer que, embora Vargas estivesse encaminhando o país para a normalidade democrática, entendia que “*Vargas iria suspender as eleições que estavam marcadas para o dia 2 de dezembro, pois estava buscando alguém próximo a ele que pudesse governar o país, já que nem Dutra nem Eduardo Gomes tinham apelo popular.*”⁸⁸

Em 18 de setembro, Berle informa ao Departamento de Estado que se organizava no país, com o apoio dos comunistas, um movimento favorável à permanência de Getúlio, conhecido como *Movimento Queremista*, devido ao lema *Queremos Getúlio*. Os comunistas defendiam a convocação de uma Assembléia Constituinte e que “*a maioria da população, embora desejasse o retorno à democracia constitucional, estava a favor da permanência de Getúlio.*”⁸⁹

No dia 29 de setembro, Berle cometeu uma *interferência* que lhe custaria o posto de embaixador no Brasil. Convidado pelo Sindicato dos Jornalistas para um almoço no Quitandinha, em Petrópolis, pronunciou um discurso que, além de enfatizar a importância da institucionalização democrática, combateu a forma de Constituinte preconizada pelo Queremismo. O discurso teve grande repercussão na imprensa, o que deixou Vargas visivelmente irritado.

Interpretando a vontade de Vargas, o Itamaraty fez um veemente protesto ao Departamento de Estado Norte-americano contra o discurso de Berle. Numa correspondência datada de 12 de dezembro de 1945, Mr. Wieland escreve ao embaixador, dizendo que “*João Alberto tinha dito, a um informante confiável, que Getúlio Vargas tinha toda a intenção de tomar o poder.*”⁹⁰

Ao apagar das luzes do Estado Novo, através do decreto 7.666, de 22 de junho de 1945, Vargas cria a Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional (Lei Anti-

⁸⁸ BELOCK & ABREU. **Op. cit.** p. 365.

⁸⁹ BELOCK & ABREU. **Op. cit.** p. 365.

⁹⁰ CPDOC – Arquivo das Relações exteriores.

Truste ou Lei Malaia) visando à expropriação dos grandes cartéis nacionais e estrangeiros, cuja ação pusesse em risco os interesses do país. Sua revogação pelo decreto 8.162, de 9 de novembro de 1945 se daria após o afastamento de Getúlio Vargas.

Para muitos observadores⁹¹, “*a Lei Malaia representou um dos momentos mais importantes da tomada de consciência dos problemas nacionais brasileiros. Para o Departamento de Estado dos USA, a Lei Malaia representava uma ameaça ao capital estrangeiro no Brasil.*”⁹² Além de convocar eleições e revogar a Lei Antitruste, José Linhares ainda aboliria, nos curtos três meses de permanência no poder, o Tribunal de Segurança Nacional, instrumento repressivo forjado no Estado Novo. Vargas foi destituído do poder no dia 29 de outubro de 1945, e o embaixador foi afastado do posto no início de 1946.

O escritor Affonso Henriques, conhecido por sua posição radical antigetulista, deixa claro a quem se dirige:

“parece difícil compreender como é que o ditador, depois de cometer tantas iniquidades, e depois de haver sido deposto num movimento espetacular de opinião pública consciente, conseguiu voltar à evidência e à ribalta da política brasileira, chegando a ponto de ser eleito senador da República por sete diferentes Estados, inclusive o Estado de São Paulo, o Estado mais sacrificado pelos seus desmandos. Isso se deve à incúria incrível dos que o depuseram em 29 de outubro e não tomaram imediatamente as necessárias providências para desmontar a máquina política que, durante os quinze anos de governo o ditador havia instalado em todos os estados da República.”⁹³

E conclui virulentamente: “*Considerando-se que(...) a grande maioria do eleitorado brasileiro compõe-se de gente com menos de um ano de curso*

⁹¹ Ivan Alves FILHO. **Brasil, 500 anos em documentos**. p. 502

⁹² Moniz BANDEIRA. **Op. cit.** p. 301.

⁹³ Affonso HENRIQUES. **Ascensão e queda de Getúlio Vargas**. v. 2. p. 384.

primário, não foi difícil à camarilha de Vargas arrastá-lo às urnas, qual rebanho dócil, a ser abatido no matadouro cívico.”⁹⁴

Capítulo II

Missão Cooke, um instrumento de hegemonia norte-americana

**“Para o passado, o dom de atizar a chama da esperança
cabe apenas ao historiador
perfeitamente convencido de que, diante do inimigo,
se este vencer, nem os mortos
estarão em segurança. E esse inimigo não tem cessado
de vencer.”**

Benjamin

⁹⁴ Affonso HENRIQUES. *Op. cit.* v. 2. p. 384 –5.

Uma abordagem teórica:

Neste capítulo procuramos focar a Missão Cooke, ressaltando algumas de suas particularidades: sua composição, trajetória, objetivos, colaboradores, propostas de curto e longo prazo e conseqüências.

Procuraremos demonstrar que, no tocante à questão siderúrgica, a missão teve um importância fundamental pois, ao contrário do que demonstram alguns documentos, era uma missão industrial, com a responsabilidade de acompanhar o processo de construção da CSN, e com a capacidade de viabilizar ou não, a liberação de máquinas e equipamentos.

Para tal intento, recorreremos aos conceitos de alguns autores, para dar uma explicação, ou buscar uma representação simbólica, mais próxima do que pretendemos reportar. *“O símbolo não é dado de uma maneira casual ou voluntária. Pelo contrário, o símbolo faz sempre referências a alguma coisa que não é da ordem do simbólico,”*⁹⁵ mas que está contido na produção do significado dado, produzido e incorporado coletivamente. E neste sentido, transforma-se em uma vontade geral, universal. Uma vez criado o significado, ele é uma construção sobre o real, de ordem imaginária.

Dentro desta perspectiva, procuramos demonstrar que essa missão é um instrumento de viabilização de um projeto hegemônico norte-americano.

⁹⁵ Apud Solange Maria PIMENTA. **A estratégia da gestão: fabricando aço e construindo homens. O caso da Companhia Siderúrgica Nacional.** p. 98.

Sobre hegemonia,⁹⁶ Staccone assim define: *“Hegemonia é o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social, no decurso de um período histórico, sobre outras classes sociais e até sobre o conjunto das classes da sociedade. O domínio supõe o acesso ao poder; já a direção intelectual e moral se faz através da cultura, que promove a adesão por meios ideológicos, constituindo a função propriamente hegemônica ou dirigente.”*⁹⁷

Assim sendo, ganha centralidade a figura do intelectual, aquele que, no âmbito de um dado segmento social, contribuiu para sua organização e direção, explicitando, consolidando e disseminando o conjunto de códigos culturais a ele inerentes, quer por pertinência de classe, quer por adesão programática.

Quem contribuiu para o desenvolvimento da industrialização brasileira foi o Engenheiro, *“por sua atuação no Aparelho Repressivo de Estado, em comissões e grupos de estudos para a regulamentação de setores de infra-estrutura social.”*⁹⁸ Conforme nos explica Kawamura, *“a participação do engenheiro militar deu-se, principalmente em setores considerados de interesse para a segurança nacional, como o de recursos minerais, siderurgia e petróleo.”*⁹⁹

O capitalismo industrial cria essencialmente os técnicos, os cientistas, ligados à produção. São esses os intelectuais orgânicos do capitalismo, isto é, ligados intimamente à função produtiva, à função da economia capitalista. Assim, *“os intelectuais do tipo urbano cresceram com a indústria e estão ligados às vicissitudes dessa(...) e elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria. Em sua média geral, os intelectuais urbanos (...) têm uma relação mais estreita com a produção; os*

⁹⁶ O termo hegemonia deriva do grego eghestai, que significa conduzir, ser guia, ser líder; ou também do verbo eghemoneuo, que significa ser guia, preceder, conduzir, estar à frente, comandar, ser o senhor. Por eghemonia, o antigo grego entendia a direção suprema de um exército. Trata-se portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Luciano GRUPPI. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. p. 1.

⁹⁷ Giuseppe STACCONE. **Gramsci: 100 anos de revolução e política**. p. 93.

⁹⁸ Lili Katsuco KAWAMURA. **Engenheiro: Trabalho e ideologia**. p. 28.

⁹⁹ Lili Katsuco KAWAMURA. **Op. cit.** p. 37.

*altos intelectuais urbanos se confundem cada vez mais com o estado-maior industrial propriamente dito.*¹⁰⁰

Segundo Gramsci, todo grupo social, quando se afirma no campo econômico, deve elaborar sua própria hegemonia política e cultural devendo, portanto, criar os seus próprios quadros, os próprios intelectuais.¹⁰¹

Gramsci explica que *“os intelectuais orgânicos exercem o papel de fornecer cimento ideológico aos extratos dominantes e é capaz de discorrer sobre o caráter natural da máquina a que serve.”*¹⁰²

A esse respeito, importa-nos recorrer ao conceito de aparato hegemônico, como um aparato de direção que, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências, novos métodos de conhecimento.

Logo, não existe legitimidade de Estado sem hegemonia, como também inexistente hegemonia sem disputas e sem a imposição vitoriosa, de uma dada representação, tida como legítima, da sociedade.

Segundo Vianna,¹⁰³ *“em condições de hegemonia, a burguesia solidarizaria o Estado com as instituições dirigentes da ação, da produção e da reprodução dos valores sociais, conformando essa realidade conceitual denominada por Gramsci de Estado ampliado”*¹⁰⁴. Essas instituições seriam os aparatos ideológicos do Estado, como afirmou Althusser.¹⁰⁵ Ele comenta que o aparelho de Estado seria repressivo, ou seja, aquele que funciona na base da violência.

¹⁰⁰ Antonio GRAMSCI. **Os intelectuais e a organização da cultura.** p. 12.

¹⁰¹ Apud Luciano GRUPPI. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** p. 80.

¹⁰² Luciano GRUPPI. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** p. 80.

¹⁰³ Luiz Werneck VIANNA. In: Luciano GRUPPI. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** p. xiii.

¹⁰⁴ *“Para Gramsci, o Estado Ampliado seria produto das múltiplas interconexões entre sociedade civil e sociedade política, num permanente movimento de pressões e contrapressões que visam a busca do consenso – isto é, consentimento – atribuído ao projeto e/ou visão de mundo de um certo grupo por parte de todos os demais a ele assim ‘submetidos’.”* Sonia Regina de MENDONÇA. **Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania.** p. 97-8.

¹⁰⁵ Louis ALTHUSSER. **Aparelhos ideológicos de Estado.** p. 25.

Quanto às outras instituições, ele designa como Aparelhos ideológicos de Estado. Em que consiste essa diferença?

Carnoy¹⁰⁶ comenta que a diferença consiste em que o ARE seria único, enquanto existiria uma pluralidade de AIE. Enquanto unificado, o ARE pertence ao domínio público; os AIE pertenceriam ao domínio privado. Essa distinção permite compreender o jogo sutil entre o Aparelho repressivo e os Aparelhos ideológicos do Estado. *“Ao desenvolver a natureza dos AIEs Althusser volta a Gramsci: a diversidade dos AIEs é unificada sob a ideologia dominante e ‘nenhuma classe pode manter o poder do Estado, por um longo período, sem exercer, ao mesmo tempo, sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado’.”*¹⁰⁷

Quando Gramsci fala da *“hegemonia como direção ‘intelectual e moral’*, afirma que essa direção também se exerce no campo das idéias e da cultura, manifestando-se a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social, pois hegemonia *‘é algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e sobre os modos de conhecer’.*”¹⁰⁸

Segue-se, pois, que a construção do Estado caminha paralelamente à construção de um campo de poder, entendido como espaço de disputa em cujo interior, os detentores dos vários tipos de capital¹⁰⁹ lutam pelo poder sobre o Estado e sua reprodução.

¹⁰⁶ Martin CARNOY. **Estado e teoria política**. p. 127.

¹⁰⁷ Martin CARNOY. **Op. cit.** p. 128.

¹⁰⁸ Ivete SIMIONATTO. In: Alberto AGGIO. **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**. p. 47.

¹⁰⁹ No capítulo intitulado *O novo capital*, Bourdieu explica que o *capital cultural* é construído no âmbito que abrange a instituição escolar e a instituição família, que, numa relação de aceitação mútua, permitem aos indivíduos (alunos de classes privilegiadas), através do diploma, a obtenção do capital cultural e, por decorrência, o capital social e capital econômico. Pierre BOURDIEU. **Razões práticas**. p. 35-48.

Para Foucault “(...)o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, e que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas, se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder.”¹¹⁰

Em seguida reitera que, “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é certamente uma potencialidade de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.”¹¹¹

É uma relação e se é uma relação, de um lado há um potencial de pressão, e de outro, a passividade, o consentimento ou a reação. Aquele que vive sob a decisão é também parte ativa na relação, não apenas como sujeito que consente e alimenta sua dominação, mas ainda como indivíduo que resiste e se contrapõe.

Poulantzas refere-se ao poder “como uma capacidade de uma classe ou de várias classes sociais de conquistar os seus interesses específicos contra uma outra ou contra outras classes. Nesse sentido, o poder de uma classe corresponde ao seu lugar nas relações econômicas, políticas e ideológicas da sociedade.”¹¹²

Segue-se que “para as classes dominantes, o Estado tem o papel de organizador. Nessa função, o Estado também emite as leis que regulam a vida de todos, com o objetivo de proteger quem está no poder. A lei assim possibilita a repressão em casos de não-obediência.”¹¹³

¹¹⁰ Michel FOUCAULT. **Microfísica do poder**. p. xiv.

¹¹¹ Michel FOUCAULT. **História da sexualidade; a vontade de saber**. p. 89.

¹¹² Nicos POULANTZAS. **O Estado, o poder, o socialismo**. p. 168.

¹¹³ Nicos POULANTZAS. **Op. cit.** p. 85-6.

Gramsci enfatiza que a tarefa de toda concepção dominante consiste em conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, que é cimentado e unificado precisamente por aquela ideologia. A hegemonia é isso: “*capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe.*”¹¹⁴

Thompson, quando se refere à classe social, diz que é um fenômeno histórico, unificando uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na experiência como na consciência. “*(...) a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica.(...) A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais(...). Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.*”¹¹⁵

Em seu livro *Razões Práticas*, Bourdieu levanta a questão se *É possível um ato desinteressado?* e comenta que a noção de interesse é “*um instrumento de ruptura com uma visão encantada, e mistificadora, das condutas humanas.*”¹¹⁶

E que não há ato desinteressado, pois a razão de ser de uma conduta impele a busca de fins econômicos. Sobre esse assunto, Bourdieu é bastante preciso no uso da noção de *interesse*. Mas quando recorre a Huizinga, substitui o *interesse* por *illusio* ou investimento. “*Huizinga observa que, a partir de uma etimologia falsa, illusio, palavra latina que vem da raiz de ludus (jogo), poderia significar estar no jogo, estar envolvido no jogo, levar o jogo a sério.*”¹¹⁷ Significa acreditar que o jogo vale a pena, que vale a pena jogar. Significa, também, perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos; é acreditar que

¹¹⁴ Luciano GRUPPI. **Op. cit.** p. 69-70.

¹¹⁵ E. P. THOMPSON. **A formação da classe operária inglesa.** p. 9-10.

¹¹⁶ Pierre BOURDIEU. **Razões práticas.** p. 137.

¹¹⁷ Pierre BOURDIEU. **Op. cit.** p. 139.

os alvos engendrados no fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos.

Outro fator interessante para complementar este entendimento é a *atração espontânea* que a hegemonia provoca entre os grupos sociais, pois: *“a existência da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deva levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia deverá ser exercida, e que um certo equilíbrio de compromisso deva ser estabelecido; quer dizer, que o grupo dirigente deva fazer sacrifícios de natureza econômico-corporativa. Mas não há dúvida alguma de que todos os sacrifícios e tais compromissos não podem tocar o essencial, pois se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica.”*¹¹⁸

Muito oportuno se faz buscar, em Lênin, as palavras que venham ao encontro da nossa indignação: *“A nossa tarefa é lutar contra o astucioso logro capitalista que (...) tentam introduzir sub-repticiamente por meio de palavras ocas e altissonantes sobre ‘liberdade’ e ‘igualdade’. (...) Arranquem a máscara desses lobos disfarçados de cordeiros, que vos embalam com belas palavras(...) Tais lobos disfarçados de cordeiros são os piores inimigos dos trabalhadores e são(...), os amigos dos capitalistas.”*¹¹⁹

A Missão Cooke

Os conceitos como se apresentam são muito importantes para a presente discussão: a Missão Cooke foi uma missão norte-americana que chegou ao Brasil em 1942, para atuar em colaboração com a Comissão de Mobilização Econômica¹²⁰.

¹¹⁸ Giuseppe STACCONE. **Gramsci: 100 anos de revolução e política**. p. 93.

¹¹⁹ Vladimir Ilitch LÊNIN. **Como iludir o povo**. p. 7.

¹²⁰ Criada pelo Decreto-Lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942. Edgar CARONE. **A terceira república (1937-1945)**. p. 205.

A sua origem não é muito precisa; segundo Vasco Tristão Leitão da Cunha,¹²¹ o Escritório do Conselheiro Comercial da Embaixada do Brasil teria sugerido, oficiosamente, em 15 de julho de 1942, que o Governo dos USA enviasse ao Brasil uma Missão de técnicos especializados, com o fim de estudar, em colaboração com uma comissão brasileira, formas de cooperação técnica para o desenvolvimento da indústria e da produção de guerra.

Tendo chegado em subgrupos (a Belém do Pará, no avião procedente dos USA, com destino ao Rio de Janeiro, nos dias 21, 22 e 23 de setembro),¹²² a Missão foi composta, inicialmente, por 12 técnicos norte-americanos e coordenada pelo Sr Morris Llewellyn Cooke.¹²³

Sobre a chegada em Belém, em subgrupos, deve-se considerar o aspecto de rota segura em tempos de guerra, existência de bases militares¹²⁴ instaladas em Belém do Pará, associadas ao caráter relativamente confidencial da missão que não deveria se deparar com manifestações antiamericanas no Brasil.

Segundo McCann, as negociações da CSN influenciaram as atitudes das autoridades brasileiras e “*o Governo Brasileiro concedeu à Pan-American Airways autorização para voar diretamente de Belém ao Rio, via Barreiras, no Oeste baiano, encurtando em dois dias o tempo de viagem dos USA(...)*.”¹²⁵

¹²¹ Memorando apresentado ao Ministro das Relações Exteriores, datado de 10/12/42 [Itamaraty – 812. (22) (42)].

¹²² Correspondência da Embaixada em Washington para o Ministro Osvaldo Aranha datada de 04/09/42 [EC/641/812.(42) (22)] e Telegrama do Ministro para o Interventor Federal do Estado do Pará, datado de 21/09/42 [EC/1/812. (42) (22)] – Itamaraty.

¹²³ Morris L. Cooke, de descendência americana, concluiu o mestrado em engenharia (1895) e doutorado (1922), ambos pela Lehigh University. Tendo atuado em vários cargos ligados à Marinha Americana, foi Diretor de Serviços Públicos (1917), Engenheiro Consultor de Gerenciamento, Gerente da Comissão do Vale do Mississipi em Serviços de Administração Pública, Gerente da Comissão das Grandes Planícies, Consultor Técnico do Quadro de Produção de Guerra com referência especial para problemas de cidades fantasma e procedimentos de subcontratação, Comissário para o assentamento dos problemas advindos da desapropriação de propriedades petrolíferas do México e Consultor Técnico da Administração Naval de Guerra. [Panel of persons proposed for the Mission. Pasta da Missão Cooke - Itamaraty - 812. (22) (42)].

¹²⁴ “*Em fins de fevereiro de 1942, o Governo dos USA solicitou licença ao Brasil para elevar o número de seus contingentes no Nordeste. Iriam 300 homens para Belém, 300 para Natal, 150 para o Recife e 150 para Fernando de Noronha.*” Moniz BANDEIRA. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. p. 284.

¹²⁵ Frank D. McCANN, JR. **Aliança Brasil Estados Unidos**. p. 164.

Entre maio de 1941 e janeiro de 1942, Washington assinou acordos (*denominados de acordos preclusos*)¹²⁶ com o Brasil, e “*a exclusividade por dois anos ficou com o manganês, titânio, diamantes industriais e mica, bauxita e quartzo.*”¹²⁷ Como diz Diniz: “*sem os minerais, sem as matérias primas e sobretudo sem combustíveis em abundância não é possível nenhum poderio militar.*”¹²⁸

Depois que o Ministro da Fazenda, Souza Costa, assinou os Acordos de Washington, em março de 1942, a Missão foi organizada pelo Conselho Econômico de Guerra (Board of Economic Warfare) com a colaboração do Departamento de Estado, pelo Conselho de Produção de Guerra (War Production Board) e o Coordenador para Assuntos Interamericanos (Coordinator for Inter-American Affairs), constituída e enviada em caráter oficial em 1942. A Missão instalou-se no Rio de Janeiro em 23 de setembro, regressando aos USA em 3 de dezembro.

A missão brasileira não teve uma organização rígida e sua maior contribuição técnica, verdadeiramente autônoma e organizada, veio de São Paulo. Este Estado contava com o CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) entidade civil, e a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) entidade sindical que, desde maio de 1940, atuavam e funcionavam conjuntamente, aparecendo ligadas sob o título CIESP/FIESP em seus informes oficiais. A diferença entre as duas era meramente formal: o CIESP preservava-se o direito de agir sem a supervisão do governo, enquanto a FIESP representava, oficialmente, os industriais paulistas perante os órgãos governamentais. A partir do Decreto-Lei nº 2.363, de 03 de julho de 1940, o governo federal conferiu às associações civis a prerrogativa de colaborarem com o Estado na qualidade de

¹²⁶ Mário PEDROSA. **A opção imperialista**. p. 145.

¹²⁷ Mário PEDROSA. **Op. cit.** p. 145.

¹²⁸ Osório da Rocha DINIZ. **O Brasil em face dos imperialismos modernos**. p. 162.

órgãos técnicos e consultivos. Um ano depois, o CIESP foi reconhecido como órgão técnico e consultivo do governo federal para estudo e solução dos problemas relacionados com a categoria econômica da indústria.¹²⁹

Sob a orientação do Engenheiro Professor Ari Frederico Torres,¹³⁰ várias sub-comissões técnicas elaboraram relatórios completos sobre os vários problemas de interesse, reunidos em três volumes, que muito orientaram a Missão Americana. Realmente não havia melhor pessoa para apresentar aos integrantes da Missão Cooke as necessidades que o Brasil enfrentava com o não cumprimento dos acordos americanos sobre a siderurgia.

Desde março de 1940, Ary Torres integrava a subcomissão de siderurgia da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. Neste mesmo ano viajou aos USA, juntamente com Guilherme Guinle e Macedo Soares, para negociar com o Export and Import Bank, o empréstimo para a construção da Usina Siderúrgica Nacional. Em janeiro de 1941, teve aprovado o decreto-lei para a construção e exploração da usina de Volta Redonda e, em março, elegeu-se vice-presidente da empresa, cargo que ocupou até o ano seguinte. Em 1942 foi nomeado assistente responsável pelo setor da produção industrial na Coordenação de Mobilização Econômica.

A noção de dominação vai estar presente na Comissão Técnica Brasileira que contou com Mariano Ferraz, Glycon de Paiva,¹³¹ Marcio de Mello Franco Alves, Benjamin Soares Cabello e Haroldo Cecil Poland, todos pertencentes,

¹²⁹ BELOCK E ABREU. *Op. cit.* p.763.

¹³⁰ Ari Frederico Torres foi diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo(1926), Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo(1937-38) e integrou a **Comissão Executiva do Plano Siderúrgico**(1940). Como integrante da Comissão de Mobilização Econômica, atuou até 1944. Ainda em 1943 tornou-se consultor técnico da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM), bem como presidente da Federação Brasileira de Engenheiros. Em 1945, foi nomeado membro do Conselho Nacional de Política Industrial. Era professor catedrático de materiais de construção na Escola Politécnica na Faculdade de Arquitetura e urbanismo da USP; presidiu a ABNT, foi diretor do CIESP e da Copebrás (Comp. Petroquímica Brasileira). BELOCK & ABREU. *Op. cit.* p. 3361-62.

¹³¹ Glycon de Paiva foi geólogo-chefe do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, tendo exercido de 1938 a 1940 o cargo de diretor da Divisão de Geologia desse órgão. De 1943 a 1944 chefiou o Serviço de Produção Mineral da Coordenação da Mobilização Econômica. BELOCK & ABREU. *Op. Cit.* p. 2477.

simultaneamente, ao aparato do Estado e com forte influência junto às classes produtoras. Assim, a lista primitiva dos membros da Comissão Brasileira foi se alargando na medida em que se faziam necessárias. Muitos prestaram contribuições técnicas, mas sem a mesma continuidade. O mesmo se deu com a Missão americana.

O Sr. William Kemnitzer, técnico em petróleo, foi nomeado depois de seus companheiros, tendo chegado em novembro. “*O petróleo brasileiro continuava debaixo da terra. A fim de escondê-lo, o engenheiro Fleury da Rocha, em 1940, conforme denúncia de Monteiro Lobato, chegou a falsificar a profundidade de um poço.*”¹³² Esta falsificação se deu pelo fato de que os brasileiros tinham interesse em esconder o petróleo dos norte-americanos, pois neste período, quase todo o petróleo utilizado no Brasil era importado. A produção brasileira era de menos de 100 barris diários de petróleo bruto, contra os 30.000 barris utilizados. Até então os americanos estavam dispostos a impedir qualquer avanço deste setor, visto que a dependência brasileira era grande e certa.

O Sr. Corwin D. Edwards¹³³ permaneceu aqui após a partida dos demais membros da Missão, a fim de realizar estudos complementares. Sua tarefa era estudar o quadro econômico, a Educação, Fontes de Consulta Bibliográfica Americana, Fontes de Crédito para novos investimentos, Associações Comerciais Brasileiras e Controle de Mercados e Preços.

Aguardava-se, ainda, a chegada de mais um técnico americano, o Sr. Will Alexander, que viria estudar problemas sociais, especialmente a questão da mão de obra em nosso país. Os estudos feitos não foram publicados no relatório citado. O relatório nada informa sobre o Sr. Alexander quanto à sua formação, ou a sua experiência profissional.

¹³² Moniz BANDEIRA. *Op. cit.* p. 273.

¹³³ Corwin Edwards era Economista, Presidente do Conselho de Política da Divisão AntiTruste do Ministério da Justiça, Consultor econômico da Comissão Federal de Comércio, Coordenador dos estudos de Prática Comercial da Divisão de Revisão da Repartição Nacional de Recuperação, Diretor-técnico do Conselho Consultivo dos Consumidores da Repartição Nacional de Recuperação. Relatório da Missão Cooke. p. 436.

Segundo informou a Secretaria de Estado das Relações Exteriores,¹³⁴ nenhum dos candidatos teria algum interesse pessoal ou de negócio no Brasil, nem tiveram, no passado, contatos com algum grupo brasileiro. O fato de os documentos darem destaque a esses detalhes, demonstra que, para eles o fato era significativo. Que fato poderia estar escondido? Neste caso, não deixa de ser curioso o fato de Nelson Rockefeller (grupo Rockefeller-Aldrich), responsável pelo Birô na América Latina, ter sido um membro de uma das grandes famílias detentoras de poder e da propriedade de corporações com vastos investimentos na América Latina¹³⁵.

Segundo Bandeira,¹³⁶ William Clayton e Nelson Rockefeller ocupavam posições de importância no Departamento de Estado. Clayton era um dos sócios da Anderson, Clayton & Cia, que controlava todo o algodão brasileiro. E Nelson Rockefeller, além do petróleo, controlava, também, o café. E seu representante era Berent Friele, (responsável pelo Birô no Brasil) Presidente da American Coffee, o maior comprador de café do país. O que se pode depreender é que o Brasil estava dominado, submetido ao imperialismo americano.

Os técnicos da Missão, trabalhando em grupo, deveriam examinar os problemas, consultando o Técnico Chefe, com o objetivo de apresentar um programa bem integrado para a aprovação do líder da Missão.

Para os serviços de ligação entre as missões, tradução de relatórios, intérpretes em entrevistas, visitas e coleta de informações, contou com um grupo constituído pelos cônsules Antonio Corrêa do Lago, Mozart Gurgel Valente Júnior, João Augusto de Araújo Castro, Miguel Álvaro Ozório de Almeida e

¹³⁴ Correspondência da Secretaria de Estado das Relações Exteriores ao Ministro Osvaldo Aranha, datada de 14/09/1942 - Itamaraty- 812. (22) (42).

¹³⁵ Mário PEDROSA. **A opção imperialista**. p. 100.

¹³⁶ Moniz BANDEIRA. **Op. cit.** p. 297.

Vasco Tristão Leitão da Cunha que ficaram à disposição da Comissão Técnica Brasileira, de 21 de setembro a 03 de dezembro de 1942.¹³⁷

Tanto o governo brasileiro como o governo norte-americano partiam do princípio de que, através de um incentivo contínuo e equilibrado à produção e da troca de experiências técnicas, seria possível elevar o padrão de vida do povo brasileiro.

Com essa mentalidade, pretendia-se abandonar a idéia básica que norteava a divisão do trabalho internacional até o século XIX, através da qual os países mais fracos produziam as matérias primas, para que os mais fortes as transformassem em manufatura. Agora partia-se do princípio de que o comércio internacional se desenvolveria melhor entre nações prósperas, do que entre ricas e pobres.

A Missão Cooke pôde ser vista como a primeira tentativa de diagnóstico global da economia brasileira e de seus problemas numa perspectiva de promoção e desenvolvimento do país. Tal perspectiva partia das necessidades peculiares à conjuntura econômica da época, da necessidade de coordenar o esforço de guerra empreendido pelo Brasil e ao mesmo tempo, de elaborar uma política de industrialização. Tratava-se de um projeto bastante ambicioso que envolvia a transferência de tecnologia, a busca de fontes alternativas de energia e combustível e o desenvolvimento de diversas atividades no campo da engenharia e da química.

Para assegurar uma continuidade na cooperação militar brasileira, sob a forma de permissão para que as bases aéreas e navais funcionassem desimpedidas, os USA estavam inclinados a grandes concessões para satisfazer os brasileiros.

Sobre o controle imperialista, Magdoff nos diz que *“classes capitalistas bem-sucedidas precisam do poder de Nações-Estados não só para desenvolver mercados internos e construir infra-estruturas adequadas, mas também, e*

¹³⁷ Correspondência da Comissão Técnica Brasileira para o Ministro das Relações Exteriores datado de 03/12/42.[560.312.4 - 812. (22)(42)- Itamaraty].

*igualmente importante, garantir e proteger oportunidades de comércio e investimentos no exterior em um mundo povoado de nações-rivais.”*¹³⁸

Era também do interesse nacional norte-americano reduzir a dependência brasileira aos USA pela simples razão de que os USA necessitavam de seus escassos (em relação à amplitude do esforço de guerra) transportes marítimos para outras coisas, além de carregar carvão, petróleo, papel de jornal e sobressalentes para o Brasil. Desse modo, a guerra oferecia ao Brasil uma chance de reduzir a sua dependência e, pelo menos até 1944, forçou os USA a assistir aos brasileiros e realizar essa redução. Para o desenvolvimento dos trabalhos, João Alberto contou com o estímulo de líderes das classes produtoras como Euvaldo Lodi¹³⁹ e Valentim Bouças¹⁴⁰ e o apoio de mais de 100 técnicos espalhados pelo país.

Durante as dez semanas de permanência no Brasil, os técnicos americanos visitaram grande número de fábricas e estabelecimentos, no Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, não se limitando aos trabalhos de escritório.¹⁴¹

¹³⁸ Harry MAGDOFF. **Imperialismo: da era colonial ao presente**. p. 102.

¹³⁹ Euvaldo Lodi foi um dos 7 deputados classistas, representantes da indústria, eleitos em 1935. Em 1937 perdeu seu mandato parlamentar, assumindo o cargo de vice-presidente da Confederação Industrial do Brasil durante a gestão de Roberto Simonsen. Em 1938 foi escolhido para integrar o recém-criado Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), órgão diretamente ligado ao presidente com a missão de colaborar na definição da política econômica do governo. No ano de 1938 ao CFCE desenvolveu intensa atividade, elaborando pareceres sobre a criação de uma grande siderúrgica e a exportação de minérios. Acumulou, no período entre 1938 e 1940, a presidência da FIRJ (que em 1939 passou a chamar-se Centro Industrial do Rio de Janeiro), a Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal e da Confederação Nacional de Indústria (CNI), entidade recém-criada com a participação das Federações Industriais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. BELOCK & ABREU. **Op. cit.** p. 1909-911.

¹⁴⁰ Valentim Fernandes Bouças era representante no Brasil da International Business Machines Corporation (IBM) de 1917 a 1949. Fundou a Companhia de Serviços Hollerith, que passou a alugar máquinas da IBM no Brasil, em operações muito lucrativas. Foi secretário-geral da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Participou das negociações com o governo norte-americano sobre a dívida externa. A partir de 1935 foi um dos representantes da área econômica, industrial e comercial do governo Vargas. Em 1937, enquanto secretário-técnico do Conselho Técnico de Economia e Finanças, participou da Missão Souza Costa. A partir de 1938 foi consultor técnico do Conselho Federal de Comércio Exterior, sendo representante de Vargas nos Estados Unidos, numa tentativa de incrementar a exportação brasileira para esse país. Foi assistente da Comissão de Mobilização Econômica. BELOCK & ABREU. **Op. cit.** p. 429-32.

¹⁴¹ Memorandum apresentado ao Ministro das Relações Exteriores por Vasco Tristão Leitão da Cunha, datado de 10/12/42 – [812. (22) (42) – Itamaraty].

A primeira preocupação dos integrantes da missão foi tomar conhecimento da situação da indústria de grande porte em construção. Em documento reservado datado de 28/09/42, o Chefe da Divisão da Administração autoriza dispender 159 mil réis para a aquisição de passagens para Volta Redonda, destinadas ao Sr. Frank Hodson, Alex Tennant e Glycon de Paiva.¹⁴² Através deste documento pudemos entender o quanto significativa era a construção da CSN, para a Missão.

Em 04 de novembro, o Dr. Ary Torres convocou uma reunião de 22 professores de engenharia e engenheiros, a fim de tratar da questão do desenvolvimento do ensino técnico profissional no Brasil, quando foi aprovado um memorial sobre o assunto. No dia 10 de novembro, outra reunião foi convocada por João Alberto com os interessados no problema do quartzo, fixando bases para a solução desse problema. Segundo McCann, “*o Brasil era a única fonte disponível de cristal de quartzo de que as forças militares norte-americanas necessitavam para seus equipamentos de rádio; a questão era simplesmente a seguinte: sem cristais não haveria o rádio; sem o rádio não haveria comunicações de campanha.*”¹⁴³

Sem contar que a Segunda Guerra assumiu a natureza de *guerra ótica* (grifo nosso) e o cristal de quartzo era um elemento fundamental na fabricação de lentes para binóculos, radares e outros instrumentos.

Na visão de Osvaldo Aranha, o objetivo da Missão seria “*criar condições para converter o parque industrial brasileiro numa indústria de material de guerra que atendesse às necessidades norte-americanas e permitisse um processo substitutivo de manufaturas e equipamentos anteriormente importados dos USA.*”¹⁴⁴

¹⁴² Correspondência nº 123 (reservado)– 812. (22) (42) – Itamaraty.

¹⁴³ Frank D. McCANN JR. **Aliança Brasil Estados Unidos- 1937/1945**, p. 299.

¹⁴⁴ Correspondência de Aranha a Vargas datado de 14. 08.42 (GV 42.08.14)

Assim sendo, “os USA insistiam em atuação conjunta na designação de autoridades gerenciais, engenheiros e empreiteiras. Autoridades brasileiras e americanas aprovariam em conjunto todos os planos e especificações. Gerentes e engenheiros americanos administrariam a usina de aço até que brasileiros estivessem treinados e experimentados.”¹⁴⁵

Particularmente em Volta Redonda, “engenheiros de firmas norte-americanas, com as quais o governo manteve negociações, participaram já no projeto de implantação da Usina.”¹⁴⁶ Para os cargos mais elevados de engenheiros e técnicos foram contratados cerca de 55 americanos, uma vez que eram empregadas normas dos USA na montagem dos equipamentos. Além desses, havia cerca de 127 engenheiros brasileiros, a maioria fornecida pelas forças armadas, alguns tendo feito estágio nos USA. Aliás, “a participação dos norte-americanos não se faria notar apenas na fase da construção e montagem da usina. Ela seria uma constante nos anos iniciais de seu funcionamento, principalmente pela inexperiência da equipe brasileira.”¹⁴⁷

No primeiro relatório enviado a Roosevelt e Vargas, Cooke e João Alberto argumentavam que: “Quanto mais aumentar agora a produção para atender às necessidades de guerra, maior será o parque industrial disponível depois da guerra.”¹⁴⁸

De um lado, a missão deveria ater-se aos problemas de curto prazo decorrentes da guerra: abastecimento, transportes, adaptação de processos industriais, utilização de matérias-primas nacionais em lugar de importados e exportação de matérias-primas. De outro, enfatizava-se a preocupação com a industrialização via substituição de importações, que tinha um alcance transcendente em relação ao período de guerra.

¹⁴⁵ Frank D. McCANN, Jr. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937/1945**. p. 163.

¹⁴⁶ Lili Katsuco KAWAMURA. **Engenheiro: trabalho e ideologia**. p. 38.

¹⁴⁷ Regina da Luz MOREIRA. **Op. cit.** p. 57.

¹⁴⁸ Relatório da Missão Cooke. p. 24.

Os escritórios da Missão técnica americana foram localizados no prédio da rua México, nº 158, recebendo cada técnico sua sala própria, convenientemente mobiliada e aparelhada. Foram postas à sua disposição treze secretárias esteno-datilógrafas nas línguas inglesas e portuguesa. Em telegrama datado de 15/09/42, o Presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo, H. Reis Costa solicita ao Ministro Osvaldo Aranha: “(...) *que um delegado da indústria têxtil de São Paulo, (...) seja admitido no Comitê que deve trabalhar com aqueles técnicos [da Missão Cooke], na organização e mobilização industrial do Brasil.*”¹⁴⁹

Uma outra correspondência destinada ao Ministro Osvaldo Aranha, datada de 16/09/42, Guilherme Guinle apresenta seu sobrinho Eduardo Guinle Filho dizendo que: “*como representante da Cia. Brasileira de Alumínio, deseja conhecer a maneira mais útil de colaborar junto ao Governo Brasileiro com a Missão Técnica Americana que ora visita o nosso país.*”¹⁵⁰

Sobre esse assunto torna-se relevante a fala de Bandeira quando diz que: “(...) *três companhias de alumínio, com o apoio de Vargas, pleiteavam a entrega de equipamentos para a instalação de suas fábricas no Brasil.*”¹⁵¹ Em 03/10/42, a Associação Comercial e Industrial de Petrópolis coloca-se à disposição da competente autoridade “*para colaborar na obra de intensificação das relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos da América.*”¹⁵²

A partir do exemplo citado por Bandeira, somos levados a pensar que todos os representantes das indústrias, de uma forma ou de outra, tinham interesse em fazer contato com a Missão. Ela poderia significar o entendimento ou respostas para as suas expectativas. Tudo indica que a Missão Cooke gerou grandes

¹⁴⁹ EC/SN/812. (22) (42) – Itamaraty.

¹⁵⁰ 424.1/ 812 (42) (22) – Itamaraty.

¹⁵¹ Moniz BANDEIRA. **Op. cit.** p. 285.

¹⁵² EC/3/812. (42) (22) – Itamaraty.

expectativas no governo Vargas quanto à possibilidade de conseguir financiamentos para projetos de desenvolvimento e auxílio tecnológico, pois ela se encaixava perfeitamente na sua política de atrair capital estrangeiro visando financiar, em parte, o crescimento econômico do país.¹⁵³ Tratava-se de um projeto bastante ambicioso que envolvia a transferência de tecnologia, a busca de fontes alternativas de energia e combustível e o desenvolvimento de diversas atividades no campo da engenharia e da química.

A idéia de substituição de importações é apresentada, em sua forma mais clara, através dos objetivos da missão. O documento do Board Economic Warfare¹⁵⁴ que os definiam estabelecia o seguinte:

- 1) Aumentar, no Brasil, a produção de artigos essenciais sobretudo daqueles anteriormente importados dos USA, de modo a poupar espaços de transporte;
- 2) reduzir a dependência da indústria brasileira de matérias-primas importadas através do desenvolvimento das disponíveis no país;
- 3) conservar e melhorar o sistema de transportes;
- 4) proporcionar ao Brasil a base para um crescimento industrial de longo prazo.

Mas em seguida afirmava: “*O programa será orientado no sentido de intensificar a já importante contribuição em matérias-primas vitais para o esforço de guerra desse país e das Nações Unidas.*”¹⁵⁵

Partindo do princípio de que os USA pretendiam usar a Missão Cooke para fins de propaganda, os resultados logo apareceram: os trabalhos da Missão Cooke despertaram a atenção e o interesse de outros países.

Numa reportagem intitulada *Brésil – La collaboration avec les Etats-Unis se resserre* (Brasil – A colaboração com os USA se estreita), o jornal francês (Informations Economiques – nº 45 de 11/11/42) comenta que:

¹⁵³ Telegrama de João Alberto a Vargas, datado de 27.12.1942 (GV 42.10.27/1).

¹⁵⁴ Este órgão tinha a função de coordenar a economia norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial. No período em pauta foi dirigido pelo vice-presidente Henry Wallace.

¹⁵⁵ Relatório da Missão Cooke. p. 67.

“L’objet de ce programme n’est autre qu’une nouvelle augmentation de la contribution du Brésil em produits basiques, indispensables à l’effort de guerre. La mission américaine étudiera aussi les moyens et le développement de la fabrication d’articles d’un intérêt vital pour la consommation”.¹⁵⁶

Com o título: “*La cooperación favorece la estructuración del sistema econômico de esse país [Brasil]*,” a imprensa argentina (Notícias Gráficas em 13/10/42), manifestou-se a esse respeito:

“(…) El postulado legal, como se ve, há preparado sobre bases de hormigón, la rigidez de uma disciplina. Y sobre ella há podido Getúlio Vargas crear recientemente, com la corrección y la cordura que imponen las circunstancias, la Comisión de Defensa Econômica, organismo destinado a practicar um mesurado nivelamento dentro de las fuerzas vivas del país y a articular el régimen de uma economía de guerra prudente e rigurosa. Al frente de esta entidad, que suponemos de funcionamiento ‘ad hoc’, puesto a una de las personalidades más capacitadas del país, el Dr. João Alberto Lins de Barros, diplomático de reciente actuación representativa ante el gobierno de Canadá. (...) Supo, com previsão, y ora em forma drástica, ora em forma convincente, imponer orden, economia y trabajo em su país”.¹⁵⁷

A reportagem acima, demonstra o caráter autoritário da Comissão de Defesa Econômica que, regida sob os princípios da Missão Cooke, estendia esse mesmo

¹⁵⁶ “O objetivo deste programa não é outro senão um novo aumento da contribuição do Brasil em produtos básicos, indispensáveis ao esforço de guerra. A missão americana estudará também os meios e o desenvolvimento da fabricação de artigos de interesse vital para o consumo.” Pasta da Missão Cooke. Lata 1607. Maço 34.670. Arquivo (812) (22) (42) Itamaraty.

¹⁵⁷ “A proposta legal, como se vê, foi preparada sobre bases sólidas e uma rígida disciplina. E sobre ela pôde Getúlio Vargas criar recentemente, com a correção e a disciplina que impõem as circunstâncias, a Comissão de Defesa Econômica, organismo destinado a praticar um moderado nivelamento dentro das forças vivas do país e a articular o regime de uma economia de guerra prudente e rigorosa. À frente desta entidade, que supõe-se de funcionamento ‘ad hoc’, posto a uma das personalidades mais capacitadas do país, o Dr. João Alberto Lins de Barros, diplomático de recente atuação representativa perante o governo do Canadá. (...) Soube, com precisão, e às vezes de forma drástica e outras vezes em forma conveniente, impor ordem, economia e trabalho em seu país.” Pasta da Missão Cooke. Lata 1607. Maço 34.670. Arquivo (812) (22) (42) Itamaraty.

caráter nas orientações da Missão, ressaltando o que Bourdieu chamou de *habitus*.¹⁵⁸

Segundo o relatório, essa missão seria a primeira¹⁵⁹ de uma série vindo atender aos anseios de Vargas explicitados em 1936, sendo prolongada anos mais tarde pela Missão Abbink (1948) e pelo grupo de técnicos norte-americanos que integrariam a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951), que mereceu calorosos elogios do Presidente Roosevelt: “*A troca sem reservas de informes técnicos, entre povos livres, na escala em que aqui se está processando, parece algo inteiramente novo nas relações internacionais.*”¹⁶⁰

Destaca-se o papel que o Brasil desempenhava nas relações bilaterais com os USA, que embora de posição desigual, dava a cada uma das partes capacidades e exigências distintas; daí os acordos feitos evidenciando aqueles que deram origem à implantação da CSN e faziam parte de um planejamento cuidadoso de penetração ideológica e conquista de mercado.

“Sua política (USA) para o Brasil não visava assegurar simplesmente a colaboração política e econômica brasileira. As iniciativas que os USA tomaram para eliminar a influência do Eixo no Brasil, implicavam o estabelecimento de sua própria e decisiva influência na economia, na organização militar, nos meios de comunicação social, na política externa brasileira e assim por diante. Os esforços de manipular a organização econômica, a política exterior, assim como a vida cultural do Brasil(...) constituíram-se evidência da dimensão deliberada da construção do sistema de poder americano (grifo nosso).”¹⁶¹

¹⁵⁸ O *habitus* seria um conjunto de esquemas implantados (...), e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante, que demarcam os limites à consciência possível de ser mobilizada pelos grupos e/ou classes, sendo assim responsáveis, em última instância, pelo campo de sentido em que operam as relações de força. Para além da ‘comunicação das consciências’, os grupos e/ou as classes compartilham das inúmeras competências que perfazem seu capital cultural, como uma espécie de princípio que rege as trajetórias possíveis e potenciais das práticas. É este o único processo, no entender de Bourdieu, em condições de explicar o grau de acordo efetivo de que se revestem as práticas de um mesmo grupo e/ou classe, ‘dotadas de um sentido objetivo ao mesmo tempo unitário e sistemático, que transcende as intenções subjetivas e os projetos conscientes, individuais ou coletivos.’ Sérgio MICELI. In: Pierre BOURDIEU. **A economia das trocas simbólicas**. p. xlii.

¹⁵⁹ Segundo Malan, a primeira Missão seria a Missão Taub, assunto que trataremos no III capítulo.

¹⁶⁰ Prefácio do Relatório (tradução brasileira), feita pelo Sr. Luiz Simões Lopes, então Presidente da FGV. p. 8.

¹⁶¹ Gerson MOURA. **Sucessos e Ilusões**. p. 98.

O objetivo proclamado da missão seria estudar as condições da indústria brasileira e as possibilidades de incrementá-las, sendo sua motivação imediata, a necessidade de aliviar a pressão sobre o transporte marítimo norte-americano, mediante a substituição de importações; além disso, percebia-se nos USA a possibilidade de transferir para o Brasil equipamento industrial em processo de obsolescência, mas com perspectiva de vida útil para um país menos desenvolvido.

“Existe uma grande quantidade de aparelhos usados nos USA que poderiam ser empregados no Brasil se um plano bem delineado fosse apresentado para a sua adaptação eficiente. Os peritos da Missão apresentarão as suas recomendações sobre a adaptação destes maquinismos (sic) ‘parados’ ao uso pretendido no Brasil. Este processo incluirá a montagem das machinas (sic) numa localização diferente assim como a transformação das fábricas para a utilização de outras matérias primas ou a produção de novos artigos.”¹⁶²

O processo de exportação era parte de uma estratégia que procurava assegurar o alinhamento do Brasil aos USA, este último, procurava afirmar-se como uma *grande potência* e centro de um novo sistema de poder no plano internacional. A Missão Cooke cumpria muito bem o seu papel de propagador de ilusões, estando, nesse aspecto, reiterando o intento de Vargas. O telegrama do Embaixador Carlos Martins Pereira e Souza (25/07/42) para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores ressalta que os seus objetivos são estudar a organização da indústria brasileira.

“Quando o Tio Sam abriu em 1942, um crédito de cem milhões de dólares¹⁶³ ao Brasil, ficou claro que os projetos a serem financiados por esse crédito ‘estariam

¹⁶² Pontos de estudo da Missão. Tradução feita pela Embaixada Americana no Brasil. [EC 560. 812. (22) (42) – Itamaraty].

¹⁶³ Até o outono de 1942, as unidades monetárias brasileiras eram mil réis e conto de réis (1000 mil réis). O dólar valia 20,65 mil réis ouro. Ao câmbio oficial, os turistas recebiam 20 mil réis pelo dólar e as transações comerciais se realizavam em parte pelo chamado câmbio livre, de 19 a 20 mil réis, e em parte pelo chamado câmbio oficial de 16,5 mil réis. A partir de 01 de novembro de 1942, o mil réis passou a ser chamado cruzeiro e o conto foi abandonado

condicionados a uma **investigação cuidadosa** (grifo nosso) e à determinação de que tais projetos ‘brasileiros’ contribuiriam de um modo importante ao progresso do nosso (USA) esforço de guerra e à segurança do hemisfério’, nas palavras de Jesse Jones, diretor do Federal Reserve Administration.”¹⁶⁴

Segundo Magdoff, *“o estado de dependência não é sustentado e reproduzido apenas por relações de mercado. É sustentado também pela estrutura política e social de um país dependente.”*¹⁶⁵ Neste sentido explica-se o rompimento com o Eixo em 28 de janeiro de 1942 e a declaração do estado de beligerância em 21 de agosto do mesmo ano.

“Deve uma nação, antes de entrar em guerra, preparar sua indústria e economia, para suportar o impacto. O Brasil decretou a mobilização industrial e econômica em 28 de setembro de 1942, através do decreto 4.750¹⁶⁶, que concedeu virtualmente ao governo, o controle sobre a vida industrial e econômica do país.”¹⁶⁷

A entrada do Brasil na Segunda Guerra, decretada em agosto de 1942, reforçou as tendências intervencionistas do Estado manifestadas desde a implantação do Estado Novo. As dificuldades crescentes no comércio mundial levaram o governo, aceitando sugestão do Dr. Luís Simões Lopes, a extinguir a Comissão de Defesa da Economia Nacional e a criar a Coordenação de Mobilização Econômica, cujo objetivo era organizar a economia de guerra em consonância com os acordos de Washington, comprometendo-se em fornecer matérias-

como unidade de cálculo. As taxas cambiais têm sido controladas desde 1938. Nos capítulos do relatório, os algorismos monetários foram convertidos nos equivalentes em dólar ao câmbio de 20 mil réis. Relatório da Missão Cooke. p. 325.

¹⁶⁴ Gerson MOURA. **Tio Sam chega ao Brasil**. p. 62.

¹⁶⁵ Harry MAGDOFF. **Imperialismo: da era colonial ao presente**. p. 121.

¹⁶⁶ Decreto-Lei de 28 de setembro de 1942 que extingue a Comissão de Defesa da Economia Nacional, substituindo-a pela Coordenação de Mobilização Econômica.

¹⁶⁷ Sumário elaborado por Kenneth N. Watson, para o The War Production Board. Relatório da Missão Cooke, p. 59.

primas e garantindo o financiamento norte-americano para projetos industriais no Brasil.

“O Brasil é um dos países mais ricos em minerais de toda a América do Sul e também um dos menos desenvolvidos. Há imensos depósitos destes minerais [metalurgia] em bruto e que são presentemente, muito importantes ao esforço de guerra das Nações Unidas. Acha-se agora em estudo a possibilidade de expansão da indústria de ferro e aço no Brasil. A Missão não tratará desses problemas, porém, **investigará** (grifo nosso) as necessidades das outras indústrias de produtos de ferro e aço e procurará determinar o meio pelo qual possam ser supridas pelas fábricas nacionais.”¹⁶⁸

João Alberto foi convidado a presidir o novo órgão, que passou a funcionar como um superministério, com amplos poderes para intervir nas atividades econômicas, especialmente na fixação de preços e salários, na determinação de metas de produção, nos problemas de abastecimento e no planejamento do sistema de transportes. Seu objetivo era o de diminuir os efeitos da guerra sobre a economia nacional. Seu principal problema, a dificuldade de importação.

Sediada no Rio de Janeiro e subordinada diretamente a Vargas, a Coordenação estava presente em todo o país, através de escritórios regionais ou representantes. Possuía um conselho consultivo formado por João Neves da Fontoura, João Daudt d’Oliveira, Pedro da Costa Rego, Roberto Simonsen, Artur Neiva e Euvaldo Lodi, entre outros.

Diretamente ligada à Comissão, a Missão Cooke produziu um relatório extenso, contendo estudos sobre o uso de aviões de carga e planadores, transporte de superfície, combustível, petróleo, energia elétrica, têxteis, papel, mineração e metalurgia, indústria química, associações comerciais, produção de alimentos, mercados e preços, educação, tradução de livros em português, financiamentos e fontes de crédito industrial, fabricação de equipamento elétrico e mobilização econômica. Produziu também um quadro bastante preciso das condições de trabalho no Brasil.

¹⁶⁸ Pontos de estudo da Missão. Tradução feita pela Embaixada Americana no Brasil. [560. 812. (22) (42) – Itamaraty].

O problema da industrialização foi analisado, prioritariamente, através do trabalho da Missão Cooke; no caso dos materiais estratégicos foi dada uma ênfase à exploração da borracha; com respeito à atividade econômica estatal foram abordadas as negociações para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional.

Desde 1940, em correspondência enviada a Roosevelt sobre a concessão de empréstimos, Jesse Jones, Administrador de empréstimos do Federal Loan Administration, declara: *“Os Estados Unidos têm muito mais a ganhar concedendo os empréstimos do que não os efetuando.”*¹⁶⁹

A seguir torna-se mais explícito: *“Eu faria os empréstimos no interesse econômico dos USA e no interesse da defesa nacional. Devemos conceder créditos à América do Sul se desejamos vender nossas mercadorias. Uma das razões pelas quais algumas repúblicas sul-americanas não pagaram seus débitos é que não tinham dinheiro com que pagar.”*¹⁷⁰

Os levantamentos feitos por esta missão deram aos USA a verdadeira dimensão da capacidade de endividamento do Brasil, bem como o papel a desempenhar na manutenção dos níveis de emprego e na economia dos USA.

Os relatórios I e II da Missão Cooke, devidamente depurados das informações de caráter confidencial, fora enviado ao governo norte-americano em 01 de dezembro de 1942, tendo retornado em 3 cópias distribuídas respectivamente para o Presidente Vargas, João Alberto e Ministro Osvaldo Aranha, em 10 de abril de 1943.¹⁷¹ Só foi divulgado integralmente pelo governo norte-americano em fins de 1948 pois, até então, era conhecido apenas em caráter confidencial. O relatório final orientava para uma posição industrializante:

¹⁶⁹ Itamaraty [EC 536/811(22) (20) datado de 09/08/40].

¹⁷⁰ Itamaraty [EC 536/811(22) (20) datado de 09/08/40].

¹⁷¹ Em correspondência para a Embaixada dos USA o Ministro das Relações Exteriores acusa o recebimento dos 3 exemplares do relatório, informando sobre o seu encaminhamento aos respectivos destinatários [EC/143/560-812. (22) (42)] – Itamaraty.

“A oportunidade inerente à crise de nossos dias assemelha-se à Primeira Guerra Mundial- ensejo para expansão duradoura da indústria brasileira. Para esse fim, a plena utilização dos conhecimentos técnico das Américas buscando utilizar substitutos locais poderá diminuir a necessidade de importação(...) o equipamento e a técnica aplicados no Brasil, como contribuição à guerra, influirão em muitos casos para o fortalecimento da indústria brasileira durante a paz. Em particular, o Brasil deverá sair da guerra menos dependente do mundo exterior como sua única fonte de maquinaria industrial, de metais e manufaturas de metal; e na medida em que os combustíveis sucedâneos, como o álcool, se forem revelando satisfatórios deverá tornar-se menos dependente também dos combustíveis estrangeiros. Quanto mais vigorosamente a produção for aumentada, agora, para satisfazer às necessidades da guerra, tanto maior será o parque industrial disponível depois da conflagração.”¹⁷²

Cooke organizou o material que fora levantado no Brasil e resolveu publicar um livro em co-autoria com João Alberto; porém, não conseguiu, e o livro intitulado *Brasil on the march* só foi publicado em 15/08/44, com a autoria do primeiro. Segundo o Ministro Válder Sarmanho, que fora indicado para analisar o material, *"o livro é de um otimismo generalizado e valerá como elemento favorável à publicidade, sem possuir, entretanto, grande valor científico."*¹⁷³

Em seus relatos finais, a Missão Cooke apresenta objetivos que não correspondiam àqueles explicitados nas declarações do governo norte-americano. O relatório sugeria uma série de medidas de curto e longo prazo, ambas destinadas a implementar a indústria brasileira e a produção de guerra. *“As de longo prazo estavam muito além do que os USA definiram como*

¹⁷² Relatório da Missão Cooke. p. 72-3.

¹⁷³ EC/576/812 (22) (42) 14/08/42 (Telegrama da Embaixada de Washington ao Ministro das Relações Exteriores - Itamaraty).

possível.”¹⁷⁴ A missão Cooke acabou abrangendo mais do que aquilo que lhe fora encomendado. O levantamento das condições brasileiras era uma forma de controle que visava garantir possíveis riscos do endividamento brasileiro, bem como o cumprimento dos acordos em matérias primas interessantes para os USA e de tudo o mais que pudesse representar necessidades de guerra.

Recebido com entusiasmo por empresários e técnicos, o documento confirmava as propostas dos chamados industrialistas. As conclusões da missão técnica foram amplamente utilizadas por Simonsen¹⁷⁵ quando, ao ser criado o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 1944, foi introduzida em suas proposições a tese da planificação da economia. Algumas noções posteriormente foram desenvolvidas pela CEPAL, como as de substituição de importações, de dualidade estrutural da economia brasileira e da importância dos choques externos para o avanço do processo de industrialização.¹⁷⁶

Chauí comenta sobre a capacidade que os organismos de São Paulo, especialmente o CIESP (1928-1930), tiveram para apoderar-se do aparelho estatal. *“A análise do discurso de Simonsen deixa clara a força burguesa, sua capacidade para tomar todos os temas e projetos das oposições e invertê-los ponto por ponto, apresentando essa inversão como um projeto generalizador não só para a classe dominante, mas para toda a Nação. A partir desse projeto, define o que é o Estado e quem deve dirigi-lo.”*¹⁷⁷

Em 03 de dezembro de 1942, a Missão regressa aos USA e João Alberto segue junto. O Sr. João Carlos Vidal foi nomeado coordenador interino da Comissão

¹⁷⁴ Gerson MOURA. **Tio Sam chega ao Brasil**. p. 65.

¹⁷⁵ Roberto Cochrane Simonsen eminente industrial de São Paulo, vice-presidente da CIESP (Centro das Indústrias de São Paulo), deputado classista dos empregadores de São Paulo, foi eleito presidente da FIESP em 1937, reeleito em 1938, ingressou no Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo, até 1941. Na qualidade de presidente da FIESP, foi nomeado para o Conselho Consultivo da Coordenação de Mobilização Econômica, sob a chefia de João Alberto. Absorveu parte das atribuições do CFCE (Conselho Federal de Comércio Exterior e passou a controlar a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil. Ferrenho defensor da industrialização do país. BELOCK & ABREU. **Op. cit.** p. 3201-205.

¹⁷⁶ Francisco CORSI. **Estado Novo, política externa e projeto nacional**. p. 55-67.

¹⁷⁷ Marilena de Souza CHAUI. In: Edgar de DECCA. **O silêncio dos vencidos**. p. 25.

de Mobilização Econômica no Brasil e o Tenente Coronel Heitor Bianco de Almeida Pedroso foi designado Assistente do Coordenador da Mobilização Econômica junto ao Governo dos USA.¹⁷⁸

Em 06 de janeiro de 1943, Carlos Martins solicita do Secretário de Estado das Relações Exteriores:

“Peço os bons ofícios de Vossa Excelência para fazer sentir ao Governo americano a conveniência de constituir, em Washington, uma Comissão técnica possivelmente chefiada por Mister Cooke, com o fim de continuar os trabalhos executados no Brasil e dar andamento a certas providências urgentes. Tal comissão seria de grande ajuda para a seleção de técnicos americanos, que viajam ao Brasil e para apreciar tecnicamente os casos brasileiros em andamento.”¹⁷⁹

As pesquisas realizadas sugerem que os resultados da Missão Cooke, dentro da proposta esperada por Vargas, foram pequenos, porque faltou interesse.

Bourdieu¹⁸⁰ quando toca na questão do desinteresse, afirma que *“todas as ações aparentemente desinteressadas esconderão intenções de maximizar alguma forma de lucro. (...) Por trás da aparência piedosa e virtuosa do desinteresse, há interesses sutis, camuflados.”*

O que se revela neste estudo é que foi feita uma radiografia da economia brasileira visando analisar a sua capacidade de endividamento, levantou dados precisos sobre a CSN (de interesse norte-americano), favoreceu a transferência de maquinário obsoleto para a CSN e consolidou o alinhamento do Brasil aos USA, garantindo a transferência de materiais estratégicos para a guerra.

¹⁷⁸ Correspondência nº 1452 do Coordenador interino para Osvaldo Aranha datada de 23/12/42 – [812 (42) (22) – Itamaraty].

¹⁷⁹ [EC/2/812. (22) (42)- Itamaraty].

¹⁸⁰ Pierre BOURDIEU. **Razões práticas**. p. 150-2.

Conseqüências da Missão Cooke

Segundo Corsi,¹⁸¹ o fato de o relatório da Missão Cooke concentrar suas análises no setor industrial e propor uma série de medidas de caráter geral que apontavam nitidamente para o estímulo da industrialização via substituição de importações não significou uma mudança na política norte-americana em relação ao Brasil, a qual teria passado a visar a uma rápida industrialização de seu aliado. Para ele, os pontos de vista e as conclusões contidas no relatório não expressavam a posição do governo norte-americano. Roosevelt parecia interpretar a missão em termos estritos de uma contribuição para diminuir as importações brasileiras provenientes dos USA em vista da enorme carência da praça marítima. Assim, a Missão Cooke teve de atuar dentro de estreitos limites: mesmo para projetos destinados à reorganização e adaptação industrial com base em equipamentos fora do uso nos USA, as dificuldades já se fizeram presentes no decorrer de seus trabalhos.

Para tanto, ancora seu pensamento em dois documentos: num telegrama do Departamento de Estado a Morris L. Cooke: *‘achamos necessário ser V. S^a. informado da aguda restrição de suprimento mencionado acima, a fim de que V. S^a. possa tomar em conta esses fatores nos seus entendimentos ulteriores com autoridades e industriais brasileiros,*¹⁸² e num documento do Board Economic Warfare que, listando os materiais disponíveis, assinala não ter o governo dos USA tomado nenhuma atitude com o intuito de viabilizar a exportação do equipamento, o que dependeria de entendimentos com os seus proprietários: *“Deve ser assinalado que estes materiais(...) estão apenas disponíveis para entendimento e negociações ulteriores; que todos os detalhes financeiros terão*

¹⁸¹ Francisco Luiz CORSI formou-se em Ciências Sociais e Economia, pela Universidade de São Paulo. Fez mestrado em economia e doutorado em Ciências Sociais na Unicamp. Atualmente é professor de Economia na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília.

¹⁸² Telegrama do Departamento de Estado a Morris Cooke, datado de 01.11.42. Apud Francisco Luiz CORSI. **Op. cit.** p. 239.

de ser ajustados com os proprietários dos mesmos; e que nenhuma ação formal foi empreendida com referência à expedição de licença de exportação e de liberação pelo Conselho de Produção de Guerra.”¹⁸³

Corsi¹⁸⁴ demonstra que essas restrições sugerem que o governo norte-americano não estava empenhado no sucesso dos trabalhos da Missão, parecendo preocupado em não se comprometer com nenhum auxílio concreto para financiar as eventuais sugestões contidas no relatório Cooke.

Mônica Hirst¹⁸⁵ argumenta nessa mesma direção. Para ela, a Missão Cooke expressava posições minoritárias do governo norte-americano quanto à política externa, reunidas no Board Economic Warfare, que era dirigido pelo vice-presidente Henry Wallace, um dos líderes da linha mais progressista do governo Roosevelt. Hirst explica que o Departamento de Estado, desde o início, teria se mostrado reticente em relação ao projeto. O desinteresse do Departamento de Estado refletia a política externa econômica dos USA naquele momento. Não havia interesse, e muito menos justificativa, para a promoção de um desenvolvimento econômico autônomo no Brasil, ou qualquer outra parte da América Latina.

Desta forma, entende que a Missão não representou qualquer avanço da cooperação norte-americana à industrialização do Brasil. A corrente do governo Roosevelt que defendia, pelo menos desde a Missão Aranha, uma política de fomento das economias latino-americanas deve ter perdido espaço com a destituição do vice-presidente Henry Wallace da chefia do Board Economic Warfare em julho de 1943. A correspondência de Vargas com os diplomatas brasileiros sediados nos USA traz elementos que sugerem ter esse órgão, a exemplo dos demais conselhos responsáveis pela coordenação do esforço de

¹⁸³ Memorando do Board Economic Warfare a Morris Cooke, (SC 42.01.28 – datado de 04.11.42).

¹⁸⁴ Francisco Luiz CORSI. **Op. cit.** p. 238-9.

¹⁸⁵ Mônica HIRST. **Op. cit.** p. 85-8.

guerra, passado a ser diretamente controlado pelos chamados dolar year men, empresários e executivos das grandes empresas que trabalhavam nas diversas comissões e conselhos governamentais, mas que continuavam a receber os seus proventos das empresas e do governo, apenas um dólar por ano.

Gerson Moura,¹⁸⁶ pensando na mesma direção de Corsi¹⁸⁷ e Hirst,¹⁸⁸ relata que apesar da insistência posterior de Mister Cooke, os resultados de sua missão acabaram esquecidos pelo Departamento de Estado pois não tinha se adequadado aos intentos pretendidos pelos USA.

Corsi, amparado no pensamento de Hirst, demonstra em seus trabalhos, que primeiro desdobramento da Missão Cooke foi a viagem de João Alberto aos USA, em dezembro de 1942. E que, de concreto, o coordenador da Mobilização Econômica parece ter conseguido apenas financiamentos para projetos referentes ao desenvolvimento da produção de borracha.

Porém, esses projetos já vinham sendo negociados desde os Acordos de Washington. No que se refere ao financiamento das propostas da Missão Cooke, as negociações não progrediram e o otimismo de João Alberto esvaiu-se em pouco tempo.

Diante do estado em que se encontra a questão, torna-se necessário destacar o pensamento de Corsi, que muito nos auxiliou como obra de referência específica sobre a Missão Cooke. Em seu trabalho, buscou aprofundar questões que justificaram a chegada da Missão Cooke, seus objetivos e suas conseqüências e conseguiu dar conta do seu intento, com um trabalho bastante sério.

¹⁸⁶Gerson Moura graduou-se em História pela UFRJ, fez mestrado em ciência política no IUPERJ e doutorado em História no University College London. Foi professor da PUC/RJ e do IRI (Instituto de Relações Internacionais), professor concursado da UFF e professor visitante da USP. Como pesquisador do CPDOC, dedicou-se ao estudo da política externa brasileira nos anos 30, 40 e 50. Entre as obras publicadas destacamos *Autonomia na dependência, Sucessos e ilusões, Tio Sam chega ao Brasil, A Campanha do petróleo, etc.*

¹⁸⁷ Francisco Luiz CORSI formou-se em Ciências Sociais e Economia, pela Universidade de São Paulo. Fez mestrado em economia e doutorado em Ciências Sociais na Unicamp. Atualmente é professor de Economia na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília. A obra **Estado Novo: política externa e projeto nacional** é o resultado da sua tese de doutoramento.

¹⁸⁸ Foi pesquisadora do IUPERJ e do CPDOC. Dedicou-se ao estudo da política externa com a América Latina.

Mostrou que, apesar do seu empenho, a Missão não conseguiu fazer uma mudança na política norte-americana em relação ao Brasil. Nesse sentido, estamos totalmente de acordo mesmo porque, em nenhum momento, percebemos outra intenção nos documentos pesquisados.

Embora o governo norte-americano tenha enfatizado este propósito, principalmente na Conferência dos Chanceleres, no Rio de Janeiro, em 1942, o que se percebe é que a importância do Brasil aumentava, como principal fornecedor de materiais estratégicos, naquele esforço de guerra.

A Missão Cooke teria funcionado como um mecanismo de ludíbrio em relação às expectativas de Vargas, no tocante aos investimentos pretendidos. E Roosevelt teria utilizado o resultado dessa Missão como propaganda, mostrando ao mundo que os USA tinham a intenção de auxiliar o Brasil neste momento tão crítico, quando intentava tornar-se uma potência proeminente na América Latina. Sobre isso, Válder Sarmanho fez uma análise muito propícia do livro de Cooke que tratava dos resultados da Missão. Vale ressaltar que Válder Sarmanho sendo cunhado de Getúlio e diplomata experiente, não se deixou levar pelas intenções aparentes do relato de Mr. Cooke. Daí considerá-lo como *uma viagem pela fantasia*.

Quando Corsi diz que as conclusões não representavam a posição do governo e que o governo não estava empenhado no sucesso da Missão, existe um contraponto: todo o sucesso da Missão era importante para o governo norte-americano uma vez que sua posição era investigativa e, tudo o que fosse coletado sobre o Brasil era importante como fator a ser considerado para uma nação que pretendia o domínio sobre a outra.

Quanto ao que foi proposto pela missão, somos favoráveis ao pensamento de Gerson Moura quando ele diz que Mr. Cooke não tinha compreendido os propósitos do governo norte-americano. Nem Cooke, nem João Alberto teriam compreendido. Por isso continuaram insistindo com os USA, para obtenção dos investimentos sugeridos pela Missão. Até que, como diz Hirst, foram se

esvaindo em desânimo. Em que pese as conclusões bem fundamentadas sobre a Missão, nossa maior discordância está no fato de que Corsi utilizou o pensamento de Hirst e Moura, que pensam numa mesma direção. Não há discordância no pensamento desses autores. Mesmo porque utilizaram fontes documentais em comum, que são fontes trazidas de fora e exploradas pelos autores citados.

Corsi teria desprezado as fontes do Itamaraty que contêm documentos primários da Missão Cooke. Em decorrência, não conseguiu aprofundar suficientemente para descobrir que a Missão produziu os outros dois relatórios que não são citados no relatório I e II (os únicos que vieram a público), mesmo que tardiamente.

Os relatórios I e II, funcionaram como uma cortina de fumaça, para encobrir os verdadeiros objetivos da Missão: acompanhar a implantação da CSN (fizeram ampla análise), os Movimentos Sociais, a Capacidade de Mão de Obra, a Lei do Salário Mínimo, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho, o Serviço de Alimentação, a Previdência Social, a Educação e os Sindicatos.

O relatório II-A intitulado Jobs, Freedom and Opportunity composto pela National Association of Manufacturers foi impresso em abril de 1943, enquanto se preparava o II-B sob o título Manpower Assets in Brasil escrito por Robert W. Bruere, Analista Chefe da Missão. Nestes relatórios foram estudados os problemas e soluções necessários à rápida formação de uma massa de trabalhadores industriais, em ambiente tradicionalmente agrícola.

Conforme nos diz Hilton,¹⁸⁹ *“a industrialização é um processo que envolve mais do que capital e empenho empresarial, e a concepção e execução de programas nunca ocorre num vácuo sócio-político. (...) A pesquisa sobre aspectos sociais do desenvolvimento econômico brasileiro naquela época é virtualmente inexistente(...).”*

¹⁸⁹ Stanley E. HILTON. **O Brasil e a crise internacional (1930/1945)**. p. 102-3.

Mesmo não tendo em mãos os relatórios II-A e II-B, pudemos explorar a obra *Brazil on the march*, publicada nos USA, por Mr. Cooke, que traz uma abordagem sintética dos assuntos contidos nesses relatórios.

Logo de início, manifestava-se a primeira impressão do Brasil, dos seus trabalhadores: “ *O suprimento de trabalho no Brasil é delicado. (...) São sub-homens que trabalham de modo primitivo, sem organização, sem racionalização, sem ferramentas...*”¹⁹⁰ Logo em seguida afirma que “*o atraso industrial do Brasil é um fato, a mentalidade é semi-colonial.*”¹⁹¹

Na visão da Missão, a produção aumentada resultaria em lucros maiores, que permitiriam salários mais elevados, alargando-se, desse modo, o setor de consumo e permitindo preços mais baixos; tudo isso, por seu turno, encorajaria o consumo e uma produção cada vez maior. Nos termos em que o relatório da Missão colocou: “*É o esforço continuado no sentido de uma produção em constante aumento e equilíbrio e racionalmente distribuída que leva um povo a um nível de vida mais alto.*”¹⁹² Por outro lado, se a questão siderúrgica teve seus percalços, estes eram bastante compreensíveis para o momento de guerra. Embora com atraso de dois anos, conforme o previsto anteriormente, a CSN veio a funcionar, oficialmente,¹⁹³ no dia 12 de outubro de 1946. “*Os planos previam a conclusão da usina em 1944, mas em virtude das carências em tempo de guerra, dificuldades de construção e a burocracia em ambos os países, a produção só começou em 1946.*”

Em 9 de fevereiro de 1943,¹⁹⁴ o embaixador Carlos Martins escreve ao Ministro Osvaldo Aranha, comunicando haver o War Production Board aumentado o grau

¹⁹⁰ Morris Llewelyn COOKE. **Brasil on the march**. p. 62.

¹⁹¹ Morris Llewelyn COOKE. **Op. cit.** p. 62.

¹⁹² Frank D. McCANN JR. **Op. cit.** p. 301.

¹⁹³ O alto-forno foi aceso em 9 de junho de 1946. A escolha precisa da data foi uma homenagem ao general Macedo Soares, que aliás(...) estava fora da Companhia naquela época(...) foi escolhida a data do seu aniversário(...).Apud regina da Luz MOREIRA. **Um sonho feito de aço e ousadia**. p. 59.

¹⁹⁴ Correspondência do Embaixador Carlos Martins ao Ministro Osvaldo Aranha [870.1 (22) (00)] Núcleo de documentação Professor Gerson Moura - IRI/PUC.

de prioridade para o projeto da Companhia Siderúrgica Nacional. Representamos a carta na íntegra, por entendermos ser de fundamental importância para a análise que pretendemos. (Anexo II) A correspondência demonstra o claro interesse dos USA em atender as necessidades da construção da CSN. Como consequência desta concessão, *“o governo Vargas começou a pensar em uma renegociação da dívida externa no início de 1943. Tudo indica ter sido Souza Costa quem sugeriu a retomada das negociações com os credores antes de outubro de 1943(...)”*¹⁹⁵ Esse resultado reflete o poder de pressão dos USA no controle que tinham do comércio exterior e da situação cambial brasileira.

Mediante o exposto, somos favoráveis ao pensamento de Malan quando defende que *“a guerra não durou o suficiente para que a idéia americana de uma industrialização substitutiva de importações visando o esforço de guerra pudesse se consolidar. Terminada a guerra, terminaram os interesses norte-americanos pela “industrialização” no Brasil, já que a reconstrução européia era infinitamente mais importante para os interesses americanos.”*¹⁹⁶ Iniciou-se um período de negligência com respeito à industrialização no Brasil, no qual a ênfase passou para a necessidade de estabilização monetária e, em menor escala, projetos de infra-estrutura, essencialmente de transportes e energia. O cuidado norte-americano em evitar qualquer comprometimento oficial com o financiamento do desenvolvimento brasileiro pode ser explicado como uma reação à intensidade das exigências brasileiras quanto à colaboração norte-americana a partir de 1945, sem dúvida estimuladas pelos USA através das Missões Taub e Cooke, mas, principalmente, derivadas da convicção brasileira, militar e civil, de que a colaboração do Brasil no esforço de guerra o tornava legítimo credor dos USA.

¹⁹⁵ Francisco Luiz CORSI. **Op. cit.** p. 244.

¹⁹⁶ Pedro MALAN. **Op. cit.** p. 28.

Em 1945, ainda eram os militares que tentavam não apenas assegurar a continuidade no uso do equipamento que dispunham sob a forma de Lend and Lease, mas também a colaboração norte-americana para seus planos de expansão, reequipamento e modernização.

A intenção de enviar a Missão Cooke fazia parte da política de boa vizinhança, que seria encerrada com o falecimento do Presidente Roosevelt. Segundo Bandeira, *“a morte de Roosevelt desnudou o caráter agressivamente reacionário do imperialismo norte-americano, mascarado pelo intervencionismo conciliatório do New Deal.”*¹⁹⁷ O Presidente Truman não estava mais interessado nesta política, uma vez que os ventos da política mundial tomavam outros rumos. Gonçalves explica que *“o pós-guerra começou a ser previsto na Conferência de Bretton Woods.”*¹⁹⁸ Realizada no período entre 1º e 22 de julho de 1944, nesse vilarejo dos USA, estiveram reunidas delegações de 44 países com o intuito de lançar as bases de uma nova arquitetura econômica. As delegações mais influentes foram a americana e a inglesa: a americana chefiada por Herry Dexter White, por causa do formidável poder econômico dos USA e, também, por causa da sua vontade de realizar grandes mudanças; e a inglesa, em virtude não só do poder nacional da Grã-Bretanha, mas sobretudo devido à projeção intelectual de Lord Maynard Keynes, chefe da delegação. Da Conferência de Bretton Woods resultou a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), logo denominado Banco Mundial. No encerramento da Conferência do Rio de Janeiro, no Quitandinha, Truman falou: *“Na medida em que estão em causa os problemas econômicos comuns, as nações da América do Norte e da América do Sul, estamos perfeitamente conscientes desde muito tempo que ainda resta muito a fazer(...).Fomos*

¹⁹⁷ Moniz BANDEIRA. **Op. cit.** p. 300.

¹⁹⁸ Williams da Silva GONÇALVES. **A segunda guerra mundial.** In: Daniel Aarão Reis FILHO et. al. **O século XX: o tempo das crises, revoluções, fascismos e guerras.** p. 188.

obrigados, no exame das questões, a diferenciar entre a necessidade urgente de reabilitação das zonas devastadas pela guerra e os problemas de desenvolvimento alhures...”¹⁹⁹

Capítulo III

A Missão Cooke e suas contradições

**“O passado que vive ainda em nós, que precisamos
conhecer, ao qual devemos conta,
que é um dos elementos do presente e uma das
premissas do futuro.”
Gramsci.**

¹⁹⁹ Idem, ibidem, p. 188.

Um espaço para reflexão:

Ao analisar a reportagem intitulada *Vida secreta de um agente secreto*²⁰⁰, nos deparamos com o seguinte depoimento:

(...) todo seu treinamento[agente] consiste em obter informações. Informações sobre armamentos, fortalezas, fábricas de munições, serviços de abastecimento de água, usinas elétricas, invenções novas, planos do inimigo. Para qualquer Estado Maior, *todas as outras nações são inimigos em potencial (grifo nosso)*. Devem existir planos completos, prontos, guardados, para a guerra contra alguém. Nossa missão é conseguir um constante fluxo de informações de *boa fonte* sobre tais planos.”²⁰¹

A partir da citação podemos afirmar que o relatório da Missão Cooke teria recolhido um manancial de informações sobre o Brasil, suas possibilidades tanto

²⁰⁰ A revista *Seleções* foi um instrumento de penetração cultural norte-americana, principalmente sobre os países da América Latina. Através dos seus conteúdos, visava a aceitação do ideário norte-americano, como um modelo a ser seguido. Foi também uma estratégia utilizada durante todo o período da Segunda Guerra Mundial, consolidando uma posição contra os países do Eixo e a favor dos USA. A reportagem em questão, se insere no contexto da Guerra Fria, quando se pretende mostrar que os USA tornaram-se uma grande potência, porque era uma nação *democrática, organizada e previdente*. “*Convertidos depois da primeira guerra, na maior potência do mundo, os Estados Unidos encontram-se após 1945 em condições de exercer uma influência preponderante esmagadora, senão uma verdadeira hegemonia, sobre todos os outros países debilitados ou arruinados.*” Maurice CROUZET. **História geral das civilizações**. p. 151.

²⁰¹ Revista *Seleções* do READER’S DIGEST. n.º 39. Abr/45. **Vida secreta de um agente secreto**. p. 11.

em recursos físicos como humanos, utilizando-se de um recurso muito parecido com as relatadas pelo agente secreto, porém travestida com outra roupagem: a de missão econômica.

Dentro do processo de alinhamento do Brasil aos USA, duas questões se avolumam caracterizando-se como uma grande contradição: a ingerência (consentida) norte-americana e o desejo do Brasil de tornar-se uma grande potência.

Ao se permitir mais uma ingerência norte-americana²⁰² através da Missão Cooke, foram entregues inúmeras informações estratégicas em tempo de guerra, o que possibilitou um atrelamento sem precedentes, levando o país a uma exaustão no que se refere às possibilidades de livre decisão em relação aos destinos do país.

Segundo Alves,²⁰³ *“foi dessa maneira que os primeiros grandes trustes (associações de várias empresas que se fundem em uma só a fim de melhor controlar um determinado negócio) e multinacionais norte-americanas penetraram no Brasil e nas nações vizinhas. Explorando suas reservas naturais e a mão-de-obra abundante e barata e aproveitando-se de tarifas e tratamentos preferenciais, abasteceram nossos mercados até a saturação, para então partirem para a exploração também para outros países de terceiro e até de primeiro mundo.”* As classes dominantes compactuavam com eles porque se beneficiavam com isso e mantinham-se no poder enquanto aos seus países fosse reservado principalmente o papel de fornecedores de alimento e matéria-prima para a grande comunidade econômica internacional.

De la Torre, analisando a aliança entre o imperialismo e a grande burguesia dos países dependentes, explica que:

²⁰² Embora a ingerência norte-americana já seja uma situação consolidada na historiografia oficial da atualidade, vale ressaltar que a Missão Cooke foi um dos instrumentos que tornou viável essa mesma ingerência.

²⁰³ Julia Falivene ALVES. **A invasão cultural norte-americana**. p. 38.

‘(...) essas classes têm em suas mãos o governo dos nossos países em troca de uma política de concessões, empréstimos ou outras operações que (...) negociam ou participam com o imperialismo. Como resultado dessa aliança de classes as riquezas de nossos países são hipotecadas ou vendidas, a política financeira de nossos governos reduz-se a uma louca sucessão de grandes empréstimos, e novas classes trabalhadoras, que têm que produzir para patrões, são brutalmente exploradas. A progressiva sujeição econômica de nossos países ao imperialismo transforma-se em sujeição política, perda de soberania nacional, invasões armadas de soldados e marinheiros do imperialismo(...)’²⁰⁴

A chegada da Missão foi mais um fator de construção da queda de Vargas, mesmo porque a estabilidade do seu governo teria sido assunto de interesse do governo dos USA enquanto o Brasil era um aliado fiel. A permanência de Vargas no governo seria permitida enquanto representasse ganhos para a política norte-americana durante a guerra.

Alves explica que Vargas “*tentou tomar algumas ‘precauções’ contra esse estado de coisas mas,(...) [as contradições eram perceptíveis]: às vezes abrindo as portas de entrada para o capital estrangeiro, às vezes apontando-lhe a porta de saída mas, na maioria dos casos, deixando-lhe alguma brecha toda vez que se aproximasse de nossas fronteiras econômicas.*”²⁰⁵

A expansão do poder norte-americano fazia parte do plano de defesa militar dos USA para enfrentamento dos países do Eixo, sobretudo porque a potência nazista estava ampliando seu comércio na região e conquistando algumas adesões importantes nos altos escalões dos exércitos locais.

Supondo-se que a chegada da Missão Cooke ao Brasil teria representado o atendimento aos anseios de Vargas, em tempos de guerra, entendemos que o Brasil intentava se tornar uma grande potência (tanto em relação aos USA, quanto à América Latina) e portanto, além de conter as contradições internas, deveria conter as externas, aliando-se aos USA. Vargas entendia que a situação geopolítica do Brasil, na América Latina, era a de um Estado líder.

²⁰⁴ Victor Raúl de la TORRE. **El anti-capitalismo y el APRA**. Apud Julia Falivene ALVES. **Op. cit.** p. 38.

²⁰⁵ Júlia Falivene ALVES. **Op. cit.** p. 40.

Gramsci nos fala sobre grande potência:

“o conceito de grande potência se dá através de 3 elementos que permitem calcular a hierarquia de poder entre Estados: 1) Extensão de território; 2) Força econômica; e 3) Força militar.(...) Ser grande potência se exprime pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre outros estados: a de potência é potência hegemônica, chefe e guia de um sistema de acordos e alianças com maior ou menor extensão.(...) A força militar sintetiza o valor da extensão territorial e do potencial econômico. Deve-se considerar concretamente no elemento territorial, a posição geográfica. Deve-se distinguir na força econômica a capacidade industrial e agrícola da capacidade financeira.(...) Estes elementos são calculados na perspectiva de uma guerra pois,(...) significa obter uma parte dos resultados de uma guerra vitoriosa, sem necessidade de combater. Deve-se considerar também(...) o elemento ‘tranqüilidade interna’, isto é, o grau e a intensidade da função hegemônica do grupo social dirigente.”²⁰⁶

As relações Brasil-USA tipificavam a complexidade dos vínculos que se estabeleceram entre a grande potência americana e seus aliados subordinados latino-americanos no processo de formação de um sistema de poder no plano internacional, ou seja, o que Gramsci chamou de hegemonia e que pode ser denominado de *área de influência*.²⁰⁷ A complexidade dos vínculos também chama a atenção pelo fato de que as relações entre as duas partes do sistema não se configuram como simples imposição ou aceitação passiva; antes supõem uma interação difícil, negociada, embora assimétrica em graus variados.

João Carlos Muniz, embaixador do Equador, numa correspondência a Osvaldo Aranha, datada de 24/11/43, também se refere a esse desejo:

“O mundo de hoje é mais do que nunca uma estrutura aberta, sujeita a todas as modificações(...).Para o Brasil, a situação atual se apresenta cheia de possibilidades latentes. Na estrutura anterior(...) o Brasil não passava de um país semicolonial...a desintegração da velha ordem, se não nos faltarem vontade e decisão, nos permitirá

²⁰⁶ Antonio GRAMSCI. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. p. 191- 2.

²⁰⁷ Gerson MOURA. **Sucessos e ilusões**. p. 97.

sair dessa situação, modificando fundamentalmente a nossa posição(...) os problemas cuja solução teremos que enfrentar a todo custo(...) são a industrialização e a imigração(...). Além disso, com a industrialização, resolveremos o problema mais irritante da nossa vida internacional, que é o das relações com a Argentina. Enquanto não tivermos conseguido sobre ela uma superioridade esmagadora, que o aumento da população e do potencial industrial certamente nos dará, nos veremos sempre às voltas com ela a disputar a nossa posição.”²⁰⁸

Sobre esse fato, é interessante constatar uma nova faceta de Vargas: o seu caráter visionário. O desejo de tornar-se uma grande potência, equiparando-se aos USA, é discutível, visto que, para isso, o Brasil se lançaria mais uma vez como nação dependente não só economicamente, como tecnologicamente, nas mãos do imperialismo americano. Da mesma forma, pode-se observar essa mesma situação quando nos referimos à citação acima, de tornar-se potência militar proeminente na América Latina. O que se percebe é que a grande potência dispõe de um projeto político e de recursos de poder que lhe permite influenciar na política externa dos países menos poderosos; estes vivem o processo inverso, sofrem em maior ou menor grau a influência de uma potência sobre suas definições e decisões de política exterior. Segundo Moura, “*a relação hegemônica entre centro e periferia no sistema internacional não se apresenta como um jogo de imposições e aceitação obediente. Potência e países periféricos se fazem mutuamente demandas, têm percepções de sua própria posição e da posição do outro, fazem-se concessões, acatam convênios e compartilham valores.*”²⁰⁹

No caso dos países periféricos, sua posição relativa ao sistema internacional não é dada apenas pelos impulsos que vêm de fora para ajudá-los no planejamento global da grande potência. Depende, também, da luta política interna, do projeto

²⁰⁸ Apud Francisco Luiz CORSI. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. p. 227.

²⁰⁹ Gerson MOURA. **Sucessos e ilusões**. p. 21-2.

político²¹⁰ internamente dominante e que pode caminhar no sentido de acomodar-se aos impulsos que vêm de fora, no sentido de resistir a eles e combatê-los, ou ainda no sentido de negociar concessões mútuas. O Estado, constituindo-se o canal mais importante das relações exteriores da nação, torna-se, desse modo, o vértice das pressões cruzadas, internas e externas, que se produzem sobre o processo decisório da política exterior. Seria uma grande ilusão o Brasil pretender se tornar uma grande potência, mediante o poderio militar e econômico dos USA. O máximo que conseguiria, e mesmo assim até o final da guerra, era manter-se como aliado especial porque, até então, era interessante para a manutenção do sistema de poder norte-americano perante a América Latina.

A grande potência deve oferecer aos aliados benefícios minimamente significativos para assegurar a estabilidade do seu sistema de poder. Por essa razão, a incorporação brasileira ao sistema de poder americano passava por negociações políticas bilaterais, além daqueles de natureza multilateral.

Moura entende que:

“Apesar de todas as evidências em contrário, os dirigentes brasileiros conduziram as relações Brasil-EUA no pressuposto de que o Brasil ocupava a posição de ‘aliado especial’ dos EUA no continente americano, devido à sua participação na guerra, e de que essa situação asseguraria uma permanente preeminência política e militar do Brasil na América Latina, especialmente em face do poder argentino. Basicamente por essa razão, eles estavam dispostos a aceitar os programas militares e econômicos americanos para o país como o melhor caminho para preservar aquela situação de ‘aliado especial’.”²¹¹

²¹⁰ “A visão da indústria como alternativa para o desenvolvimento ganhou corpo ao longo dos anos 1930-40. Esboçava-se um ‘projeto’ de industrialização pesada que, a despeito de limitado e inconcluso, foi a tônica de organização do próprio Estado.” Sonia Regina de MENDONÇA. **As bases do capitalismo dependente**. In: Maria Yedda LINHARES. **História geral do Brasil**. p. 328.

²¹¹ Gerson MOURA. **Sucessos e ilusões**. p. 66.

Desde a Conferência do Rio de Janeiro, Getúlio Vargas já havia descoberto que tinha mais a ganhar através dos vínculos com os USA do que por meio de alianças com seus vizinhos sul-americanos.

Internamente, a situação não era das melhores: a formação das juntas militares²¹² no Brasil e nos USA, a chegada dos técnicos militares norte-americanos no Nordeste, a declaração de beligerância, o afundamento dos navios brasileiros,²¹³ as manifestações dos estudantes, dos trabalhadores nas ruas, o confisco dos bens dos estrangeiros cuja nacionalidade representava ofensa para o país,²¹⁴ o clima de forte suspeita criado pela polícia política, as investigações da polícia político-social nas fronteiras, o clima de espionagem, tudo isso criava um clima efervescente, inquietando, sobremaneira, os diversos segmentos do governo.

Os acordos de Washington continuavam acontecendo, sendo que de todas as barganhas, nem todas representavam exatamente o atendimento aos seus anseios: implantar a CSN e reequipar o exército brasileiro o que era sua preocupação mais emergente.

A Missão Cooke, conforme aconselhava Luiz Simões Lopes, poderia trazer novos ganhos para uma política norteada pelos princípios do DASP.

Seitenfus assinala os pontos que são objeto de acordo durante o período de julho de 1940 a dezembro de 1941: *“o fornecimento pelos USA de um complexo siderúrgico, o pagamento das dívidas brasileiras, a regulamentação do mercado interamericano do café, o fornecimento de material estratégico*

²¹² O conteúdo principal do acordo secreto, assinado em 23 de maio de 1942, foi a criação de duas comissões militares, uma em Washington e outra no Rio de Janeiro. A primeira intitulada JBUSDC (Joint Brazil-United States Defense Commission) esboçaria os planos de defesa conjunta para o Nordeste e a segunda, chamada JBUSMC (Joint Brazil-United States Military Commission) se ocuparia da elevação de padrões de qualidade das forças armadas brasileiras. Gerson MOURA. **O Brasil na segunda guerra mundial: 1942-1945**. p. 17-18.

²¹³ Logo que foi anunciado o afundamento dos navios em 17 de agosto, demonstrações espontâneas ocorreram em vários lugares do Rio de Janeiro. Nos dias subsequentes, as demonstrações foram encorajadas por grupos organizados de trabalhadores, estudantes (através da UNE) grupos profissionais, partidos de esquerda e grupos pró-USA. Gerson MOURA. **O Brasil na segunda guerra mundial: 1942-1945**. p. 19.

²¹⁴ O Decreto-Lei nº 4166 de 11 de março de 1942 dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. COLEÇÃO DE LEIS DE 1942 DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. p. 323.

*brasileiro e, por fim acordos visando a uma melhor repartição dos mercados algodoeiros.”*²¹⁵

Neste contexto, a posição de Washington é clara: não quer perder o interesse econômico e político de cooperação do grande aliado e para isso é necessário promover algumas concessões no sentido de manter a fidelidade do bom vizinho.

Mas, como fazer concessões sem se comprometer com grandes investimentos? Torna-se premente montar o projeto que venha a manter seu fiel aliado em situação de pleno interesse, durante o período crucial da guerra, de forma a conseguir todos os materiais estratégicos essenciais para o bom desenvolvimento da guerra, contra o eixo.

Segundo D’Araujo, *“antes de os dois países entrarem na Guerra, o Brasil já estava implementando uma política que não era de neutralidade. Alinhando-se como fez, aos USA, estava participando como um bloqueador de interesses germânicos.”*²¹⁶ Ela explica que (no seu Diário) Vargas percebia as mudanças que se operavam no tocante à inserção do país no mundo em guerra. Do ponto de vista do Brasil e da América Latina, pouca coisa poderia ser considerada como conquista de soberania. Apesar do esforço para que o país se equiparasse a uma nação forte, com autonomia, Vargas acabou concluindo que pouco sobrara fora das diretrizes norte-americanas. Era com tristeza visível que admitia falta de alternativas para o país a não ser fazer concessões aos norte-americanos. A concessão das bases foi por ele percebida como uma imposição, como um resultado que independeu de escolhas. O que se percebe é que *“o país era (...) jogado em uma ‘aventura’, sem acreditar na democracia e sem se sentir confortável em seu papel secundário. O pan-americanismo parecia (...) uma*

²¹⁵Ricardo Antonio Silva SEITENFUS. **O Brasil perante os Estados Unidos e o eixo: o processo de envolvimento na segunda guerra mundial**. p. 62.

²¹⁶Maria Celina D’ARAÚJO. **A era Vargas**. p. 56.

*espécie de letra morta devido às imposições norte-americanas: o continente tinha um dono, e mais forte do que ele imaginava.”*²¹⁷

A soberania nacional estava arranhada de maneira indelével. Seu sentido de autoridade, principalmente em relação às nações estrangeiras, serviu para retardar e complicar esse processo de alinhamento, mas não foi suficiente para contê-lo pois, *“a pressão americana fora esmagadora no sentido de exigir um alinhamento por parte do Brasil.”*²¹⁸

O que era mais ambicionado não fora alcançado: a construção de uma nação soberana, respeitada, que pudesse conviver em pé de igualdade com seus pares continentais. Em 16 de janeiro de 1942, assim se manifesta: *“A maioria dos países americanos que adotaram essas soluções de declarar guerra ou romper relações não o fez espontaneamente. Foram coagidos pela pressão americana.”*²¹⁹

Nesse contexto, a concessão de empréstimo para a CSN era agora um dos maiores trunfos tanto para Vargas quanto para Roosevelt. Vargas via-se satisfeito pois, politicamente reforçaria a sua imagem de estadista e bom negociador, em favor de uma nação mais forte e com possibilidades de um enorme parque industrial. Via-se também que a implantação viria a atender os anseios da burguesia industrial, representada pelos industrialistas de São Paulo e dos grupos militares, fortes defensores da industrialização.

Roosevelt vinha, desde a implantação do Birô Interamericano e do DIP, mantendo-se informado dos problemas brasileiros, como também das diversas possibilidades de *ajuda* que poderia lançar mão para socorrer o seu *bom vizinho*. Desde a ida da Missão Souza Costa que problemas econômicos e políticos eram levados para os USA, na ilusão de vê-los resolvidos através da boa vontade dos

²¹⁷ Maria Celina D'ARAUJO. **Op. cit.** p. 57.

²¹⁸ Maria Celina D'ARAUJO. **Op. cit.** p. 58.

²¹⁹ Getúlio VARGAS. **Diário**. Apud Maria Celina D'ARAUJO. **Op. cit.** p. 58.

USA. A guerra veio acirrar essas relações pois, o que parecia ser uma necessidade de desenvolvimento do Brasil, tornava-se agora uma necessidade de guerra. O Conselho Econômico de Guerra (Board of Economic Warfare) preparava-se, junto com o Departamento de Estado as suas metas para o estabelecimento de um quadro de apoio para estabelecer os pontos estratégicos que deveriam utilizar para a condução da guerra. O Brasil era um desses pontos e, por ser uma nação de dimensões continentais, contando com enormes áreas ainda despovoadas que equilibravam-se com a região sudeste já bastante desenvolvida em relação a esses pontos despovoados. Sabia-se, também, que o Brasil encontrava-se ainda na *sua adolescência* enquanto país industrializado, trazendo em seu seio um enorme contingente de população que se posicionava contrário à presença dos USA.

A missão Cooke representou, nesse momento, uma estratégia do Conselho Econômico de Guerra; a verba para a construção da CSN já havia sido liberada, mas o fornecimento de máquinas e equipamentos não estava sendo cumprido conforme o estabelecido no acordo. O Conselho Econômico de guerra tinha em suas mãos todo o plano de construção da CSN e carregava também a dúvida se os brasileiros teriam condição de construir e fazer funcionar uma usina siderúrgica da envergadura da CSN. A Missão deveria fiscalizar essa construção, consolidando o cumprimento das orientações do Conselho Econômico de Guerra, fornecendo os subsídios necessários à ponderação de liberação de novos recursos, entre eles, máquinas e equipamentos.

Dentro de uma visão da Organização Racional do Trabalho, deveria encontrar possibilidades de transferir todos as máquinas e equipamentos paralisados nos USA, com um preço bastante razoável, de forma que os USA desocupassem seus pátios para a montagem do aparato de guerra.

Quanto às máquinas e equipamentos novos, deveriam fazer um levantamento pois, alguns técnicos do governo norte-americano entendiam que seria um

perigo, senão um enorme desperdício, colocá-los nas mãos dos brasileiros, ainda tão atrasados em seu conhecimento tecnológico.

Através de calorosas palavras proferidas na presença de jornalistas de vários países, Roosevelt ressalta a importância da missão Cooke para o desenvolvimento do esforço de guerra empenhado entre as duas nações amigas.

Em sua partida para o Brasil, Cooke recebe das mãos do Conselho Econômico de Guerra os objetivos que deveriam ser cumpridos por ocasião da sua atuação no Brasil. O que Cooke não sabia é que além dos objetivos ali proclamados, os USA tinham objetivos implícitos, que não foram levados em conta. O que se pretendia reafirmar naquele momento é uma relação de poder, de uma nação sobre a outra.

Os USA pretendiam fazer uma investigação mais profunda sobre as condições de endividamento do Brasil. Deveriam fazer levantamentos das reais possibilidades de cumprimento dos acordos, de forma a atender as reais necessidades de guerra e obter as garantias de que não se criariam empecilhos para o fornecimento desses materiais, dentro das condições impostas pelos USA. O que se quer mostrar é que a dominação capitalista não conseguiria se manter exclusivamente na repressão. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente este aspecto que explica o fato de uma nação intervir na vida da outra para aprimorá-la, adestrá-la, torná-la dócil e obediente politicamente. Neste sentido, o efeito cascata vai se dando, pois o que se pretende não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e, sim, gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando as suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Esse objetivo é, ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito do trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do

poder, neutralização dos efeitos do contra-poder. O que se pretende é aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política.

O poder disciplinar assume características básicas: a disciplina é um tipo de organização de espaço, é um controle do tempo e a vigilância é um dos seus principais instrumentos de controle. O olhar invisível – como o do Panopticon de Jeremy Bentham,²²⁰ que permite ver tudo permanentemente sem ser visto – que deve impregnar quem é vigiado de tal modo que este adquira de si mesmo a visão de quem olha. A disciplina implica um registro contínuo do conhecimento. Ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber. “*O esquema panóptico é um intensificador para qualquer aparelho de poder: assegura sua economia (em material, em pessoal, em tempo); assegura sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos. É uma maneira de obter poder.*”²²¹

A Missão Cooke assume a condição de *olhar invisível* como o citado. O olhar que observa para controlar é o mesmo que extrai, anota e transfere as informações para os pontos mais altos da hierarquia do poder.

E é nesta condição, que o relatório da Missão torna-se um instrumento tão importante para a nossa análise: o discurso do relatório é pautado de situações que Thompson chamou de *relações de dominação*.

Ao se reportar à ideologia, Thompson²²² define os seus modos de operação: através da *legitimação*, as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas, pelo fato de serem representadas como legítimas, como justas e dignas de apoio. A justificativa para a missão assume esse caráter de legitimidade: “*As duas Missões se criaram e agiram num ambiente esclarecido*

²²⁰ Michel FOUCAULT. **Microfísica do poder**. p. xvii – xviii.

²²¹ Michel FOUCAULT. **Vigiar e punir**. p. 170.

²²² John B. THOMPSON. **Ideologia e cultura moderna**. p. 81-9.

de mútuo interesse. Procuraram soluções tanto para problemas atuais de interesse nacional como para questões de âmbito mais limitado, porém do maior interesse para certas indústrias e regiões.”²²³

Através da *racionalização*, o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio. “*Até mesmo o futuro dos USA se engrandecerá, à medida que o Brasil e demais países das Américas se forem tornando capazes de acudir, cada vez mais, às próprias necessidades, pela expansão de suas indústrias.*”²²⁴

Pela *universalização*, os acordos institucionais, que servem aos interesses de alguns, são apresentados como servindo aos interesses de todos e esses acordos são vistos como estando abertos, a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem sucedido. “*De um ponto de vista mais amplo, a solidariedade do hemisfério, sempre sonhada pelas Américas, e as relações internacionais têm, via de regra, tudo a ganhar, com o reconhecimento de que a ciência e a tecnologia constróem as nações muito mais pela cooperação do que mediante rivalidades e ambições de domínio imperialista.*”²²⁵

Na *dissimulação*, as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes. “*A melhor e mais rápida solução destas deficiências está na obtenção, pelo Brasil, dentro da melhor política de ‘boa vizinhança’, de alguns dos melhoramentos técnicos utilizados pelos Estados Unidos, desde os primórdios do século.*”²²⁶

²²³ Relatório da Missão Cooke. p.15.

²²⁴ Relatório da Missão Cooke. p.15.

²²⁵ Relatório da Missão Cooke. p.14.

²²⁶ Relatório da Missão Cooke. p.15.

O *deslocamento* que é utilizado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para o outro objeto ou pessoa. “*A história política de nossos dias reforça a lição de que a sobrevivência duma nação pacífica exige que seus vizinhos e amigos sejam igualmente fortes.*”²²⁷

A *eufemização* facilita a *dissimulação* e nela as ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valorização positiva. A dissimulação pode ser expressa, também, através do uso figurativo da linguagem. Entre as formas mais comuns estão a sinédoque, “*O estabelecimento, neste instante, de Missões para exploração ordenada e mútua das necessidades técnicas e as perspectivas do Brasil com relação aos Estados Unidos representam mais um passo lógico, no reconhecimento de finalidades comuns a um tempo imediatas e de longo alcance: a vitória rápida das Nações Unidas e a progressiva elevação dos padrões de vida e cultura para os povos brasileiro e norte-americano.*”²²⁸ a metonímia, “*O Brasil encontra-se ainda na adolescência, como nação industrial; mas tem um grande futuro diante de si, dotado, como é, de uma grande área, maior, em extensão, do que a parte metropolitana dos Estados Unidos, com incalculáveis recursos naturais de ampla variedade e uma população rica de aptidões manuais e intelectuais.*”²²⁹ e a metáfora “*Os surtos esporádicos semelhantes aos que pontilharam a história do Brasil, independentemente de suas causas, são como injeções hipodérmicas que estimulam, mas, afinal, não têm efeitos benéficos duradouros.*”²³⁰

Essa técnica pode dissimular relações sociais, através da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares

²²⁷ Relatório da Missão Cooke. p. 15.

²²⁸ Relatório da Missão Cooke. p. 13.

²²⁹ Relatório da Missão Cooke. p. 15.

²³⁰ Relatório da Missão Cooke. p. 14.

e formações sociais e políticas mais amplas. O uso figurativo da linguagem é uma característica bastante comum do discurso cotidiano, que é uma maneira eficaz de mobilizar o sentido no mundo sócio-histórico, e que, em certos contextos, o sentido mobilizado desse modo pode estar envolto com poder, podendo servir para criar, sustentar e reproduzir *relações de dominação*.

Na *Unificação* relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. “*O fortalecimento dos laços de amizade entre Brasil e os Estados Unidos da América e a ampliação de acordos comerciais mutuamente vantajosos têm constituído - por mais de cem anos - a permanente e firme preocupação de ambas as nações.*”²³¹

Uma estratégia típica através da qual este modo é expresso em formas simbólicas é a estratégia da *padronização*. “*Um elevado e desejável grau de auto-suficiência deve basear-se nos seguintes princípios: trabalho sábio e racionalmente conduzido; planejamento para eficiente utilização de todos os recursos naturais, e aceitação esclarecida, pela população, dos direitos naturais de outros povos.*”²³²

Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica.

Outra estratégia de construção simbólica é a *simbolização da unidade*. Essa estratégia envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos. “*A cooperação inteligente, amigável e cordial dos colegas brasileiros nada deixou a desejar e jamais será esquecida por qualquer membro desta missão.*”²³³

²³¹ Relatório da Missão Cooke. p. 13.

²³² Relatório da Missão Cooke. p. 15-6.

²³³ Relatório da Missão Cooke. p. 17.

Na fragmentação as relações de dominação podem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de transformar-se num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador. *“Há regiões brasileiras, em que se observam, naturalmente, relevantes progressos técnicos. Mas, até que o poder aquisitivo do mercado nacional brasileiro se desenvolva através da diversificação e da mais ampla distribuição geográfica da sua indústria, o aumento da produção ao grau que atingiu, por exemplo, Henry Ford, constituirá apenas fantasia.”*²³⁴

Uma estratégia típica de construção simbólica é a *diferenciação*- a ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder. *“Enquanto o rendimento do operário for baixo, a oportunidade para melhoria dos níveis de vida será escassa; todos os esforços para essa melhoria serão prejudicadas pelo conflito de interesses entre rivais que disputam maiores porções numa renda nacional limitada.”*²³⁵

Outra estratégia pertinente pode ser descrita como o *expurgo do outro*. Esta estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo. *“Esse inquérito técnico, em bases cooperativas, foi planejado antes da declaração de guerra no Brasil contra as nações do Eixo. Agora que as nossas duas nações estão irmanadas em luta de vida e morte contra os que pretendiam escravizar-nos, é maior a importância e a urgência das nossas pesquisas.”*²³⁶

²³⁴ Relatório da Missão Cooke. p. 15.

²³⁵ Relatório da Missão Cooke. p. 14.

²³⁶ Relatório da Missão Cooke. p.13.

Na *reificação*, as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retração de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. A ideologia como reificação envolve, pois, a eliminação, ou a ofuscação, do caráter sóciohistórico dos fenômenos. Esse modo pode ser expresso em formas simbólicas através da estratégia de *naturalização*. *“Hoje, Brasileiros e Norte-americanos constituem uma só família. A nossa idéia é de harmonia integral. Deveríamos fazer todos os esforços na luta contra os inimigos da democracia, da justiça e da liberdade, a fim de preservar a dignidade da vida.”*²³⁷

Um estado de coisas que é uma criação social e histórica pode ser tratado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais. Uma estratégia semelhante é a que pode ser descrita como *eternalização*: fenômenos sóciohistóricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes. *“Em virtude da baixa produtividade atual, má distribuição e relativo insulamento da maioria de seus habitantes, os técnicos brasileiros reconhecem que parte substancial da população do Brasil é subnutrida e insuficientemente educada.”*²³⁸

Costumes, tradições e instituições que parecem prolongar-se indefinidamente em direção ao passado, de tal forma que todo traço sobre sua origem fica perdido e todo questionamento sobre sua finalidade é inimaginável, adquirem, então, uma rigidez que não pode ser facilmente quebrada. Eles se cristalizam na vida social, e seu caráter aparentemente a-histórico é reafirmado através de formas simbólicas que, na sua construção, como também na sua pura repetição, eternalizam o contingente. *“Avaliamos os sacrifícios que o Brasil e os Estados Unidos terão de arrostar, mas permanecerão unidos, do mesmo modo, quanto*

²³⁷ Relatório da Missão Cooke. p. 13-14.

²³⁸ Relatório da Missão Cooke. p. 15.

às perspectivas futuras do Brasil, quando as nuvens de guerra tiverem passado.”²³⁹

As contradições

Inicialmente, devemos considerar que a Missão Cooke diferia das missões anteriores: esta seria a primeira missão voltada para o desenvolvimento industrial. Tratada como a primeira missão de uma série, vai ser contrariada pela constatação que Malan faz: essa Missão não foi a primeira de uma série, como queriam fazer acreditar em seu relatório; *“a primeira havia sido uma missão chefiada por Alex Taub, composta por cerca de 10 engenheiros, que esteve no Brasil em 1941. O relatório final desta missão, elaborado nos USA, permaneceu secreto, não sendo jamais publicado. Eugênio Gudin relata que o relatório elaborou um programa de 10 anos, para o qual seriam necessários 4 bilhões de dólares, dos quais 1,8 bilhão seria destinado a transportes e 0,5 ao setor de energia elétrica”*²⁴⁰.

O exemplo acima abre a perspectiva para o que pretendemos demonstrar: que o relatório da Missão Cooke foi um relatório pautado de contradições.

Considerando o período de permanência da missão no Brasil, constata-se, mesmo a grosso modo, que o período de tempo é impraticável para a reunião das informações coletadas e que possibilitaram as sugestões contidas no relatório. O que se depreende é que essas já estavam praticamente reunidas, tendo em vista o esforço anteriormente empreendido por Vargas, que teria culminado com a criação da CNS (Comissão Nacional de Siderurgia),²⁴¹ CEPS (Comissão

²³⁹ Relatório da Missão Cooke. p. 74.

²⁴⁰ Pedro MALAN. **Política econômica externa e industrialização no Brasil.** p. 27.

²⁴¹ Criada no início da década de 30, no Rio de Janeiro, funcionou no Ministério da Guerra, sob a presidência do então diretor do Serviço Geológico, Dr. Euzébio de Oliveira. Lili Katsuco KAWAMURA. **Engenheiro, trabalho e ideologia.** p. 36.

Executiva do Plano Siderúrgico),²⁴² CFCE (Conselho Federal de Comércio Exterior),²⁴³ IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho),²⁴⁴ SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)²⁴⁵, IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas),²⁴⁶ ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).²⁴⁷ Todos esses órgãos teriam função específica, tendo surgido para suprir as necessidades detectadas nos levantamentos feitos, visando ao crescimento do país.

Os relatórios I e II, que foram entregues a Roosevelt, continham impressões imediatas, que funcionaram como um perfeito simulacro. Como relatou Cooke, *“após a sua chegada a Washington, a Missão americana espera estar em condição de redigir o primeiro relatório sobre as observações colhidas no Brasil e fazer as recomendações daí decorrentes. Antecipamos que em futuro muito próximo estaremos em situação de fornecer aos chefes de nossos governos uma série de relatórios construtivos(...).”*²⁴⁸

Sobre esses relatórios construtivos, o que constatamos é o retorno da cópia dos relatórios I e II. O relatório II-A ficou sob a responsabilidade do governo

²⁴² A Comissão Executiva do Plano Siderúrgico foi criada em 04 de março de 1940, com o objetivo de realizar os estudos técnicos finais, para a construção de uma usina destinada à produção de trilhos, perfis comerciais e chapas e organizar uma campanha nacional, com a participação de capitais do Estado e de particulares, para a construção e exploração da usina. Lili Katsuco KAWAMURA. **Op. cit.** p. 36.

²⁴³ Em 1934, o governo brasileiro criou o CFCE, cabendo-lhe a tarefa de estudar e propor soluções técnicas para problemas tais como tratados comerciais, marinha mercante, indústria e comércio de carne, promoção das indústrias nacionais, criação de departamentos e institutos relacionados com produtos minerais e agrícolas nacionais, mobilização de matérias-primas para a economia de guerra. Lili Katsuco KAWAMURA. **Op. cit.** p. 31.

²⁴⁴ O IDORT foi criado pelo Decreto 6 248 de 25 de janeiro de 1934, favorecido pela ascensão de Armando Salles de Oliveira ao governo de São Paulo, que possibilitou ao IDORT efetuar estudos de organização de serviços, seleção de pessoal e racionalização de atividades burocráticas, culminados com a elaboração do plano de reorganização administrativa do Estado. Lili Katsuco KAWAMURA. **Op. cit.** p. 38-9.

²⁴⁵ O SENAI foi fundado no início da década de 40, num esforço para vencer a severa escassez de mão-de-obra especializada no Brasil. Para financiar o SENAI o governo instituiu uma taxa de 1% sobre as folhas de pagamento. Werner BAER. **Siderurgia e desenvolvimento brasileiro.** p. 139.

²⁴⁶ O IPT reorganizou-se em 1934 orientando-se para as atividades ligadas à indústria, sendo composto por professores da Escola Politécnica, permitindo a atuação do engenheiro como pesquisador e professor. Lili Katsuco KAWAMURA. **Op. cit.** p. 39.

²⁴⁷ A ABNT surgiu em 1940, contando com 65 órgãos oficiais, 103 sócios coletivos e 367 individuais. Essa associação teve acentuada influência da American Standards Association, que coordenaria a campanha pela padronização, tão acentuada nos USA a partir de 1914. Lili Katsuco KAWAMURA. **Op. cit.** p. 39.

²⁴⁸ Relatório da Missão Cooke. p. 75-6.

americano, o II-B não foi publicado e o III foi para o arquivo da Secretaria de Segurança dos documentos dos Conselho Econômico de Guerra. Cooke publicou o seu livro nos USA, sem a participação de João Alberto.

Conforme nos informou o NARA, a Missão Abbink teria procurado os arquivos da Missão Cooke, não os tendo encontrado nesse arquivo.

Sobre a composição da equipe de técnicos da Missão, há uma grande divergência daquilo que é citado no relatório: relata-se que uma equipe era composta de 12 técnicos americanos em parceria com o mesmo número de brasileiros. De acordo com documentos oficiais, o número é bastante variável não só de americanos como, também, de brasileiros.

O Relatório I

No tocante às análises feitas sobre o relatório, vamos encontrar, logo de início, a monografia feita por Corwin D. Edwards, intitulada *O Quadro Econômico*, quando o autor faz um levantamento bastante preciso sobre as condições econômicas do Brasil. Segundo Edwards “*os assuntos debatidos constituem diversos modos de atacar vários dos problemas da atual emergência industrial do Brasil.*”²⁴⁹

Sobre os problemas básicos que impedem o desenvolvimento do país, o autor alerta:“(...) *Esses obstáculos se devem à falta de certos requisitos da indústria moderna, e outros, à influência de tradições inadequadas a uma era industrial(grifo nosso).*”²⁵⁰

Toda a análise feita dentro do Quadro Econômico conflui para o fornecimento de requisitos da indústria moderna e a formação da mão-de-obra industrial.

²⁴⁹ Corwin EDWARDS. Relatório da Missão Cooke. p. 101.

²⁵⁰ Relatório da Missão Cooke. p. 88.

Parece que o verdadeiro objetivo da Missão era atender aos desejos de Vargas no sentido de preparar a mão-de-obra industrial pois, como nos diz Gomes, *“uma política de valorização do trabalho era, sobretudo, uma política de valorização do esforço humano, considerando a base e o fundamento de toda a riqueza social. Uma política de valorização do trabalho estaria, portanto, centrada na idéia de que a pobreza era um mal a ser evitado e que a riqueza era um bem comum, isto é, a riqueza devia ter uma função social à qual se subordinariam os interesses particulares dos indivíduos e dos grupos.”*²⁵¹

Embora se constatasse que o país possuía grandes áreas despovoadas e carentes de braços, como a Amazônia e o Centro-Oeste, não se podiam desconhecer os perigos de uma ocupação heterogênea, que acentuasse ainda mais os desequilíbrios regionais. *“A conquista do interior necessitava de uma orientação científica segura, centralizada pelo governo federal e enraizada no conhecimento dos problemas do homem do campo. O Brasil vivia uma situação de grave desequilíbrio em face do crescente deslocamento da população rural para as cidades litorâneas.”*²⁵²

A segunda monografia foi escrita por James M. Boyle, intitulada *Utilização de aviões de carga e planadores*. Para Boyle, *“muitos dos recursos naturais do Brasil, como, por exemplo, a mica, quartzo e carbonados, têm de ser transportados de fontes remotas e muitas vezes inacessíveis, para os USA, a fim de serem beneficiados para a utilização de armamentos.”*²⁵³

A maior preocupação, nesse caso, era conseguir escoar materiais estratégicos (mica e cristais) em escala suficientemente grande para os USA, considerando a sua urgência para fins de guerra. Para isso, foi sugerido ao sub-secretário da guerra, em Washington, D.C., que enviasse 3 aviões-tratores e 12 planadores,

²⁵¹ Angela de Castro GOMES. In: Dulce PANDOLFI. **Repensando o Estado Novo**. p. 66.

²⁵² Angela de Castro GOMES. In: Dulce PANDOLFI. **Op. cit.** p. 69.

²⁵³ James M. BOYLE. Relatório da Missão Cooke. p. 126.

com pessoal treinado no manejo de aviões. O que se esperava é que os pilotos pudessem colaborar no treino dos pilotos brasileiros e do pessoal de conservação, bem como nas minúcias do serviço das bases de vôo de aviões-tratores e planadores. Sobre as possíveis dificuldades de custo, assim se expressa: *“Todos, dos camponeses aos militares, sabem que os custos agora nada significam, porque a vitória é o único objetivo.”*²⁵⁴

Alex A. Tennant fala sobre *os Transportes por Terra e Água* ou seja, trata de problemas de transportes ferroviários, rodoviários e fluviais e também instalações portuárias. Sobre ferrovias, conclui que: *“Com algumas exceções, as vias férreas do Brasil deixaram suas linhas ficar em estado deplorável. Os trens só podem trafegar com pequena velocidade.”*²⁵⁵ Além das deficiências materiais, inclusive as variações de bitola das linhas férreas, a eficiência da rede ferroviária estava prejudicada pela falta de coordenação de todo o sistema.

O teor desta monografia também se destinava a dar suporte para o transporte de minério de ferro, carvão e demais materiais necessários para a usina de Volta Redonda. Toda a malha ferroviária, rodoviária e de portos estava sobremaneira despreparada para o atendimento às futuras necessidades da CSN e do desenvolvimento de todo o Brasil.

Considerando o tempo gasto e as despesas para a construção de linhas férreas, rodovias e vias navegáveis para servir o vasto território do Brasil, Tennant também sugere o emprego de aviões de carga para os transportes.

Sobre *Combustíveis*, Judson C. Dickerman explica que: *“A economia de combustíveis do Brasil, antes da interferência da presente guerra, baseava-se na lenha, no carvão vegetal, no petróleo importado sob diversas formas, no carvão de procedência estrangeira e no carvão nacional. A lenha das florestas acessíveis e o carvão vegetal, cuja maior parte provinha do trabalho individual em pequena escala e por processos primitivos eram, originariamente, os únicos*

²⁵⁴ Idem, ibidem. p. 132.

²⁵⁵ Idem, ibidem. p. 136.

combustíveis utilizados para fins domésticos pelos ricos ou pobres, indiferentemente.”²⁵⁶

A análise sobre esse assunto dar-se-á mediante os levantamentos sobre álcool, óleos vegetais, carvão, campos carboníferos, gás, lenha. Desde 1931, o governo determinara a mistura de álcool etílico a toda gasolina utilizada como carburante. Dickerman sugere que seja aumentada a produção alcooleira, acima das possibilidades da indústria açucareira, utilizando-se a mandioca, planta cultivada na maior parte do Brasil. Para substituição do petróleo, sugere o uso de óleos vegetais (óleo de semente de algodão, de mamona e de coco) como combustível sucedâneo. Na opinião do autor, *“qualquer alívio para a situação da escassez de carvão no Brasil, que não a importação de carvão americano, repousa na rápida, energética e eficiente expansão da bacia carbonífera de Santa Catarina, aliada à melhoria dos meios de transporte e de transbordo.*”²⁵⁷

A Companhia Siderúrgica Nacional utilizou o carvão de Santa Catarina, misturando-o ao carvão importado. *“A introdução do coque como substituto do carvão vegetal, empregado pela totalidade das usinas então existentes no país, permitiria um aumento considerável na produção da usina projetada”*²⁵⁸.

O estudo sobre o *Petróleo*, ficou a cargo de William J. Kemnitzer que assim se manifestou: *“Praticamente, o Brasil, no momento, não está produzindo petróleo e, por essa razão, depende de importação. Ordinariamente, óleo combustível, gasolina, óleo diesel e lubrificantes chegam ao país em navios-tanques, provenientes, em sua maioria, das Índias Orientais Holandesas, da Venezuela e dos Estados Unidos, empenhando-se nesse comércio cerca de 15 petroleiros. Atualmente, porém, não dispõe o país de mais de 3 ou 4 desses navios, e suas necessidades de petróleo não podem ser completamente satisfeitas.(...) a*

²⁵⁶ Judson C. DICKERMAN. Relatório da Missão Cooke. p. 154.

²⁵⁷ Judson c. DICKERMAN. Relatório da Missão Cooke. p. 157.

²⁵⁸ Regina da Luz MOREIRA. **CSN um sonho feito de aço e ousadia**. p. 33.

indústria do Brasil não poderá desenvolver-se, tanto quanto seria de desejar, enquanto permanentemente obrigada a depender da importação de petróleo.”²⁵⁹

O Sr. Kemnitzer relata sobre o petróleo e gás natural dos poços do Recôncavo Baiano (principalmente de Lobato), sobre o óleo bruto extraído de xistos pirobetuminosos (de Taubaté) e de areias betuminosas (de Guareí e Anhembi), e dos países vizinhos (Peru, Bolívia e Argentina) que podem fornecer petróleo através de rotas não sujeitas à interferência de submarinos. Sugere pesquisas na bacia do Paraná, na Região Costeira, no Território do Acre, Bacia Amazônica e Meio Norte (Maranhão, Piauí e Pará).

Desde 1935, que Oswaldo Aranha, nos USA, compreendia com clareza, o problema do Brasil, pois descobrira “*que as companhias americanas de petróleo exportavam para elas mesmas, no Brasil, faturando a gasolina pelo dobro do custo nos USA.*”²⁶⁰ Embora o petróleo fosse uma questão crucial para o país, o Governo Vargas já sabia quais eram as intenções dos USA para o Brasil.

Segundo Bandeira, “*os trustes americanos estavam dispostos a impedir outras conquistas neste campo.*”²⁶¹ O levantamento feito visava tão somente ao atendimento em período de guerra.

Sob a responsabilidade do Sr. Judson C. Dickerman (que anteriormente tratara da questão dos combustíveis) ficou também a *Energia Elétrica*. Segundo Dickerman, “*a indústria da energia elétrica é, no Brasil, pelo menos tão antiga quanto a dos Estados Unidos. A primeira usina hidrelétrica brasileira foi instalada em 1889(...).*”²⁶²

²⁵⁹ William J. KEMNITZER. Relatório da Missão Cooke. p. 164.

²⁶⁰ Moniz BANDEIRA. **Op. cit.** p. 245.

²⁶¹ Moniz Bandeira. **Op. cit.** p. 273.

²⁶² Judson C. DICKERMAN. Relatório da Missão Cooke. p. 193.

Neste trabalho, o autor faz uma análise da capacidade produtiva das usinas hidrelétricas, propõe o reparo das antigas e a construção das novas. *“Tendo em vista o papel relevante dos serviços elétricos na economia nacional, deverá caber às próprias autoridades do governo brasileiro empreender o planejamento das diretrizes principais de desenvolvimento dos serviços de eletricidade e até mesmo a construção de redes de transmissão econômicas que sirvam ao público.(...) O Brasil tem dependido largamente de capital e administração estrangeiros para desenvolvimento dessas indústrias, para as quais os investimentos são de monta, e rendimento provável, ou renda bruta anual, representa apenas pequena parcela de investimento.”*²⁶³

A análise sobre Têxteis ficou sob a responsabilidade de Donald K. Woodard, que assim se manifesta: *“A indústria têxtil do Brasil afeta indiretamente a vida de todo o seu povo, em virtude da utilização generalizada de seus produtos. Emprega centenas de milhares de trabalhadores na produção de matérias primas, na manufatura e na distribuição de seus produtos.”*²⁶⁴ Segundo o autor, a indústria têxtil apresenta problemas cuja solução acelerará substancialmente o progresso industrial do país. Entre esses, podemos citar: a baixa produtividade dos trabalhadores; os salários baixos; o subconsumo interno de produtos têxteis; idade e obsolescência de sua maquinaria. *“O Brasil tem realizado progressos no que se refere à educação industrial, com a criação de escolas de comércio em vários centros industriais, dando ao povo oportunidades para a aprendizagem profissional especializada.”*²⁶⁵

William C. Lichtner analisou a questão da *Polpa e Papel*, quando sugeriu: *“Como medida de guerra, o Brasil deveria tomar providências no sentido de*

²⁶³ Idem, ibidem. p. 198-9.

²⁶⁴ Idem, ibidem, p. 206.

²⁶⁵ Idem, ibidem, p. 219.

*reduzir a importação de polpa de papel.(...) O problema da polpa e do papel no Brasil, como em todos os países em crescimento, é complexo.*²⁶⁶

O Sr. Lichtner tratou da polpa de papel, papel de imprensa, importação, restrição ao uso, fibras nacionais. *“A situação da imprensa é grave, pois o papel que chega ao Brasil é insuficiente. (...) Deve-se, ademais levar em conta as inúmeras relações existentes entre o papel e seus produtos com todas as indústrias e atividades do povo, em matéria de educação, comércio, fornecimento de alimentos, comunicações, e ainda com o próprio governo.”*²⁶⁷

O autor apresenta, também, os obstáculos políticos e econômicos com a redução do papel: *“No Rio de Janeiro, tem-se observado que alguns jornais diminuíram de 50% sua circulação, a fim de poderem continuar a publicar jornais de tamanho normal – medida que diminui também pela metade o valor do jornal como órgão de notícias e veículo de anúncio. Reduzir a circulação compromete, tanto para as cidades quanto para os centros rurais, a razão de ser do jornal, instrumento de notícias, propaganda e anúncios.”*²⁶⁸

Frank Hodson cuidou da *Mineração e Metalurgia* quando observou que: *“Muito embora o Brasil disponha, em abundância, de quase todos os mais importantes minerais e de muitos dos elementos considerados raros, suas imensas reservas potenciais, foram apenas tocadas. (...) o país tem ocupado lugar de relevo no mercado mundial, com referência à exportação de minérios de ferro, manganês, mica, quartzo, diamantes industriais, ilmenita e minérios de zircônio. Existem depósitos extensos de bauxita de alto teor (minérios de alumínio), níquel e cobalto, que ora começam a ser aproveitados.”*²⁶⁹

²⁶⁶ Willian C. LICHTNER. Relatório da Missão Cooke. p. 224.

²⁶⁷ Idem, ibidem. p. 224.

²⁶⁸ Willian C. LICHTNER. Relatório da Missão Cooke. p. 228.

²⁶⁹ Frank HODSON. Relatório da Missão Cooke . p. 235.

Segundo o autor, a produção de minério é grandemente prejudicada pela atual carência de combustível, deficiência do material rodante e falta de organização do transporte. Sugere que os metais mais preciosos sejam transportados por via aérea. Em seu trabalho, Frank Hodson fez um levantamento sobre a situação da bauxita, minério de ferro, manganês, cromita, ferro-ligas, tungstênio, níquel e cobalto, quartzo, tantalita e columbita, berilo, mica, diamantes, cobre, arsênico, magnesita, grafita, kieselguhr, estanho, monazita, titânio, zircônio, metalurgia e aço.

A análise feita por Frank Hodson, Engenheiro Metalurgista, serviu como uma pedra de toque e foi de suma importância para a confirmação de todas as questões levantadas neste trabalho; ao mesmo tempo em que explicita a riqueza e variedade dos minerais estratégicos - alguns até raros - existentes no Brasil, demonstra a importância desses minérios para os USA, principalmente para o desempenho do seu exército na guerra. Ele deixa bem claro que o interesse dos USA em conseguir esses minérios é muito grande, não medindo esforços para conseguí-los. *“Os Estados Unidos dependem do quartzo brasileiro, agora inteiramente utilizado em aviões, armamentos e indústrias essenciais.(...) que o Brasil, nos Estados do Nordeste, é dos raros países que possuem nióbio-tantalos.”*²⁷⁰

Segundo Cunha, *“o Brasil tinha um lugar estabelecido na divisão internacional da produção como fornecedor de minérios estratégicos, com assentimentos de importantes setores do Estado(...). O governo dos USA fez o do Brasil assinar sucessivos acordos garantindo o suprimento de minerais estratégicos empregados na indústria nuclear (...) ainda antes da explosão da bomba atômica sobre Hiroshima.”*²⁷¹

²⁷⁰ Frank HODSON. Relatório da Missão Cooke. p. 241.

²⁷¹ Luiz Antonio CUNHA. **A universidade crítica**. p.157.

Na medida em que analisa a importância dos minérios para a metalurgia e siderurgia, reforça a nossa idéia de que a Missão Cooke teria vindo dar suporte e acompanhar a implantação da CSN. *“De acordo com as sugestões da Missão, a Divisão de Engenharia Industrial do Conselho Econômico de guerra investiga as possibilidades de melhorar os processos metalúrgicos(...).”*²⁷²

A monografia intitulada *Indústria Química* ficou sob a responsabilidade de Charles F. Bonilla. Segundo ele *“a indústria química do Brasil ainda não tomou a feição de uma indústria propriamente dita, a julgar pela experiência americana.(...) Verifica-se atualmente um substancial aumento de produção”*²⁷³

Bonilla ocupou-se de analisar a questão da soda, soda cáustica, álcool, amônia e cianamida, café, cloridrato de emetina, enxofre e ácido sulfúrico, óleos vegetais e destilação de madeira.

Segundo Bonilla, as companhias brasileiras desejam atrair a participação estrangeira e, particularmente a americana, para projetar novas fábricas e atrair novos investimentos. Porém, duas leis regulam tais iniciativas: *“A constituição (de 1937) e o Código de Minas. O último dispõe que só as companhias de propriedade e controle cem por cento brasileiros podem industrializar minerais. (...) A Constituição se aplica a toda a indústria. (...) exige-se sempre que possível, sejam brasileiros pelo menos dois terços dos empregados de uma companhia de qualquer nível. Qualquer companhia pode ter até 50% de capital estrangeiro, e por força de concessão especial, até 100%, com exceção dos casos previstos no Código de Minas.”*²⁷⁴

A *Desidratação de Produtos Alimentícios* ficou sob a responsabilidade de Joseph W. Rothmeyer. Tendo se ocupado de analisar a produção alimentícia, sugere que *“seja instalada no Brasil, como parte integrante do esforço de guerra nacional, uma fábrica para conservar, concentrar e aproveitar produtos*

²⁷² Frank HODSON. Relatório da Missão Cooke. p. 246.

²⁷³ Charles F. BONILLA. Relatório da Missão Cooke. p. 249.

²⁷⁴ Charles F. BONILLA. Relatório da Missão Cooke. p. 252.

*alimentícios(...). Que se dê atenção, em primeiro lugar, ao beneficiamento da produção de frutas no Brasil, transformando-as em barras concentradas(...) para servir como ração militar e civil. Que os produtores brasileiros (...) se unam com o Coordenador de Mobilização Econômica, para garantir o seu êxito. (...) Que o governo faça uma encomenda substancial de parte da produção da fábrica, para utilizá-la sob a forma de rações concentradas para o Exército.”*²⁷⁵

O problema da *Educação*, ficou sob a responsabilidade de Corwin D. Edwards que, de início, sugeriu: *“Para o desenvolvimento de sua indústria, tem o Brasil que enfrentar um problema educacional inerente a cada um dos seguintes níveis: treinamento de engenheiros e outros profissionais técnicos, treinamento de contra-mestres e operários especializados, em escolas de aprendizagem industrial, instrução primária de empregados em estabelecimentos industriais, ensino de higiene, agricultura elementar e artesanatos, para os habitantes dos centros menos desenvolvidos do interior.”*²⁷⁶

Cunha explica que no âmbito do ensino tecnológico, a situação não era considerada mais satisfatória do que a do ensino de ciências. *“O ensino de engenharia estava voltado predominantemente para a formação do engenheiro civil, com pretensões politécnicas, um arcaísmo incompatível com a alta especialização exigida pela organização monopolista da produção.”*²⁷⁷

Segundo Edwards, teria iniciado, neste ano, um programa de construção de escolas profissionais, financiado por contribuições dos próprios industriais. A expansão industrial brasileira teria exigido uma maior quantidade de técnicos. A carência nesse setor agravou-se atualmente em vista de a guerra exigir do país o planejamento de inúmeras questões ligadas a problemas novos, que deveriam ser preliminarmente resolvidos relacionados com a utilização de sucedâneos.

²⁷⁵ Idem, ibidem. p. 275-6.

²⁷⁶ Corwin D. EDWARDS. Relatório da Missão Cooke. p. 277.

²⁷⁷ Luiz Antonio CUNHA. **A universidade crítica**. p. 160.

Em 1º de dezembro de 1942, Ernani do Amaral Peixoto, interventor do Rio de Janeiro, escreve a Cooke . (...) *o Governo do Estado do Rio de Janeiro deseja prestar sua colaboração, no sentido de aliviar a carência de técnicos especializados, estabelecendo as bases definitivas de uma Universidade tecnológica, para ambos os sexos, destinada a ser um grande centro de ensino e pesquisas. É intenção (...) iniciar seu programa com a organização de uma escola de engenharia mecânica e outra destinada a pesquisas metalúrgicas, a que se seguirá a construção de estabelecimentos para o ensino de engenharia aeronáutica e de outros ramos que se tornarem necessários.*”²⁷⁸

A providência mais imediata para contornar a situação seria introduzir técnicos estrangeiros, porém a solução definitiva estaria na melhoria do ensino técnico nacional, através da criação de novos cursos. Segundo o autor, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Brasil e o Adido de Relações Culturais da Embaixada Norte-Americana elaboraram, em colaboração, planos experimentais para satisfazer as necessidades educacionais no interior de país. Edwards sugere aos USA que cooperem no financiamento dessa experiência.

As duas monografias a seguir, intituladas *Tradução de Livros para o Português e Biblioteca Americana de Consulta*, foram feitas por W. O Lichtner e Corwin D. Edwards, respectivamente, que constataram ser bastante reduzida a importante literatura sobre a administração científica traduzida para o Português. Os princípios abrangidos pela administração científica constituem fundamento notório para a organização do trabalho nas principais nações industriais. Constatam que o futuro industrial do Brasil não pode ficar à mercê do conteúdo de jornais, revistas e livros técnicos devotados quase inteiramente a soluções provisórias, que não se fundamentam numa filosofia industrial objetiva.

Sugerem não só a remessa e distribuição de livros americanos sobre administração científica às principais bibliotecas técnicas do país, mas também a realização de traduções fidedignas das mais importantes obras sobre o assunto.

²⁷⁸ Relatório da Missão Cooke. p. 292.

Observam que há, na cidade do Rio de Janeiro, um aumento crescente na procura de diversas publicações de caráter técnico e outras fontes de consulta. Os funcionários e homens de negócios brasileiros necessitam cada vez mais de diversas informações técnicas norte-americanas, inclusive economia e estatística, o que impõe às escolas de engenharia a organização de suas bibliotecas nesse sentido, sendo difícil, entretanto, que se consiga obter para várias delas, simultaneamente, as publicações mais volumosas e caras.

O *Programa de Planificação Industrial* foi analisado por Joseph W. Rothmeyer que se manifesta: “*Coerente com a atitude progressista do Brasil visando auxiliar, dirigir e desenvolver suas indústrias, sugere-se a criação de um órgão central de planejamento, para desenvolver os meios de utilização das mais avançadas concepções de produção em massa.*”

Sobre *O Aproveitamento do Rio São Francisco*, H. C. Poland procurou explicar que ‘*planejar a utilização e o controle da água é planejar para a maioria das funções básicas da vida do país. Não podemos fazer planos de aproveitamento da água, antes de considerar também os relevantes problemas da terra. Não podemos fazer planos de utilização da água e da terra, antes de elaborar planos para toda a população... Terra, água e população caminham parelhas. O povo não pode atingir o mais alto padrão de bem-estar, a menos que se aproveite, o mais sabiamente possível, a terra e a água.*²⁷⁹

Neste trabalho, o autor analisa o Rio São Francisco, a população, a navegação, os recursos minerais, o solo e energia elétrica. Conclui dizendo que a região do São Francisco poderia competir, em produção de algodão, com o Vale do Nilo, caso fosse igualmente irrigada.

O Relatório II

²⁷⁹ H. C. POLAND. Relatório da Missão Cooke. p. 311. (Citação baseada nas conclusões da Comissão do Vale do Mississippi).

Sob o título *Fontes de crédito para novos empreendimentos*, Corwin D. Edwards assim se manifesta: “*o Brasil vem mantendo um comércio exterior ativo, durante quatro séculos, embora seu desenvolvimento industrial date de apenas quatro décadas. (...) Até há pouco, as empresas comerciais foram mais numerosas e importantes do que as industriais; muitas das maiores companhias são subsidiárias ou agências de firmas estrangeiras e, tendo em vista os padrões norte-americanos, as maiores empresas brasileiras são relativamente pequenas.*”²⁸⁰

O autor relata que o principal obstáculo para o crescimento das empresas tem sido a dificuldade em obter capital para fins industriais, devido à impossibilidade de mobilizar recursos com fins industriais, uma vez que a economia brasileira, até então, era derivada da agricultura e comércio exterior.

Segundo Edwards, a expansão das empresas já existentes e a criação de novas empresas depende do capital estrangeiro, enquanto a tendência da política brasileira orienta-se no sentido de diminuir o campo dentro do qual as empresas estrangeiras podem operar para assegurar o desenvolvimento industrial de caráter nacional.

Cita, como agravante para a solução deste problema, o memorando que Miguel Álvaro Ozório de Almeida apresenta para a Missão Americana, com um resumo das leis aplicáveis aos estrangeiros no Brasil, que estão contidas na Constituição Brasileira, visando assegurar certas garantias num mundo que caminha rapidamente para a guerra. Sugere que tais leis sejam reexaminadas, como forma de tornar viável o desenvolvimento industrial.

Sobre o empréstimo da CSN, explica que o Governo Brasileiro encampou US\$12.500 em ações preferenciais com juros oficialmente garantidos e US\$12.500 em ações comuns, propondo-se a revendê-las ao público. Isso, assumiu o caráter de um movimento patriótico, endossado pelo Presidente em discurso público divulgado através de todo o Brasil, como primeiro exemplo de

²⁸⁰ Corwin D. EDWARDS. Relatório da Missão Cooke. p. 322.

um amplo esforço de caráter nacional, para vender títulos de uma companhia. Ao todo, cerca de 26.000 subscritores, muitos dos quais empresas industriais e comerciais, compraram um total de 89% das ações. O restante foi retido pelo Governo Federal. Em janeiro de 1943, o mesmo procedimento vai ser observado com a Cia. Vale do Rio Doce.

Edwards faz ainda uma análise sobre formas alternativas de conseguir investimentos visando ao desenvolvimento industrial, sobre as Bolsas de Títulos, Fundos da Previdência, Companhias de Seguros e os juros praticados no Brasil.

Sobre a análise sobre as *Associações Comerciais Brasileiras*, Corwin D. Edwards traz um componente muito interessante, quando coloca os sindicatos como associações governamentais: *“As associações de homens de negócios, no Brasil, classificam-se em dois grupos bem diferenciados. O primeiro compreende instituições organizadas espontaneamente, desenvolvidas em determinadas épocas, como expressão dos interesses dos seus membros, e que continuaram a funcionar alheias a um sistema regular de relações legais com o governo. O segundo grupo, que se desenvolveu na última década, consiste numa estrutura ordenada e crescente de associações profissionais, denominadas sindicatos, que existem de acordo com a lei sindical e que, sob orientação do governo, exercem autoridade semi-pública.”*²⁸¹

A afirmação acima constitui-se como um contra-ponto para as análises que já foram feitas sobre o assunto. Entendemos que essa abordagem merece um estudo à parte, devido à importância da questão e à natureza do assunto abordado nesse trabalho. O que conseguimos depreender é que uma análise vista pelo prisma que se coloca, torna-se muito tendenciosa, e que, apesar de tudo, reforça a intenção da Missão: de atender aos anseios de Vargas no sentido de controlar a mão-de-obra no Brasil.

²⁸¹ Corwin D. EDWARDS. Relatório da Missão Cooke. p. 350.

Sobre *Controle de Mercados e Preços*, Corwin D. Edwards refere-se à manutenção do regime de livre concorrência, controle para salvaguardar os excedentes da produção, controle destinado ao desenvolvimento das indústrias nacionais, produtos sujeitos aos acordos internacionais de emergência e coordenação de controles de guerra (Comissão de Mobilização Econômica).

A referida afirmação se dá a partir das críticas contidas no relatório, no que se refere, principalmente, às leis do país.

Sobre o Decreto-Lei 869, de 18 de novembro de 1938, que define os crimes contra a economia popular, assim se expressa: *“Ainda que essa lei trate em parte de problemas idênticos aos tratados pela lei antitruste dos USA e, evidentemente dela promanassem alguns de seus artigos, sua origem intelectual inclui princípios do código penal argentino, certas propostas apresentadas por uma comissão de reforma do código penal germânico, e vários dispositivos da lei italiana.”*²⁸² De uma forma sutil, o autor abomina o caráter fascista da lei. E mais adiante completa: *“A aplicação dos dispositivos antimonopolistas dessa lei foi relativamente limitada. Sua existência, como lei, e os efeitos de alguns casos particulares que atingiu, serviram para dramatizar a política de proteção ao mercado livre. No entanto, as diversas formas de controle econômico estabelecidas para enfrentar os problemas de um mundo em guerra, diminuíram esse efeito, dramatizando em maiores proporções as restrições à liberdade de produção e comércio, característicos vigentes durante a guerra.”*²⁸³

As análises feitas sobre os relatórios da Missão Cooke, embora rápidas, forneceram o pano de fundo contra o qual pretendemos, no decorrer desse capítulo, estabelecer as contradições. Pudemos concluir que os relatórios

²⁸² Relatório da Missão Cooke. p. 374.

²⁸³ Relatório da Missão Cooke. p. 375.

sugerem, em todas as monografias, preparar o terreno para o desenvolvimento da siderurgia brasileira, mais especificamente da CSN.

Entretanto, não conseguimos adensar nossa análise devido à extensão do relatório, complexidade dos assuntos tratados e exigüidade do tempo, mesmo porque, esse tipo de análise escapa do enfoque pretendido neste trabalho. Mas foi o suficiente para entendermos o quanto de simulação existe neste relatório, estimulando-nos a continuar buscando novas perguntas e novas respostas.

A diluição dos conteúdos históricos é uma postura que também nos chamou a atenção, por consistir em banalizar os fenômenos pertinentes à vida do país, como estranhos ao corpo social. Tratando os problemas de forma isolada, separados de seu contexto social, os autores se utilizam de uma estratégia que dilui determinados valores e instala novos. Ao discorrer sobre diversos *problemas* enfrentados pelo Brasil, retrata a situação de um país subdesenvolvido como conseqüência de costumes estranhos, fatalidade, clima adverso, falta de tradição e falta de grandes pensadores. A solução, conseqüentemente, para esta parte do mundo subdesenvolvido, é a transferência de conhecimentos; a ausência desses conhecimentos causa o subdesenvolvimento pois, com os conhecimentos, a alimentação, o desenvolvimento e o progresso surgirão automaticamente.

Como nos diz Thompson, *“para entender a constituição significativa das formas simbólicas, devemos examinar seus aspectos intencional, convencional, estrutural e referencial. A contextualização social de tais formas requer que prestemos atenção a certos aspectos sociais dos contextos (aspectos espaço-temporais, a distribuição de recursos dentro de campos de interação, etc), bem como a certos processos de valorização,*”²⁸⁴ que ele denominou de modalidades de transmissão cultural. Foi o que tentamos mostrar.

²⁸⁴ John B. THOMPSON. *Ideologia e cultura moderna*. p. 212.

Considerações Finais

**"Continuamos de joelhos diante da força,
um velho hábito de escravos."**

Nietzsche

O objeto a que nos propusemos estudar, plenamente conscientes dos riscos a correr e das dificuldades a enfrentar, consistiu no estudo da Missão Cooke como instrumento de hegemonia norte-americana, e teve como objetivos: investigar as condições sócioeconômicas e políticas do Brasil, fazer um levantamento dos materiais estratégicos e acompanhar a implantação da CSN.

No decorrer do trabalho, pudemos constatar que o relatório da Missão Cooke permaneceu confidencial até 1948 porque não havia o interesse de que o mesmo viesse a público, oportunizando as mais diferentes opiniões sobre a suposta ajuda norte-americana, perante o Brasil e demais países envolvidos na Segunda Guerra Mundial, mesmo porque entre os brasileiros já existiam manifestações contrárias à presença dos USA no Brasil.

Esse antagonismo ficaria mais acirrado quando o povo em geral tomasse conhecimento do interesse dos USA pelos minérios estratégicos de guerra, principalmente pelos minérios destinados à construção da arma nuclear, como vai se verificar, posteriormente, com a bomba que impõe o fim da Segunda Guerra e a rendição das nações envolvidas. Paradoxalmente, o mesmo material foi amplamente utilizado como fator de propaganda dos USA, perante os demais países: daí ser tratado como missão econômica.

Quanto ao seu verdadeiro sentido, Roosevelt pretendia esconder, mesmo porque era estratégia de guerra, considerando o forte clima de espionagem que se disseminava pelo mundo, especialmente no Brasil. O material que foi utilizado como propaganda estava totalmente isento de situações que pudessem levantar questionamentos.

Os USA tinham propósitos de lançar as suas bases de poder sobre os países da América Latina, garantindo a posição do Brasil como aliado especial, utilizando-se de um instrumento aceitável e, até certo ponto necessário, como foi a Missão Cooke.

Considerando a posição do Brasil em riqueza e abundância de materiais estratégicos de extrema importância para aquele momento, os USA não teriam como descartar a colaboração desse poderoso aliado.

Por outro lado, a construção da CSN deveria estar dentro das exigências norte-americanas, também como estratégia de guerra pois, se a guerra se prolongasse, teriam aí mais um ponto de fornecimento de aço e armamentos, situado em local estratégico, e não seria necessário atravessar o mar, uma vez que as bases americanas no Nordeste Brasileiro já estavam consolidadas.

Confirmando nossas questões iniciais, a conclusão mais imediata é que, a despeito das afirmações dos autores que se ocuparam de explicar a questão, a Missão Americana tinha objetivos de investigar e acompanhar a construção da indústria brasileira, principalmente a CSN; fazer um levantamento dos minerais estratégicos existentes, no Brasil, para o suprimento da guerra; investigar a

capacidade de endividamentos do Brasil, pois essa capacidade seria definidora na aceitação de exportação dos minerais estratégicos; garantir a invasão cultural como forma de expansão de seu império; encontrar espaços para um mercado consumidor em crescente expansão; tirar proveito de novas situações e, principalmente esconder suas intenções da opinião pública brasileira. Portanto, a Missão Cooke teria atingido plenamente os seus objetivos.

Vargas pretendia garantir a posição de nação proeminente perante as demais nações da América Latina. Sua intenção (a exemplo dos USA), também era transferir máquinas e equipamentos industriais paralisados no Brasil, para as nações mais atrasadas.

Concordou em manter o relatório confidencial porque o mesmo continha informações sigilosas sobre o Brasil. Um bom exemplo é o relatório III da Missão que, conforme nos informou o Serviço Nacional de Informações do Exército, mantém-se até os dias atuais, sob a alçada do alto comando do Estado Maior do Exército Brasileiro, não sendo permitida a sua consulta.

O que se sabe é que esse relatório contém dados referentes aos pontos estratégicos de guerra, dados estatísticos que evidenciaram a situação real do Brasil, explicitando as possibilidades de avanço dos USA sob a nação submetida.

No decorrer do nosso trabalho procuramos mostrar os fatores intervenientes que nos permitiram chegar a essa conclusão.

No primeiro capítulo estudamos o Brasil na conjuntura internacional, no período de 1930 a 1945, enfocando a política exterior americana em relação à América Latina, mais especificamente ao Brasil. A política adotada por Roosevelt, também chamada de política da boa vizinhança, tinha como principal objetivo *atenuar* os métodos coercitivos sobre a América Latina. O Birô, enquanto agência ligada à Segurança Nacional dos USA, foi um instrumento dessa política e se propunha a fazer a penetração cultural norte-americana nos diversos países da América Latina. Através da direção de Berent Friele, o Birô aplicou

seus programas no Brasil com imenso sucesso, abrindo caminhos para a chegada de outras missões norte-americanas. Além do mais, o pessoal envolvido com o Birô eram pessoas ligadas às diversas empresas norte-americanas que atuavam no Brasil.

As forças que subiram ao governo, em 1930, já manifestavam a sua preocupação com a industrialização. Com a chegada do Estado Novo, esta preocupação tornou-se mais forte e todos os esforços foram envidados no sentido de tornar realidade a construção do parque industrial brasileiro.

Segundo Hilton, *“Foi o CFCE que, sob instruções de Vargas, realizou o primeiro grande inquérito industrial em escala nacional. (...) uma prova nítida do compromisso do governo para com a industrialização(...)”*.²⁸⁵

Segundo Mendonça, *“o papel da empresa produtiva estatal era claro: não somente viabilizar a implantação possível do núcleo capitalista no país, como também fornecer bens e serviços a baixo preço, de modo a propiciar economia de custos ao capital privado. A burguesia industrial, apesar de temer os excessos do intervencionismo, continuaria investindo nos tradicionais setores produtivos, à sombra dos benefícios da ação estatal. Estava lançada a semente de uma acelerada concentração de renda. (...) A política econômica do Estado, a despeito de sua marca estatizante e nacionalista não logrou implantar, de um só bloco, o núcleo capitalista inerente ao seu projeto industrializante.”*²⁸⁶

A chegada da 2ª Guerra Mundial propiciou uma mudança brusca no cenário que se delineava e o Brasil tornou-se aliado dos USA.

Porém, o traço mais significativo da política externa brasileira foi sua capacidade de negociação dos termos nos quais esse alinhamento deveria ocorrer, e que o governo brasileiro soube manipular com relativo sucesso. A autorização do empréstimo para a construção da CSN foi produto dessa negociação.

²⁸⁵ Stanley E. HILTON. **Op. cit.** p. 109

²⁸⁶ Sônia Regina de MENDONÇA. **As bases do desenvolvimento capitalista dependente.** In: Maria Yedda LINHARES. **História geral do Brasil.** p. 330-1.

A ditadura do Estado Novo, através do DIP, dispunha de um instrumento de aproximação do governo com as massas, na defesa de um Estado forte, que preconizava a *regulação* da economia dentro da proposta fordista-keynesiana. Através das orientações do DASP, a maior preocupação era com o controle e a disciplina de toda a sociedade, formando um quadro de cidadania regulada. Através do programa *Falando aos trabalhadores*, o ministro Marcondes Filho recruta os trabalhadores para a construção da CSN. Em setembro de 1942, também chega a Missão Cooke que, no nosso entender, é a culminância do controle dos USA sobre o Brasil.

Em termos políticos, não se tratava para Washington de assegurar que o Brasil operasse nos quadros de um modelo liberal-democrático, mas de manter vínculos com o Brasil e os demais países latino-americanos sob sua liderança. É fato que durante as décadas de 30 e 40 o nacionalismo, eventualmente, mantinha alguma relação com ideais fascistas e foi em nome da luta contra o Eixo que os USA combateram governos nacionalistas. Não é, pois, de surpreender que a esquerda também apoiasse os esforços dos USA na luta anti-fascista. Mas, ao mesmo tempo, a experiência anti-imperialista no México foi fortemente condenada por Washington, fato que demonstra que o governo americano lutava contra as influências fascistas tanto quanto as tendências nacionalistas latino-americanas, já que ambas constituíam enormes obstáculos à criação de seu sistema de poder. O apoio político recíproco entre os governos Roosevelt e Vargas tornava mais fácil para o governo norte-americano lidar com a situação na América Latina.

No capítulo II, estabelecendo uma relação simbólica, recorreremos aos conceitos de hegemonia, intelectual orgânico, aparelhos repressivos e ideológicos, poder, classe social e interesse (*illusio*), para melhor explicar a Missão Cooke como instrumento hegemônico dos USA. A Missão Cooke representou o auge das barganhas empreendidas por Vargas.

Suas conseqüências serão mostradas a partir da análise sobre o pensamento dos autores que se ocuparam da questão.

Corsi, Moura e Hirst defendem a idéia de que a chegada da Missão não representou nenhum avanço na política norte-americana em relação ao Brasil. A atuação da Missão, segundo os autores, por motivos diversos, não conseguiu fazer uma mudança na postura dos USA em relação à política para a América Latina.

No entanto, utilizando o pensamento de Malan, somos favoráveis à idéia de que a guerra não durou o suficiente para termos os resultados propostos pela Missão. Embora houvesse forte divergência entre os grupos norte-americanos, a concessão para a construção da CSN se fez mostrar, embora um tanto tardiamente. Por outro lado, a Missão ocupou-se de fazer um inventário das condições do Brasil, muito propícia para aquele cenário da Segunda Guerra.

Vargas teve uma decisão bastante estratégica ao negociar a construção da CSN, alinhando-se aos USA.

Em termos ideológicos, o desequilíbrio político no continente era representado em termos de harmonia e igualdade entre as nações do hemisfério tanto em termos jurídicos como de propaganda. Richard Barnet observou que “*em cada época, as nações poderosas tem resolutamente atingido a maturidade pela difusão de uma mission civilizatrice nas terras dos vizinhos mais fracos.*”²⁸⁷ A colaboração hemisférica e o panamericanismo representavam uma ideologia política tão poderosa, que os funcionários mais lúcidos do Departamento de Estado viam as Nações Unidas como uma arena guiada pela luta pelo poder, enquanto, ao mesmo tempo, viam no sistema interamericano um campo fundado em princípios de harmonia e equidade entre as nações.

No terceiro capítulo, iniciamos a discussão buscando explicitar duas situações bastante contraditórias para o momento em questão: a permissão de forte

²⁸⁷ Apud Gerson MOURA. **O Brasil na segunda guerra mundial** : 1942-1945. p. 56.

ingerência americana, por parte dos brasileiros, através da Missão Cooke e o desejo do Brasil em tornar-se grande potência.

O que procuramos demonstrar é que, para além dos inúmeros estudos feitos sobre a pessoa de Getúlio Vargas, explicita-se mais uma de suas características: o seu caráter visionário. Reconhecemos ser um tanto quanto ousada a afirmação, considerando o momento de profundas dificuldades e contradições pelas quais passou, tendo que se definir em favor da grande potência norte-americana. E o próprio Getúlio soube fazer essa análise já que entendia que pouca coisa poderia ser considerada como conquista de soberania, pois a pressão americana foi esmagadora no sentido de exigir o alinhamento do Brasil.

A Conferência dos Chanceleres foi um exemplo dessa pressão, quando Roosevelt preparou uma equipe *convincente* para participar da Conferência, composta por homens de Estado com forte poder de decisão e exímios conhecedores dos problemas da América Latina, principalmente do Brasil.

Em termos militares, o que se colocava era a melhoria de condições operacionais para as forças armadas norte-americanas. Por essa razão, não havia lugar no sistema interamericano para uma aliança militar entre o Brasil e os USA que desse ao primeiro uma posição de primazia na América Latina. As autoridades dos USA insistiam, constantemente, na manutenção da equidade entre os países latino-americanos, o que significava, de fato, a equidade em termos de uma posição subordinada que todos os países ocupavam no sistema de poder americano. Foi daí que surgiu a necessidade de restringir, tanto quanto possível, a remessa de armas ao Brasil, usando-se como pretexto a ausência de condições de transporte. Os principais acordos que os militares dos USA assinaram com sua contraparte brasileira foram considerados, na época, *modelos* a serem aplicados em outras nações latino-americanas, no futuro imediato. Esses acordos se relacionavam ao treinamento, doutrinação e organização das Forças Armadas latino-americanas de acordo com a ideologia e organização militares dos USA. Ainda que fossem anunciados como acordos que proviam *privilégios*

recíprocos, ficou claro que privilégios recíprocos entre países de capacidades distintas significavam capacidades desiguais em termos de poder.

O que nos parece mais provável é que a chegada da Missão Cooke fazia parte do projeto norte-americano de hegemonia sobre os países da América Latina, sendo aceita como proposta de crescimento da própria nação. Quanto ao fato de se tornar grande potência sobre os demais países da América Latina, pode ser compreendido mediante a reação contrária da Argentina, justamente na Conferência de 1942. O próprio Getúlio pensava em preparar-se para combatê-la, caso fosse necessário, conforme insinua em seu discurso na sessão inaugural da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos:

“O governo americano se propõe a preparar militarmente o Brasil para que este, na América do Sul, possa não só defender-se, como também os interesses da América do Sul e dos outros países Sul Americanos, se agredidos(...) de qualquer forma (...) o Brasil não pretende agredir a Argentina, porém deve estar preparado para se defender como a qualquer outro país da América, principalmente os pequenos países limítrofes como a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai.”²⁸⁸

O mesmo sentimento seria reforçado quando o Brasil declarou-se aliado dos USA na Guerra contra os países do Eixo, procurando encontrar brechas de tornar-se grande potência, enquanto aliado de uma nação mais forte, como era o caso dos USA. Neste momento específico, pudemos compreender que Getúlio agiu como um visionário.

Utilizando o conceito de Jeremy Bentham, entendemos que a Missão Cooke funcionou como o *Panótico*, que teria um olhar invisível, sem ser visto, impregnando quem é vigiado de tal modo que este adquiria de si mesmo, a visão de quem olhava. O que se pretendia era reafirmar a *relação de poder*, de uma nação sobre a outra. É justamente este aspecto que explica o fato de uma nação intervir na vida de outra para aprimorá-la, adestrá-la, torná-la dócil e obediente politicamente.

²⁸⁸ Apud Francisco Luiz CORSI. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. p. 227.

Através de uma leitura mais acurada dos relatórios I e II da Missão Cooke, percebemos uma contradição fundamental: o discurso utilizado pelos autores deixam entrever uma linguagem *preparada, velada, ideológica, solerte*. Tentando desmontar este *aparato*, utilizamo-nos dos conceitos de Thompson, quando realça algumas concepções interessadas em demonstrar como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder.

O que podemos constatar é que a linguagem do relatório se enquadra em todas as categorias de que Thompson se utilizou: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

Além das contradições que saltam à primeira vista, intentamos buscá-las, com um pouco mais de esforço, na análise das monografias. Todas as conclusões convergem no sentido de preparar as condições existentes no Brasil, buscando adequá-las ao funcionamento da Usina de Volta Redonda, além de preparar o levantamento dos materiais estratégicos (alguns raros) para a Guerra e da capacidade de endividamento do Brasil, que o levou, imediatamente, a renegociar a dívida externa.

Embora a nossa posição a respeito da Missão Cooke seja um tanto quanto negativa, entendemos que a mesma possibilitou alguns resultados para o Brasil. Em termos econômicos, o monopólio virtual sobre os mercados latino-americanos e sobre o fornecimento de matérias-primas industriais e de bens de consumo não só permitiria aos USA manipular tais atividades, como também fazê-las aparecer como concessões aos países latino-americanos. Deste modo, o governo americano podia estabelecer uma política de compra, ditar os preços das matérias-primas latino-americanas, bem como determinar quotas de redistribuição através do continente. Tais processos estavam diretamente ligados aos objetivos que asseguravam mercado latino-americanos para a indústria dos USA no pós-guerra. Os esforços para minimizar o processo de industrialização no continente podem também ser compreendidos dessa forma, do mesmo modo

que as dificuldades vivenciadas pelo Brasil no esforço de incrementar sua indústria durante a guerra.

Foi a notável superioridade dos USA em termos de recursos materiais, militares e políticos que lhes permitiu tornarem-se uma grande potência com uma indisputável relação de hegemonia no mundo capitalista, o que incluía, obviamente, a América Latina.

No caso brasileiro, estas conexões foram, até certo ponto, obscurecidas durante os anos mais críticos da guerra, devido à necessidade dos USA de fazerem concessões, de modo a assegurar o apoio militar do Brasil, para a sua causa. Isto não só deu ao Brasil a oportunidade de negociação, mas também deu-lhe a ilusão de que usufruía um potencial maior do que efetivamente tinha.

O governo norte-americano, por seu turno, estimulou essa super-estimação do poder brasileiro no plano internacional, fazendo referências insistentes a seu suposto status de potência associada. No final da guerra, Washington corrigiu a trajetória: a realidade da assimetria tornou-se evidente e a capacidade de barganha do Brasil declinou de forma aguda.

A contradição entre os ganhos brasileiros em oposição à hegemonia americana tem sido confundida por muitos analistas, que captaram uma das faces do movimento histórico, ora dando ênfase aos ganhos brasileiros ora à hegemonia dos USA. Tratava-se, entretanto, de fenômenos concomitantes e mutuamente condicionados. Até 1944, o Brasil se alinhou gradualmente aos USA, extraindo benefícios políticos e econômicos no processo. De 1945 em diante, o exercício desse poder declinou e o alinhamento tornou-se um dogma sem recompensas políticas ou econômicas.

A política econômica intervencionista de Vargas, favorecida pela desorganização dos mercados internacionais, devido ao início da Segunda Guerra Mundial em 1939, acabou por favorecer a canalização de capitais para a indústria de bens de consumo. Com as dificuldades advindas da guerra, as importações tornaram-se difíceis e as exportações foram favorecidas,

principalmente as de café, borracha, quartzo e fios de seda. A indústria nacional, ainda muito centrada na produção têxtil, começou a diversificar sua produção, recebendo incentivos públicos através de medidas cambiais, fiscais e créditos especiais. Intencionalmente, o governo favoreceu esse processo, investindo em indústrias de base e nas áreas de transportes e serviços públicos.

Durante o Estado Novo, o entrosamento de interesses econômicos entre os governos norte-americano e brasileiro, envolvia uma ampla gama de negociações que afetavam as áreas diversas de atividades.

A industrialização dava seus primeiros passos no Brasil, apesar de o setor industrial ter crescido substancialmente desde o início do século, em particular durante e a partir da Primeira Guerra Mundial. Mas o setor continuava apresentando baixos níveis de produtividade, em razão sobretudo do atraso tecnológico e das formas de organização do trabalho. A debilidade financeira das empresas e a inexistência de formas consistentes de financiamento da acumulação do capital, como um mercado de capitais desenvolvido, somadas à estreiteza dos mercados, dificultariam o crescimento industrial. A agricultura era, na sua maior parte, vinculada à exportação e apresentava um baixíssimo índice de produtividade.

Um dos principais problemas do país, ao lado do baixo nível de vida da maioria da população, cuja melhora constituiria o objeto último das propostas, era sua inconsistente unidade nacional. O Brasil estava dividido em economias regionais mais ou menos estanques e o grosso de sua população concentrava-se na faixa litorânea, com o interior mantendo-se isolado. As regiões Norte, Centro, Nordeste e Leste, baseadas na agricultura e no extrativismo, eram extremamente pobres e pouco integradas entre si e com o resto do país. A região Sul, particularmente São Paulo, apresentava considerável desenvolvimento econômico e contava com um intenso intercâmbio regional. A partir de 1930, apesar de o governo ter redobrado os esforços para superar esses problemas, a questão ainda era grave no início dos anos 1940.

A partir desse diagnóstico, a missão apresentou uma série de propostas, quase todas de caráter genérico, e nenhum projeto detalhado de investimento. Podemos dividi-la em dois tipos: o primeiro, correspondia às medidas de curto prazo visando minorar ou contornar os problemas decorrentes da guerra, como, por exemplo, aquelas voltadas à redução do consumo de combustíveis, racionalização do uso dos transportes, melhoramento da organização da produção etc.; o segundo, consistia em medidas de longo prazo, cujo objetivo seria incrementar a industrialização, planejar o crescimento do setor industrial com a criação do Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa Industrial, instalar novas centrais elétricas, aumentar a produção de combustíveis, estimular o crescimento dos setores têxtil, siderúrgico, elétrico, químico e de papel, fortalecer o mercado de capitais e criar fundos de investimentos a partir dos fundos de aposentadorias e pensões.

As conclusões que propomos são um misto de esperança e pessimismo. O pessimismo refere-se à possibilidade de continuadas práticas intervencionistas dos USA, através das inúmeras missões que se seguiram, até os dias atuais, nos países mais débeis da América Latina, especialmente no Brasil.

A esperança renasce quando acreditamos ser possível libertar-nos do domínio imperialista, na medida em que podemos denunciar as sutilezas e mazelas que permeiam a condução política da vida do país, e ver as denúncias transformadas em vontade política para governar um país menos dependente. Para terminar, temos clareza de que não há respostas fáceis para os problemas levantados e de que a vigilância cotidiana em favor da soberania de um país como o nosso, jamais pode esmorecer.

Fontes documentais:

AHI – Arquivo Histórico do Itamarati, Rio de Janeiro.

---/MC – Pasta da Missão Cooke (Arquivo 1607, maço 34670).

---/ MD – Missões Diplomáticas Brasileiras..

---/ CE – Correspondência da Embaixada

EL – Arquivo Edgar Leuenroth – Unicamp

IHGB – Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro

NEE - Núcleo de Estudos Estratégicos- IFCH

AE - Arquivo Histórico do Exército.

Pastas (João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora e Cordeiro de Farias).

Arquivos da CSN (Plano siderúrgico, Estatuto e Atas de diretoria, Relatório I e II da Missão Cooke).

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro.

---/GV – Arquivo Getúlio Vargas.
---/OA – Arquivo Osvaldo Aranha.
---/LS - Arquivo Luís Simões Lopes.
---/RI – Arquivo das Relações Internacionais.
---/JA – Arquivo João Alberto Lins de Barros.
---/HO – Programa de História Oral (depoimentos).

MF - Arquivo do Ministério da Fazenda Coleção de decretos-leis de 1942.

AN - Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

---/ GM – Arquivo Góis Monteiro.

---/CME – Comissão de Mobilização Econômica

NARA – National Archives Records Administration

FRL – Franklin Roosevelt Library, Hyde Park (internet)

Bibliografia:

AGGIO, Alberto(Org.).**Gramsci: a vitalidade de um pensamento.** São Paulo: UNESP, 1998.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Pequena história da formação social brasileira.** 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado.** 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ALVES, Júlia Falivene. **A invasão cultural norte-americana.** São Paulo: Moderna, 1988.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder.** São Paulo: Zahar, s/d.

ARON, Raymond. **República imperial: os Estados Unidos no mundo do pós-guerra**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

A MISSÃO Cooke no Brasil. Tradução do Centro de Estudos dos Problemas Brasileiros da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1949.

BAER, Werner. **Siderurgia e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

BANDECCHI, Brasil. **Manifesto à nação de 1º de novembro de 1943**. Separata da Revista Paulistana. nº 82.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **Nos tempos de Getúlio**. 16. ed. São Paulo: Atual, 1990.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**[Elites and Society]. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

_____ **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____ **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (org). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1988.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 19. ed. Petrópolis/RJ: Vozes/UNIJUÍ, 1998.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 3. ed. Campinas/SP: Papyrus, 1990.

CARONE, Edgar. **A terceira república (1937-1945)**. SP/RJ: DIFEL, 1976.

CASTRO, Celso. **Os militares e a república**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CONN, Stetson & FAIRCHILD, Byron. **A estrutura de defesa do hemisfério ocidental**. Tradução de Luis Cesar Silveira da Fonseca. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

COOKE, Morris Llewellyn. **Brasil on the march – a study in international cooperation**. New York/ London: MC GRAW-HILL Book Company, 1944.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP/ FAPESP, 2000.

COSTA, Artur de Souza. **Relatório de 1942**. Ministério da Fazenda.

COUTINHO, Carlos Nelson & NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CROUZET, Maurice. **História geral das civilizações: a época contemporânea; o mundo dividido**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 16.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1998.

_____ **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930: o silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. 1.ed. 3. reimp. Rio de Janeiro: 34, 2000.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1995.

DINIZ, Osório da Rocha. **O Brasil em face dos imperialismos modernos**. São Paulo: Nacional, 1940.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva & FILHO, José Dantas. **De Getúlio a Getúlio: o Brasil de Vargas a Dutra- 1945 a 1954**. São Paulo: Atual,1991.

ELIAS, Norberto. **O processo civilizador**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Globo, 2000. v. 2.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____ **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 3. ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FILHO, Daniel Aarão Reis & FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. **O século XX: o tempo das crises - revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

FILHO, Ivan Alves. **Brasil, 500 anos em documentos**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

FILHO, Camões. **O canto do vento: a história dos prisioneiros alemães nos campos de concentração brasileiros**. São Paulo: Página aberta, 1995.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)**. São Paulo: Brasiliense,1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 1. ed. 11. reimp. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

_____ **Vigiar e punir**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____ **A arqueologia do saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995.

_____ **História da sexualidade: a vontade de saber**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo Franco. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega,1980.

FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira. **A criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: CPDOC, s/d.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Carlos Minayo [et al.]. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GRACIOLLI, Edilson José. **Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988**. Uberlândia: EDUFU, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. 11. ed. Porto Alegre: L&PM, 1986.

_____. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GUARESHI, Pedrinho A. **Comunicação & poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina**. 8. ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HENRIQUES, Affonso(pseud). **Ascensão e queda de Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, s.d. v. 1, 2 e 3.

HILTON, Stanley Eon. **O Brasil e a crise internacional (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HIRST, Mônica. **O processo de alinhamento nas relações Brasil-Estados Unidos: 1942-45**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1982.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

KAWAMURA, Lili Katsuco. **Engenheiro: trabalho e ideologia**. São Paulo: Ática, 1979.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

LASK, Tomke Christiane. **Ordem e progresso: a estrutura de poder na “cidade operária” da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1941-1964)**. Rio de Janeiro: 1991. Dissertação de mestrado apresentado à UFRJ/ Museu Nacional. (mimeo).

LENA-JR, Hélio de. **Astrogildo Pereira: um intransigente libertário**. Vassouras: USS, 1999. (Dissertação de mestrado).

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Como iludir o povo**. 2. ed. São Paulo: Global, 1979.

LEUCHTENBURG, William E.(org). **O século inacabado: a América desde 1900**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.v. 1 e 2.

LIMA, Valentina da Rocha (Org). **Getúlio, uma história oral**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

LINHARES, Maria Yedda (org). **História geral do Brasil**. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres: Problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

LOPES, Alberto Costa. **A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**. Rio de Janeiro: 1993. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Geociências/UFRJ. (mimeo).

LOPES, Luiz Simões. **Depoimento (1979,1981)**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC - História Oral, 1986. 96 p.(dat.)

MAGALHÃES, Marize Arcuri. **O desenvolvimento econômico na época de Vargas, 1930-1939**. UFF, 1974. Dissertação de mestrado.

MAGDOFF, Harry. **Imperialismo: da era colonial ao presente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARINI. Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

MALAN, Pedro et. al. **Política econômica externa e industrialização no Brasil-1935/52**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

MANGABEIRA, Wilma. **Os dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1993.

MARX. Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

McCANN JR, Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos (1937-1945)**. Tradução de Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MEDEIROS, Ana Lúcia & HIRST, Mônica (Org). **Bibliografia histórica: 1930-1945**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 9. ed. 1ª reimp. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania**. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 94-125.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. **50 anos brasileiros**. Rio de Janeiro: FBS Comunicações, 1995.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**. São Paulo: Contexto, 1992.

MOORE, Barrington. **Les origines sociales de la dictature et de la démocratie**. Paris: François Maspero, 1969.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Regina da Luz. **CSN, um sonho feito de aço e ousadia**. Rio de Janeiro: Iarte, 2000.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **A ferro e fogo: construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968)**. São Paulo: USP, 1989.(Tese de doutoramento).

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1977.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____ **Estados Unidos e América Latina**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

_____ **O aliado fiel** - A natureza do alinhamento brasileiro aos Estados Unidos durante e após a Segunda guerra mundial, no contexto das relações internacionais. Tese de doutorado apresentada à University College London (1983). Tradução do autor. Rio de Janeiro:1984.(mimeo).

_____ **O Brasil na segunda guerra mundial: 1942-1945**. Caderno do III Seminário Nacional. Política Internacional & Comparada/USP. São Paulo: s/d.

_____ **Sucessos e ilusões- relações internacionais do Brasil durante e após a segunda guerra mundial**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

_____ **O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1990.

_____ **Autonomia na dependência: A política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1980.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

OLIVEIRA, Lucia Lippi & VELLOSO, Mônica Pimenta & GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PAULO, Heloisa. **Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP**. Coimbra: Minerva, 1994.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

PEDROSA, Mário. **A opção imperialista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

PENNA, Lincoln de Abreu. **Uma história da república**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

_____ **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____ **Análise do saber histórico**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1975.

_____ **O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

PERKINS, Dexter. **A época de Roosevelt; 1932-1945**. Rio de Janeiro: o cruzeiro, s/d.

PIMENTA, Solange Maria. **A estratégia da gestão: fabricando aço e construindo homens: o caso da companhia siderúrgica nacional**. Belo Horizonte: UFMG, 1989. Dissertação de Mestrado.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____ **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **Pinochet e Noriega: as fronteiras da intervenção estrangeira na América Latina.** Caxambu, ANPED, GT: Política, 1998.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 1942/1946. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

REVISTA DO CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. **Arigó, o pássaro que veio de longe.** Volta Redonda, Junho/1989.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Décadas de espanto e uma apologia democrática.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SCHAFF, Adam. **História e verdade.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci.** Curitiba: UFPR, 1992.

SELEÇÕES do Reader's Digest. **Vida secreta de um agente secreto.** Rio de Janeiro: n. 39. abr/1945. p. 11-14.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. **O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo: o processo de envolvimento na segunda guerra mundial.** São Paulo: MRE/USP, 1990.

_____. **Le Brésil de Getúlio Vargas et la formation des blocs: 1930-1942.** Université de Genève/Institut Universitaire de Hautes Études Internationales. Genève, 1980. Tese de doutoramento.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. **Uma reavaliação da história dos Estados Unidos.** [A synopsis of american history]. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Mutações do trabalho.** Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 1999.

SILVA, José Luiz Werneck da (org). **O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SOARES, Walmer Jacintho. **Os interesses industriais na consolidação do Nacional-Desenvolvimentismo**. CESAP/PUC/IUPERJ. s/d.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. **Pelo espaço da cidade: aspecto da vida e do conflito urbano em Volta Redonda**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1992.(Tese de mestrado).

STACCONE, Giuseppe. **Gramsci - 100 anos de revolução e política**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira- origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SYRETT, Harold (Org). **Documentos históricos dos Estados Unidos** [American historical Documents]. São Paulo: Cultrix, 1960.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

_____ **Ideologia e cultura moderna**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

VARGAS, Getúlio. **Diário**. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

_____ **A nova política do Brasil**. v. III. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1934.

VEIGA, Sandra Mayrink & FONSECA, Isaque. **Volta Redonda entre o aço e as armas**. Petrópolis: Vozes, 1990.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3. ed. Paz e Terra: 1978.

WIRTH, John D. **A política do desenvolvimento na era de Vargas**. Tradução de Jefferson Barata. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

WOODWARD, C. Vann (org). **Ensaio comparativos sobre a História americana**. São Paulo: Cultrix, 1967.

Dicionários:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

BELOCK, Israel & ABREU, Alzira Alves de (Coord). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro:1930/1980**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, FGV/CPDOC/FINEP, 1984.

BOBBIO, Norberto & MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: UnB, 1999. v. 1 e 2.

BURTIN-VINHOLES, S. **Dicionário francês-português/português-francês**. 35. ed. São Paulo: Globo, 1993.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico nova fronteira**. 2.ed. 6 reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. 18. reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FLAVIAN, Eugenia & FERNANDEZ, Gretel Eres. **Dicionário espanhol-português/português-espanhol**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1998.

SELDON, Arthur & PENNANCE, F. G. **Dicionário de economia**. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.

SILVA, Benedito(Coord). **Dicionário de ciências sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV/Instituto de documentação, 1987.

PARKER, John & STAHEL, Monica. Password: **english dictionary for speakers of portuguese**. 2. ed. São Paulo: Martins fontes, 1998.

Anexos

Anexo 1

Quadros técnicos integrados pela Missão Cooke.²⁸⁹

CARGOS	ESTADOS UNIDOS	BRASIL
Chefia (Eng. Consultor de Administração)	Morris Llewellyn Cooke	Min. João Alberto L. de Barros
Subchefia (Eng. Consultor e Secretário Executivo)	Major James M. Boyle	José Nabuco José Jobim
Economista e Chefe de Pessoal	Corwin D. Edwards	Valentin Bouças J. Kafury, Eugênio Gudin
Chefe dos técnicos	William D. Lichtner	Ary Frederico Torres
Técnico têxtil	Donald K. Woodard	Garibaldi Dantas Centro de Fiação e Tecelagem Serviço de Controle de Fibras
Técnico em eletricidade	Judson C. Dickerman	Helio Macedo Soares Alves de Souza
Química e combustíveis (Engenheiro Químico)	Charles F. Bonilla	Fonseca Costa, Gileno de Carli Silvio Froes de Abreu

²⁸⁹ Quadro elaborado a partir do quadro apresentado por Mônica Hirst. **Op. cit.** p. 82-3.

		Martins Costa, Joaquim Bertino
Técnico em Metalurgia e Minerais	Frank Hodson	Edmundo Macedo Soares e Silva ²⁹⁰ Glycon de Paiva Othon Leonardos
Especialista / Transportes	Alex A. Tennant	Heitor Freire de Carvalho Napoleão Alencastro Guimarães ²⁹¹ Yedo Fiuza, Mario Celestino
Técnico de Produção	Joseph W. Rothmeyer	Mariano Ferraz, Euvaldo Lodi Major Valente
Advogado e Representante do War Production Board	Kenneth N. Watson	Ministério da Guerra, (Tenente Coronel Calheiros) da Marinha e da Aeronáutica (General Muniz)
Geólogo Economista	William J. Kemnistzer	
Consultor de Eng. Industrial e Chefe dos Técnicos	William O. Lichter	
Assistente Administrativo	Raymond R. Hall	

Anexo 2

“Senhor Ministro,²⁹²

Tenho a honra de juntar a êste (sic) cópia de uma nota datada de 08 do corrente, na qual o Departamento de Estado, referindo-se à correspondência anterior desta Embaixada, comunica haver o ‘War Production Board’ aumentado o grão (sic) de prioridade para o projeto da Companhia Siderúrgica Nacional.

2. Foi concedida a prioridade AA-3 relativamente a todos os materiais e equipamentos, prioridade essa que é a máxima no momento para o programa de expansão da indústria de aço dêste (sic) país.

3. No caso de ser necessária prioridade mais alta para item separados, do mesmo modo que ocorre com o programa de expansão da indústria de aço, a Companhia Siderúrgica Nacional se beneficiará de idêntico tratamento preferencial.

4. Si (sic), por outro lado, no futuro, o aludido programa da expansão da indústria de aço dêste (sic) país tiver um tratamento ainda mais favorável, a Companhia Siderúrgica Nacional se beneficiará automaticamente dessas vantagens (sic), ficando absolutamente no mesmo pé de igualdade com os empreendimentos similares americanos apoiados pelo Govêno (sic) dêste (sic) país.

5. Afim(sic) de facilitar ainda a perfeita realização do projeto brasileiro, o ‘War Production Board’, designou um membro da divisão ‘Plant Facilities’, com o encargo especial de assistir a Companhia Siderúrgica Nacional no aceleração da procura de materiais e equipamentos.

6. A respeito da medida agora tomada pelo Govêno (sic) americano, cabe-me informar Vossa Excelência de que, tão depressa tive conhecimento por intermédio do Coronel Sylvio Raulino de Oliveira, de que se tornava necessário obter uma

²⁹⁰ Diretor da usina de Volta Redonda.

²⁹¹ Presidente da Central do Brasil.

²⁹²Correspondência nº 93, do Embaixador Carlos Martins ao Ministro Oswaldo Aranha, datado de 09 de fevereiro de 1943. [870.1 (22) (00) – Itamaraty] doado para o Arquivo prof. Gerson Moura/IRI.

modificação da prioridade atribuída à Companhia Siderúrgica Nacional, me dirigi por nota ao Departamento de Estado, em data de 03 de novembro próximo passado, tendo, na mesma ocasião e subseqüentemente conferenciado várias vezes (sic) com as autoridades americanas no sentido de uma solução favorável ao assunto.

7. O estabelecimento de prioridade mais elevada para a Companhia Siderúrgica Nacional se impunha, conforme fui informado em 30 de outubro próximo passado, pelo Coronel Sylvio Raulino de Oliveira, pela modificação operada no sistema instituído pelo 'War Production Board'.

8. Junto cópia da correspondência trocada sobre o assunto entre esta Embaixada, o Departamento de Estado e o Coronel Sylvio Raulino de Oliveira.

9. É-me grato informar Vossa Excelência de que sempre e desde o início dos meus atendimentos tive as mais formais promessas do Departamento de Estado, especialmente do Sub-Secretário, Senhor Summer Welles, garantindo-me de que o projeto da Companhia Siderúrgica Nacional seria levado adiante no mesmo pé de igualdade que os empreendimentos apoiados pelo Govêno (sic) americano para a expansão da indústria de aço neste (sic) país, conforme, aliás, já havia sido anteriormente decidido.

10. Como a situação dos transportes dia a dia se torna mais difícil, e como, ao que parece, deve ser assinado brevemente no Rio de Janeiro um acordo para fixação específica das cargas a serem embarcadas para o Brasil, tomo a liberdade de lembrar a Vossa Excelência a conveniência de que à Companhia Siderúrgica Nacional seja atribuída uma quota que possibilite a remessa do material sem delongas maiores.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Carlos Martins Pereira e Souza.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)